



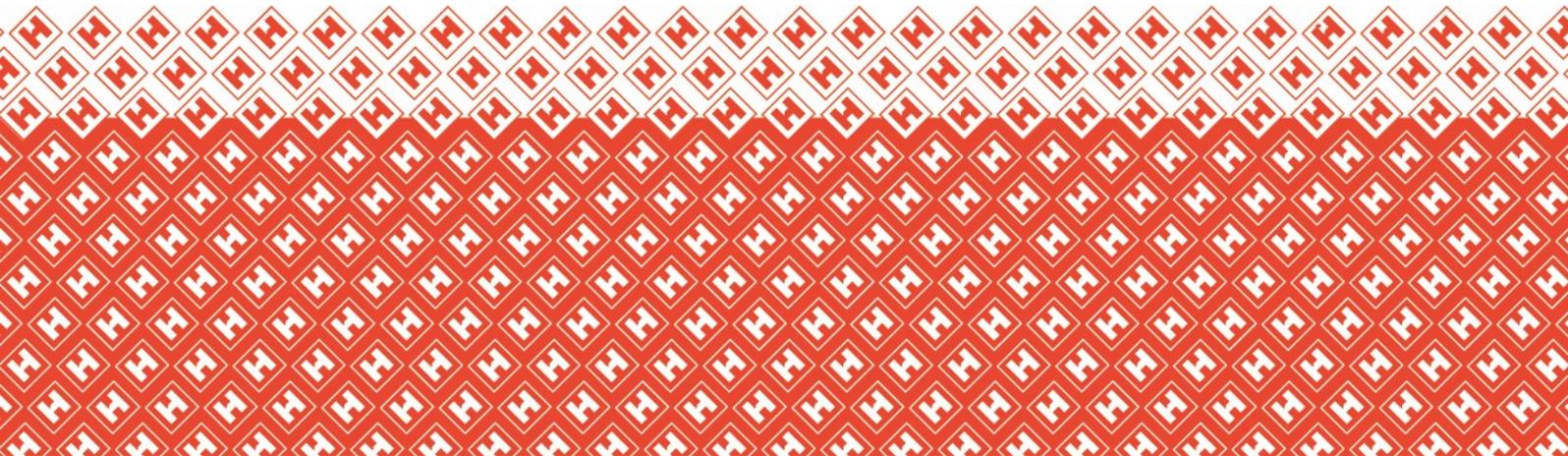
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fábio Carneiro Mendonça de Lima

**Mesquita – RJ em foco: a história da Baixada
Fluminense e as relações identitárias na educação
básica**

UNIRIO 2019



FÁBIO CARNEIRO MENDONÇA DE LIMA

Mesquita – RJ em foco: a história da Baixada Fluminense e as
relações identitárias na educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Ensino de História.

Orientador:

Prof^a. Dr^a. Anita Correia Lima de Almeida

LIMA, F. C. M.

Mesquita - RJ em foco: a história da Baixada Fluminense e as relações identitárias na educação básica - 2019.

216 f.: il. color

Orientador: Prof^a. Dr^a. Anita Correia Lima de Almeida - Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. História local – Aspectos educacionais – Mesquita - RJ

FÁBIO CARNEIRO MENDONÇA DE LIMA

Mesquita – RJ em foco: a história da Baixada Fluminense e as
relações identitárias na educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Ensino de História.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Anita Correia Lima de Almeida – UNIRIO - Orientador

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães – UNIRIO

Profa. Dra. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de preparação e escrita da presente dissertação, há muitos a quem devo agradecimento. Primeiro a essa força superior, que muitos chamam de Deus, depois às pessoas que me acompanharam e me apoiaram nesta jornada, em especial aos meus queridos pais Maria José Carneiro de Oliveira e Dalmo Mendonça de Lima (in memoriam), que contribuíram muito para minha formação como cidadão e profissional de ensino de História.

Agradeço também a todos os professores, que foram extremamente importantes para a conclusão de minha graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial a Mônica Grin Monteiro de Barros, minha atenciosa orientadora, bem como a Murilo Sebe Bom Meihy e Michel Gherman, que gentilmente aceitaram compor minha banca para a obtenção do grau de bacharel.

Agradeço ainda a todos os professores que foram muito importantes em minha trajetória no presente Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), estimados professores da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em especial à minha atenciosa orientadora Anita Correia Lima de Almeida e ao meu primeiro e saudoso orientador, Paulo Cavalcante de Oliveira Júnior (in memoriam), bem como a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze e Marcelo de Souza Magalhães, que gentilmente aceitaram compor a banca de qualificação do presente Mestrado, em novembro de 2017.

Também tenho agradecimentos especiais a Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho, estimada professora do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de quem tive a honra de ser aluno neste Mestrado, sendo alguém que me incentivou a seguir adiante, bem como ao querido professor do Departamento de Economia da UFRJ, Alcino Ferreira Câmara Neto, a quem devo o primeiro incentivo acadêmico para concluir uma pós-graduação *stricto sensu*.

Por fim, gostaria de deixar meus agradecimentos especiais às minhas queridas diretoras de escola, Eliana, Valéria Carvalho e Cleidmar Couto por sua compreensão, carinho e apoio nesses dois anos em que tive que conciliar minha prática docente na educação básica com os estudos necessários à escrita deste trabalho, bem como a todos os meus alunos da Prefeitura Municipal de Mesquita

que, com suas parcerias, foram essenciais para a produção e aplicação das pesquisas presentes nesta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo demonstrar possibilidades de utilização da história local como meio de promoção do ensino de História na educação básica. Para isso, escolhi como objeto de estudo a cidade de Mesquita, localizada na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, onde trabalho como professor da disciplina História nos anos finais do ensino fundamental.

Para ensinar a história da Baixada Fluminense, tendo como foco a história da cidade de Mesquita – RJ, procurei desenvolver atividades multidisciplinares compostas por três oficinas pedagógicas. A primeira oficina conta com a utilização da ferramenta Google Street View, criada pela empresa norte-americana Google. A segunda tem um caráter lúdico, sendo composta por um jogo da memória com regras próprias. A terceira tem a característica da utilização de documentos em sala de aula na forma de arquivos simulados.

Todas as oficinas foram confeccionadas durante o ano de 2018 com a participação dos meus alunos.

Palavras-chave: História local; Novas tecnologias; Jogos educativos; Arquivos simulados; Protagonismo estudantil

ABSTRACT

This dissertation has the objective to demonstrate some possibilities to use the local history as a way to promote the teaching of History in basic education. To do it, I chose as object of study the city of Mesquita, located in the Metropolitan Region of the state of Rio de Janeiro, where I work as a teacher of the discipline History in the final years of elementary school.

To teach the history of Baixada Fluminense, focusing on the history of the city of Mesquita - RJ, I developed multidisciplinary activities, composed of three pedagogical workshops. The first workshop uses the Google Street View tool, created by Google, an American company. The second has a playful characteristic, composed of a memory game with its own rules. The third has the feature of using documents at the classroom in the form of simulated files.

All workshops were made during the year 2018, with the participation of my students.

Keywords: Local History; New technologies; Educational games; Simulated archives; Student protagonism

SUMÁRIO

Introdução	10
Estruturação da dissertação	15
CAPÍTULO I. Mesquita – RJ: uma historiografia revisitada	19
1.1 - Mesquita: uma apresentação.....	20
1.2 – Mesquita: um panorama da história de suas terras, do século XVI até seu processo de urbanização na década de 1950	23
1.3 – As tentativas de emancipação de Mesquita	51
CAPÍTULO II. A história local como possibilidade para o ensino de História na educação básica.	58
CAPÍTULO III. Mesquita - RJ em oficinas	98
3.1 - OFICINA 01 - “O MEU LUGAR”: o uso do Google Street View como possibilidade para a observação da paisagem, história e memória locais	100
3.1.1 – A OFICINA	103
3.1.2 – AS NARRATIVAS	112
3.2 – Mesquita em documentos.....	134
3.2.1 - OFICINA 02 - “O JOGO DA MEMÓRIA”	143
3.2.2 - OFICINA 03 - “OS ARQUIVOS SIMULADOS”	158
Conclusão	165
Considerações finais.....	167
Referências bibliográficas	169
ANEXO - CORPO DOCUMENTAL: Iconografia e documentos textuais para o produto “Mesquita em documentos”	177

INTRODUÇÃO

A partir de minhas experiências em sala de aula, lecionando a disciplina História na educação básica por oito anos, percebi que os currículos desenvolvidos para os chamados anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) funcionam como uma espécie de primeiro contato com conteúdos a serem "aprofundados" no ensino médio.

Nas redes públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, de maneira geral, a história (que poderíamos chamar de local) trata da história do estado, sendo abordada em livros voltados para os 4º e 5º anos do ensino fundamental, os chamados anos iniciais. Esses livros apresentam muitas vezes uma abordagem multidisciplinar sobre o estado, contando com elementos como história, geografia, arte e cultura da região.¹

Quando o aluno chega ao 6º ano do ensino fundamental, início dos chamados anos finais, geralmente entra em contato com temas "clássicos" da história global (geral e Brasil), como o estudo do Egito Antigo e das civilizações da Mesopotâmia no 6º ano, ou a chegada dos portugueses à América, no 7º ano. O aspecto local relacionado à região onde vive o aluno é muitas vezes silenciado.

Para um melhor entendimento sobre a origem do conceito de "região", vale a pena citar parte da tese de Doutorado de Rui Aniceto Nascimento Fernandes, "Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950":

Mais do que um conceito, região tornou-se uma noção instrumental para o trabalho em diversas áreas do conhecimento no final do século XIX e durante o século XX. O termo, derivado da palavra latina *regere*, tem em seu radical – *reg* – incluída a idéia de relações de poder gerando uma série de palavras que a expressam: rei, regente, regência, regra etc. Durante o Império Romano, *regio* era a denominação que designava uma área que possuía uma administração local, mas estava subordinada às ordens centrais de Roma. Em sua origem, o conceito de região traz em si a conexão

¹ Ver, por exemplo: *Rio de Janeiro - Um Passeio Pela História do Nosso Estado*. Vol. Único 4º Ano / 5º Ano (Cód: 3976476). Autores: Bahiense, Daniel; Boucinhas, André; Bahiense, Jorge. Editora Moderna. Ou Projeto Jimboê: Estado do Rio de Janeiro: Arte, Cultura, História e Geografia. Volume único (4º/5º ANO), isbn: 9788510057271 Autores: Heloisa Menandro; Irene Barcelos; Ronaldo Duarte, 2014.

entre o particular e o geral, entre o específico e o universal, entre diversidade e unidade.²

Neste ponto, vale ressaltar que somente os estudantes que vivem em cidades contempladas (ou “tangenciadas”) pelo estudo da História do Brasil têm a oportunidade de estudar algo específico sobre sua região, como acontece com os casos de Salvador, Recife, Olinda, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, que têm suas histórias locais “confundidas” com a história do país. Ainda assim, as abordagens sobre essas regiões em livros didáticos e currículos estão muitas vezes limitadas a recortes temático-temporais “clássicos”, como demonstrado nos casos abaixo.

Analisando os casos específicos das cidades de Recife e Olinda, no estado de Pernambuco, suas presenças nos currículos da educação básica estão associadas a temas “clássicos” da História do Brasil, como as chamadas Invasões Holandesas (século XVII) ou a Revolução Praieira (século XIX), por exemplo.

Continuando com o caso específico de Pernambuco, alunos da cidade de Petrolina - localizada na Mesorregião do São Francisco Pernambucano - veem seu estado nos livros didáticos a partir de recortes espaciais específicos, ligados principalmente à capital Recife e sua vizinha Olinda, não estudando elementos próprios de sua região, como história da ocupação da cidade e sua importante ligação com o Rio São Francisco, bem como com Juazeiro, na Bahia. O mesmo acontece com Caruaru que, apesar de sua localização mais próxima da capital (em relação a Petrolina), conta com elementos e história próprias, ligados à chamada Mesorregião do Agreste Pernambucano.

A constatação relacionada a Pernambuco pode ser aplicada a diversos outros estados brasileiros. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, temos alguns elementos a serem destacados. A capital fluminense, por conta de sua importância político-econômica, conta com diversas abordagens privilegiadas em livros didáticos e currículos da educação básica em todo o país. Alunos que residem em outras regiões do estado não percebem suas cidades nos currículos de maneira tão óbvia, como acontece com a capital. Cito os exemplos das cidades fluminenses da chamada Região dos Lagos, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, das cidades da

² FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre a décadas de 1930 e 1950*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Tese (Doutorado em História), 2009, pp. 32-33.

chamada Baixada Fluminense e, por fim, as cidades do Sul Fluminense, como Vassouras e Valença.

Com relação às cidades da Região dos Lagos, quando estudamos Brasil Colônia, nos deparamos com o tema clássico das missões jesuíticas. Entretanto, nem sempre é feito o devido “mapeamento” (ou localização) da presença dos jesuítas na América Portuguesa. Cabo Frio e São Pedro da Aldeia têm suas histórias intimamente ligadas a esses representantes da Companhia de Jesus, mas nem sempre isso é destacado nos livros.

Citando outro tema clássico da historiografia - a mineração - nos livros didáticos muito se sabe sobre como a cidade do Rio de Janeiro teve seu crescimento relacionado às atividades econômicas ligadas ao escoamento das pedras e metais preciosos vindos de Minas Gerais, mas pouco se sabe sobre a história da região que serviu como rota para esse escoamento, a Baixada Fluminense. Os alunos da região nem sempre têm a oportunidade de fazer uma correlação entre a cidade do Rio de Janeiro, a atividade mineradora e a Baixada Fluminense, que foi cortada pelas diversas “rotas do ouro” nos séculos XVIII e XIX.

Por fim, Vassouras e Valença são citadas de maneira superficial em livros didáticos como cidades pertencentes à região produtora de café, conhecida como Vale do Paraíba, que perdeu sua importância econômica para o oeste do estado de São Paulo e Paraná, posteriormente. De uma maneira geral, alunos da região não têm acesso a elementos mais aprofundados da história de suas cidades, relacionados não apenas à cafeicultura, mas a outros aspectos, temporalidades e especificidades.

Citei essas três regiões tidas como “periféricas” no estado do Rio de Janeiro a fim de poder indicar aspectos motivadores para a escrita desta dissertação e o porquê da importância dada aqui ao estudo da perspectiva local, atentando ao caso específico da história da Baixada Fluminense, em especial das terras onde hoje está localizada a cidade de Mesquita - RJ.

A seguir, elenco algumas justificativas para o desenvolvimento e aplicação do estudo da história local, em especial da região da Baixada Fluminense e do município de Mesquita, onde atuo como professor de História para os anos finais da educação básica.

Em primeiro lugar, acredito que o trabalho com pesquisa e ensino de História local, voltado para os chamados anos finais do ensino fundamental, pode oferecer a possibilidade de desenvolver a formação de relações identitárias e uma “consciência histórica”, tanto para docentes como discentes. Essa consciência histórica está diretamente ligada àquela pergunta que volta e meia nos fazemos: “Para que estudar história?” Neste sentido, acredito que o estudo da história a partir da perspectiva local pode ajudar a desenvolver relações de identidade e de sentido nos indivíduos, ou seja, uma relação de pertencimento, de apropriação do conhecimento histórico a partir da percepção do indivíduo enquanto alguém que não apenas estuda, mas que vive essa história, alguém que pode percebê-la, que pode “tomá-la para si” a partir do trabalho de análise “in loco” de lugares, ou de iconografia e documentos escritos, por exemplo. Para ilustrar um pouco essa ideia de sentido, trago o conceito de “consciência histórica” do historiador alemão Jörn Rüsen:

“um dos princípios constitutivos da didática da História é o de ordem teórica, ou seja, estabelecer orientações e discussões sobre as condições, finalidades e objetivos do ensino de História. Esse princípio envolve questões, como “para que serve ensinar História?” e “Por que trabalhar a História a partir do uso de documentos em sala de aula?. As respostas estão nas vertentes historiográficas que entendem a História como o estudo da experiência humana no tempo, na perspectiva de Thompson (1981). Este seria um dos critérios principais para a seleção de conteúdos e para sua organização em temas a serem ensinados com o objetivo de contribuir para a formação de consciências individuais e coletivas. Ademais, essa perspectiva encaminha para a valorização do trabalho com fontes no ensino de história, como um dos pressupostos para a construção da cognição histórica.”³

Estudar a história local de sua região, de seu município (ou de seu bairro), pode ainda possibilitar a absorção e a compreensão do conteúdo, despertando a visão crítica do aluno com relação à sua realidade cotidiana, já que torna possível a ele enxergar as relações entre a região em que mora com outras regiões do país e até do mundo. A história local, portanto, pode ajudar a formular identidades através do conhecimento das histórias dos lugares.

³ apud SCHMIDT, M. A. M. S. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. 1aed.Natal: EDUFRRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1. pp. 2 e 3. Ver: RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010

Com relação específica à minha prática docente - considerando-se o público escolhido neste estudo - uma justificativa para o trabalho com história local no ensino fundamental é que, diferentemente do ensino médio, nele não há a tão presente necessidade de estudar os conteúdos curriculares “prescritos” que serão cobrados em exames, como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), ou ainda em vestibulares específicos de diversas universidades públicas e privadas, que primam pelo aspecto “global” da História, seja no âmbito da História do Brasil ou da chamada História geral.

Ainda com relação às minhas experiências em sala de aula, posso falar sobre demandas que presenciei. Alguns alunos de minhas escolas já me perguntaram quando iríamos estudar a história do município (ou da região) onde habitam.

Alguns professores também já fizeram esse questionamento, e acabaram deparando-se com a barreira de não saberem exatamente onde buscar conhecimentos específicos sobre sua região ou cidade para poder ensinar aos seus alunos. Essa também é uma questão que me incomodava enquanto professor, e acabou servindo como um elemento motivador para a pesquisa.

Ainda falando sobre a questão do professor, uma das justificativas para a escrita desta dissertação é a de ofertar aos docentes da rede municipal de Mesquita - RJ alguns “caminhos” de pesquisa de materiais produzidos sobre o tema da história local da Baixada Fluminense e da região onde está localizada a cidade, indicando teses, dissertações, livros e outros tipos de fontes para que eles possam utilizar em sala de aula.⁴

Por fim, a justificativa que trago agora tem um caráter mais específico e diz respeito à promoção de uma melhora da autoestima dos alunos da região de Mesquita - RJ. A Baixada Fluminense por anos foi vista por seus próprios habitantes como lugar de cidades-dormitório, um lugar sem coisas muito interessantes, além de ter sido considerada por muitos anos como lugar de acentuada violência. Isso criou uma espécie de estigma na população, fazendo com que muitos alunos não tenham uma visão positiva sobre o lugar e até sintam vergonha em ter que dizer que moram na Baixada. A história que eles estudaram (ou estudam) na escola não fala de sua região, fato que acontece em diversas outras cidades do país, como dito

⁴ Isso já pôde ser feito a partir de encontros com o corpo docente do município durante o ano de 2018 e poderá ter continuidade à medida que cada um possa acessar os conteúdos deste trabalho.

anteriormente. Meu objetivo aqui será o de mostrar que Mesquita e a Baixada Fluminense também têm suas histórias. Com isso, espero criar uma noção de pertencimento nos educandos. Sem que, para isso, seja preciso abrir mão de uma perspectiva reflexiva em relação aos processos históricos ocorridos nestas regiões.

A seguir, há um breve resumo sobre como esta dissertação está estruturada, apresentando seus elementos principais.

ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em três capítulos principais e um anexo final. Esse anexo contém materiais específicos de oficinas pedagógicas em história local, que chamarei aqui de “corpo documental”, sendo um componente essencial do terceiro capítulo.

O primeiro capítulo da dissertação (Mesquita - RJ: uma historiografia revisitada) tem como principal objetivo apresentar um breve panorama da historiografia sobre a região onde hoje está localizada a cidade de Mesquita, na Baixada Fluminense. Algo que considero essencial, uma vez que se trata de uma apresentação do lugar àqueles que nem sempre estão familiarizados com o tema, seja com relação aos seus diversos aspectos históricos ou geográficos.

Neste sentido, o que será visto aqui é um esforço no sentido de selecionar elementos de uma determinada obra, muitas vezes com características mais amplas (ou “macro”) sobre a história da Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro e do Brasil, tentando relacionar esse aspecto macro à análise específica das terras que futuramente viriam a compor a cidade de Mesquita.

Minha análise neste primeiro capítulo terá como recortes espacial e temporal a ocupação e as mudanças ocorridas na região da Baixada Fluminense, tendo como foco as terras pertencentes ao atual município de Mesquita, a partir do início do período do Brasil Colônia (século XVI), até a emancipação de Mesquita do município de Nova Iguaçu, ocorrida no ano de 1999. Reconheço que os recortes espacial e temporal são grandes, entretanto o escopo desta dissertação não é o dar conta de toda a história da região nesses cinco séculos, o que logicamente não seria possível, mas o de procurar fazer com o que o panorama apresentado no primeiro capítulo sirva como instrumental necessário para a elaboração das oficinas

pedagógicas direcionadas à prática de ensino na educação básica no terceiro capítulo, através do que será chamado aqui de instrumentalização dos saberes.⁵

O segundo capítulo (A história local como possibilidade para o ensino de História na educação básica) tem como tônicas a apresentação e os usos do suporte teórico-metodológico necessário à escrita da história em âmbito local. A ênfase nesse capítulo é a de acionar teóricos da História (e de outras disciplinas) que possibilitem pensar a Baixada Fluminense, especificamente o caso da cidade de Mesquita - RJ, bem como fornecer a possibilidade de desenvolvimento dessa abordagem local em sala de aula, entendendo que o quadro teórico analisado também pode ser aplicado na construção de “outras histórias locais” em diversos outros lugares.

O suporte teórico-metodológico é ferramenta essencial para a elaboração dos chamados “produtos”, componentes do terceiro e último capítulo. Os conceitos presentes no segundo capítulo desta dissertação têm uma função dupla: a de ajudar acerca do entendimento do objeto pesquisado, bem como de servir como instrumental para a elaboração de atividades interativas com os alunos. Procurei fazer correlações entre teoria e caso específico no corpo do texto da dissertação, demonstrando onde os conceitos caros a essa pesquisa foram aplicados em sala de aula, ou serviram para compreender melhor as realidades vividas por alunos e professores do município.

Finalmente, o terceiro e último capítulo (Mesquita - RJ em oficinas) tem como tônica a aplicabilidade das pesquisas da presente dissertação em sala de aula do ensino fundamental, seja da historiografia específica analisada, ou do quadro teórico levantado. Esse capítulo conta com os chamados “produtos”, que são componentes exigidos no programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Esta dissertação conta com dois produtos principais, divididos em três oficinas:

O primeiro produto desenvolvido é composto por uma oficina chamada de “O MEU LUGAR” (Oficina 01), caracterizada pelo uso de uma metodologia que procurou aliar o uso de novas tecnologias ao ensino de História, a partir da utilização da ferramenta conhecida como Google Street View. A ferramenta da empresa norte

⁵ Elementos relacionados à história do município pós-emancipação também estão presentes no terceiro capítulo, através do trabalho com documentos e oficinas em sala de aula.

americana Google (em funcionamento no Brasil desde 2010) permite a observação da paisagem a partir de geomapeamento, devendo ser operacionalizada a partir de métodos próprios, possibilitando, assim, a construção de narrativas da história do tempo presente e de outros tempos históricos em diversas variações de escalas, dependendo da abordagem escolhida. Os resultados da pesquisa e da aplicação do produto em sala de aula (ou como atividade proposta) estão devidamente relatados no corpo do capítulo.

O segundo produto tem o nome “MESQUITA EM DOCUMENTOS”, e está dividido em duas oficinas, que devem ser acionadas de maneira lúdica pelos alunos: o jogo da memória (Oficina 02) e o arquivo simulado (Oficina 03). Esses materiais permitem uma série de atividades relacionadas ao manuseio direto de documentos, escritos e iconográficos, e de estudos historiográficos específicos sobre Mesquita e Baixada Fluminense por parte dos alunos, trabalhando, dessa forma, com os sentidos de “mudança e permanência” e “tempo histórico”. A metodologia e o componente material da oficina também estão devidamente relatados no corpo do capítulo, como ocorre na oficina anterior.

Por ora, cabe dizer que a tônica das atividades desenvolvidas nessa oficina está diretamente relacionada às práticas de observação e correlação. Os diversos documentos e estudos historiográficos serão confrontados e correlacionados a partir de atividades pedagógicas específicas.

Neste sentido, é necessário dizer que esse segundo produto teve como inspiração inicial o projeto “Caixa de História”, produzido por professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ⁶, apesar de esta ser uma apropriação livre e a oficina ter um resultado diferente daquele do

⁶ A Caixa de História é uma iniciativa concebida por Luís Reznik e concretizada por um grupo de professores formado por ele e ainda por Márcia Gonçalves, Marcelo Magalhaes, Helenice Rocha e Rui Aniceto Fernandes – todos membros do Grupo de Pesquisa Oficinas de História. Essa criação coletiva vem se concretizando a partir de diferentes apoios, como a Faperj, o CNPQ e a Petrobras. Essa proposta fez parte do Guia de Tecnologias Educacionais do MEC em 2009 e segue em plena atividade e realização.

"Antes de um projeto, a Caixa de História é uma ideia sobre a educação patrimonial e o ensino de história local. Atividades – todas preparadas para alunos de diferentes séries do Ensino Fundamental – inspiradas em documentos que evocam a história local incentivam a formação de identidades e a valorização do patrimônio material e imaterial pelos alunos moradores dessas regiões. O formato de “caixa” sugere a possibilidade de extrair daquele recipiente inúmeras histórias, em uma criação constante e infundável. Nela estão presentes materiais diversos como pranchas fotográficas, compact disk, papéis, folhetos, livretos, fac-símile de jornais, além de fichas de apresentação do material e de proposição do que deve ser feito para a análise do mesmo em sala de aula". Ver: <http://www.oficinasdehistoria.com.br/caixa-de-historia/>

projeto mencionado. Além disso, é importante observar ainda que a oficina permite a operacionalização dos conceitos de “arquivo simulado” de Mattozzi e “pseudo-arquivo” de Guaraccione, devidamente explicados no capítulo II.

CORPO DOCUMENTAL

Trata-se de um anexo da dissertação, composto pelos documentos sobre Mesquita e Baixada Fluminense que foram levantados durante a pesquisa, tendo o objetivo de servirem como materiais utilizados pelos alunos nas oficinas do terceiro capítulo. Também estão disponíveis nesse anexo todas as cartas do jogo da memória, componentes do mesmo capítulo.

Esses materiais foram impressos e utilizados pelos alunos durante o ano letivo de 2018, como meio de promoção do ensino de história local a partir do uso de documentos em sala de aula, através de uma perspectiva lúdica.

O anexo encontra-se no final desta dissertação, podendo ser impresso para ser utilizado por professores que trabalhem com alunos residentes na cidade de Mesquita.

CAPÍTULO I. Mesquita – RJ: uma historiografia revisitada

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um breve panorama da historiografia sobre a região onde hoje está localizada a cidade de Mesquita - RJ, na Baixada Fluminense. Neste sentido, o que será visto aqui é um esforço para tentar selecionar elementos de uma determinada obra, muitas vezes com característica mais ampla (ou “macro”) sobre a Baixada Fluminense, tentando relacionar esse aspecto macro à análise específica das terras que futuramente viriam a compor a cidade de Mesquita.

Conforme dito, minha análise neste capítulo terá recortes espacial e temporal relacionados aos processos de ocupação da Baixada Fluminense, tendo como foco as terras que viriam a compor o atual município de Mesquita, ainda no período do Brasil Colônia - a partir do século XVI - até a emancipação de Mesquita do município de Nova Iguaçu, no ano de 1999.

O objetivo principal desta dissertação não é o de produzir (ou reproduzir) “a história de Mesquita”, mas o de levar - através de metodologias próprias - essa história local específica às salas de aula do ensino fundamental nas escolas localizadas no município, onde trabalho como professor concursado da disciplina História na rede municipal de ensino. Os elementos presentes neste primeiro capítulo serão componentes essenciais para a elaboração das oficinas pedagógicas do terceiro capítulo.

O presente capítulo tratará de apresentar e analisar parte do que já foi produzido até o momento sobre a região, levando em consideração os diversos aspectos das obras analisadas, que passaram pelo crivo de diferentes instituições produtoras de conhecimento. Acredito que conhecer e analisar as produções legitimadas sobre o objeto pesquisado seja o primeiro passo para a escrita de um trabalho acadêmico. Procurei fazer aqui uma necessária análise interdisciplinar da região, para isso selecionei trabalhos que possibilitam o diálogo do saber histórico com saberes de outras disciplinas, atentando, assim, às diversas especificidades relacionadas à questão local.⁷

⁷ Para um maior entendimento sobre a questão local e suas relações interdisciplinares, ver: BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

Por último, vale dizer que este primeiro capítulo também tem o objetivo de servir como fonte para a elaboração de aulas expositivas por parte dos professores da disciplina, já nele há elementos relacionados à historiografia própria sobre a região, bem como também aponta outras obras, que podem ser consultadas, caso o docente queira aprofundar ainda mais seus conhecimentos.

1.1 - Mesquita: uma apresentação

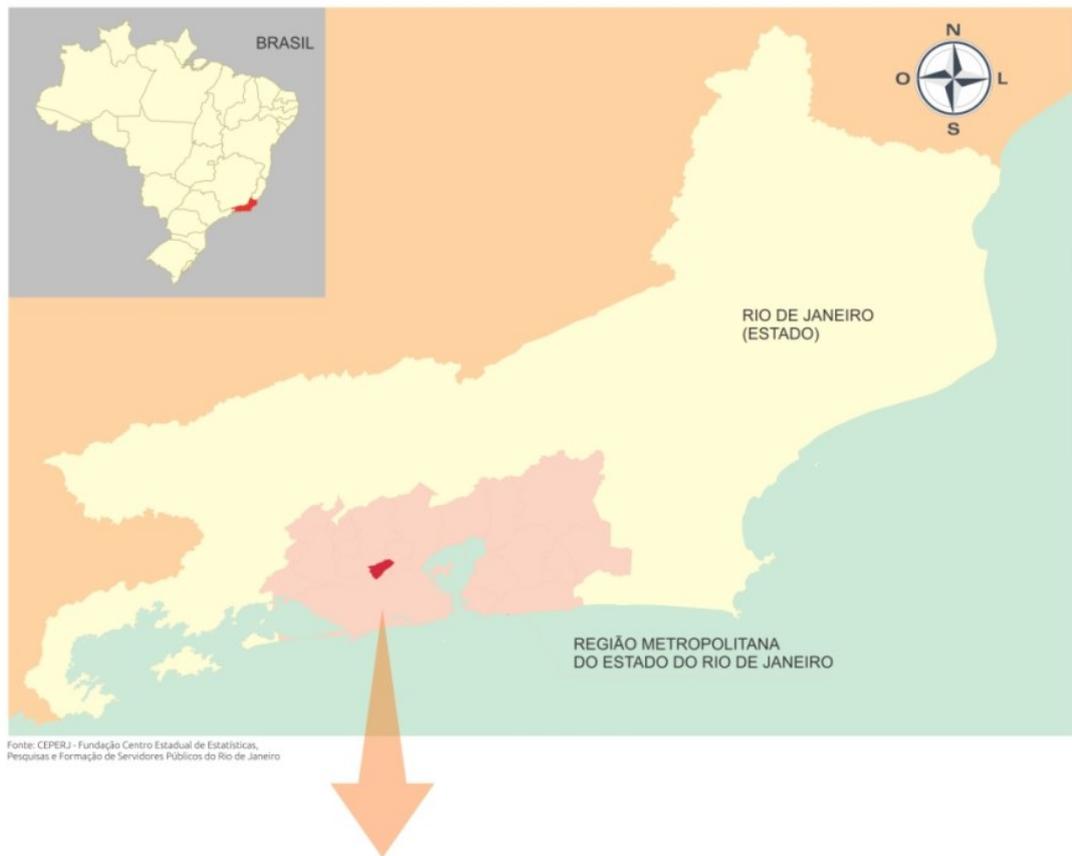
Mesquita é uma cidade do estado do Rio de Janeiro, localizada na região conhecida como Baixada Fluminense, na chamada região metropolitana do estado. Sua emancipação da cidade de Nova Iguaçu (também localizada na Baixada Fluminense) ocorreu no ano de 1999.

Com relação à região conhecida como Baixada Fluminense, deve-se dizer que não há um consenso geral sobre seus limites geográficos, quando tratamos especificamente dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, como mostrou o geógrafo Manoel Ricardo Simões:

Não existe um consenso geral do que seja a Baixada Fluminense, quais os seus limites e os municípios que a compõem. A cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação à área a ser delimitada. Contudo, existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos desta região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”. Os problemas se encontram nos limites leste, oeste e norte. Dependendo dos autores, Magé e Guapimirim podem ser ou não inseridos na Baixada Fluminense, o mesmo ocorrendo com Itaguaí, Seropédica e Paracambi.⁸

O nome “Mesquita” é uma homenagem a Jerônimo José de Mesquita (1826-1886), ou simplesmente Barão de Mesquita, fazendeiro do Império que possuía terras na região.

⁸ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p.1



**Localização da cidade de Mesquita no estado do Rio de Janeiro⁹*

A cidade possui atualmente uma extensão territorial de 41.471 m². Sua população é estimada em 171.020 habitantes (em 2016), e possuía 168.376 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE (2010). Mesquita tem atualmente a densidade demográfica de 4.310,48 hab/km².¹⁰

Com relação ao seu atual espaço geográfico, de acordo com a Lei Estadual nº 3253/99, os limites territoriais do município de Mesquita foram definidos da seguinte forma:

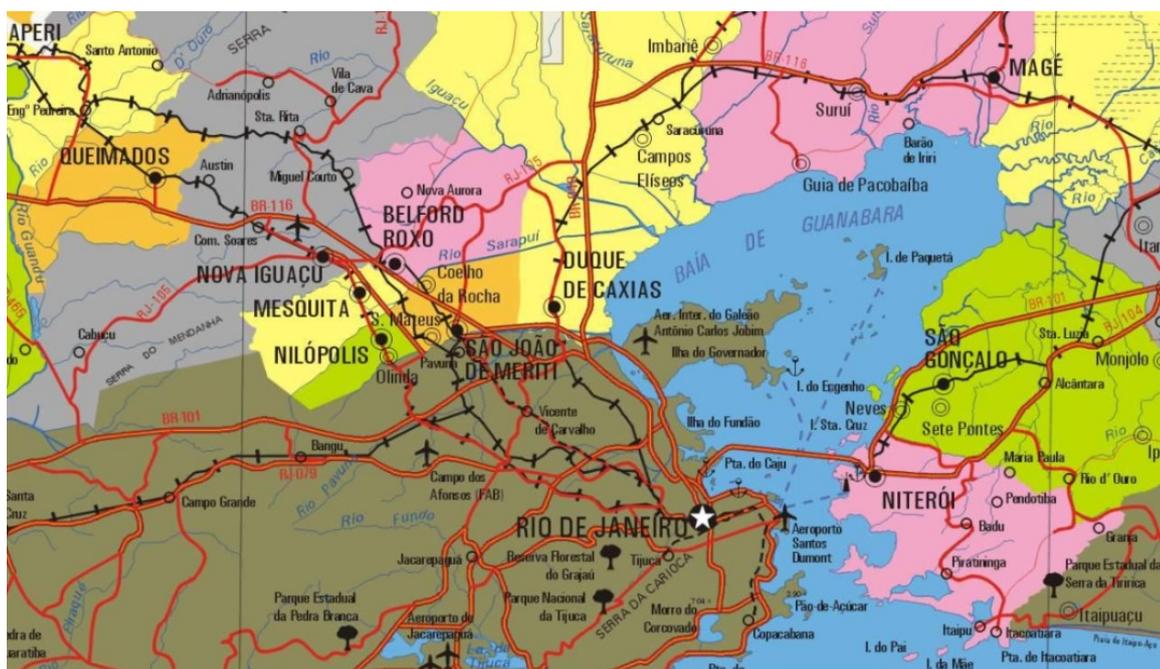
O Território do Município de MESQUITA, constituído de todo o 5º Distrito acima citado, é compreendido dentro dos seguintes limites territoriais:

LIMITES INTERMUNICIPAIS:

⁹ Fonte: CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

¹⁰ Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330285>

- a) COM O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU Começa no Pico de Gericinó, na Serra de Madureira, segue pela linha de cumeeada até a nascente do Rio Dona Eugênia, desce por este rio, à jusante, até encontrar o prolongamento da rua Irmãos Maurício, segue por esta rua e seu prolongamento até o leito da ferrovia da Rede Ferroviária Federal S/A, segue por esta até o prolongamento da rua Carlos Marques Rollo, daí segue por esta rua até o Rio da Prata, desce por este rio, à jusante, até a travessia sob a Rodovia Presidente Dutra;
- b) COM O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO Começa no ponto de travessia do Rio da Prata sob a rodovia Presidente Dutra, segue por esta rodovia até o Rio Sarapuí;
- c) COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI Começa no ponto onde a Rodovia Presidente Dutra cruza o Rio Sarapuí, segue por este rio, à montante, até a Linha de Alta Tensão da Light;
- d) COM O MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS Começa na travessia do Rio Sarapuí com a Linha de Alta Tensão da Light, segue por este rio, à montante, até interceptar a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca;
- e) COM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO Começa no encontro do Rio Sarapuí com a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca, daí segue em reta ao Morro de Gericinó e deste, em reta, ao Pico de Gericinó¹¹



* *Localização da cidade de Mesquita na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.* ¹²

¹¹ Art. 2 da Lei 3253/99, Rio de Janeiro, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12399629/artigo-2-da-lei-n-3253-de-25-de-setembro-de-1999-do-rio-de-janeiro>

¹² <http://geo.ceperj.rj.gov.br/ceperj/index.php>

1.2 – Mesquita: um panorama da história de suas terras, do século XVI até seu processo de urbanização na década de 1950

1.2.1 – A colonização

O território onde hoje está localizada a cidade de Mesquita já foi habitado por índios de etnia tupinambá, chamados jacutingas, nome dado aos índios pelos colonizadores europeus¹³, como escreveu Ricardo Simões em sua tese de Doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF):

Uma das primeiras referências às terras que hoje compõem o município de Mesquita se refere à aldeia dos jacutingas em 1567, cuja localização exata ainda é controversa, não sendo possível afirmar se realmente ela ficava em terras de Mesquita, Belford Roxo ou Nova Iguaçu.¹⁴

O termo “jacutinga” é oriundo de “jacu”, nome de uma ave de grande porte que habita as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, estando hoje praticamente extinta no território do estado do Rio de Janeiro, mas que no século XVI fornecia os penachos que serviam como adornos dos índios que habitavam a região, conforme mostrou Maria Fatima Souza Silva, em sua dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO):

As referências encontradas na maioria dos historiadores que escrevem sobre a ocupação dessa parte do território fluminense, fazem alusão aos “jacutinga”, como o grupo que habitava essas terras, nomeados assim por conta de uma ave bastante comum naquela região: Próximo ao rio Iguaçu existiam duas aldeias tupinambá, chamadas de Jacutinga, porque os índios se enfeitavam com penas de Jacu Branco (Jacu: espécie de galinha. Tinga: Branco) (Meneses, 2000: 11).¹⁵

Com relação aos antigos habitantes das terras de Mesquita (e seu entorno), podemos dizer que a colonização portuguesa provocou um verdadeiro extermínio

¹³ Hoje esse grupo indígena dá nome a um bairro chamado Jacutinga, localizado no 3º distrito do atual território municipal.

¹⁴ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 156.

¹⁵ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 43.

das populações indígenas na região da Baixada Fluminense, ainda no século XVI, não restando hoje uma única comunidade que possamos dizer que seja descendente dos povos que outrora habitavam a região. Os jacutingas chegaram a participar da chamada Confederação dos Tamoios (1554-1567), entrando em conflito com os colonizadores portugueses e seus aliados indígenas, os temiminós.

Sobre o extermínio dos jacutingas na região:

A última referência explícita a um aldeamento indígena na Baixada Fluminense é de 1570 quando “colonizadores encontraram na região de Santo Antônio de Jacutinga uma tribo de índios chamados de jacutingas” (Prado, 2000, 51). Depois disso não há mais registro da presença indígena e, ao que parece, os poucos que restaram, foram rapidamente assimilados e desapareceram como grupo distinto.¹⁶

No início da colonização portuguesa, as terras da Baixada Fluminense foram divididas em sesmarias doadas a nobres e militares portugueses, como acontecera com terras em diversos locais da colônia portuguesa.

Podemos dizer que existe uma relação direta entre a colonização portuguesa nas terras da Baixada Fluminense com a criação da cidade do Rio de Janeiro em 1565. Essa relação com o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro é um traço que permaneceu presente na Baixada Fluminense durante séculos, fazendo com que a região componha hoje a chamada área metropolitana do Grande Rio de Janeiro. Por conta dessa relação, as cidades da Baixada Fluminense acabaram recebendo posteriormente a alcunha de “cidades dormitórios”, ou seja, de cidades fornecedoras de mão-de-obra para as atividades econômicas em desenvolvimento no Rio de Janeiro, conforme escreveu Maria Therezinha de Segadas Soares:

A expansão do Grande Rio de Janeiro pela Baixada da Guanabara representa uma fase nova e uma nova feição de seu desenvolvimento. Durante séculos, a cidade lutou para construir seu solo urbano. Expandiu-se, vencendo as condições desfavoráveis do sítio, e tem agora diante de si as vastas extensões de baixada do recôncavo da Guanabara. Nessa ampla área, por toda parte onde o sistema de comunicações e a distância permitam contacto diário e permanente com a metrópole, sentimos hoje a presença do Rio de Janeiro.

¹⁶ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 83.

São as próprias características da região da baixada, assim como sua posição intermediária entre a metrópole e seu *arriere-pays*, os elementos que favorecem o que já foi qualificado de tendência irreprimível da capital de dilatar-se por todo o recôncavo da Guanabara (LAMEGO, 1948, p. 133). No passado, êsses elementos contribuíram para o estabelecimento de uma ligação profunda entre a cidade e seu recôncavo e hoje, são em grande parte responsáveis pela incorporação da baixada à área metropolitana do Grande Rio de Janeiro.¹⁷

A expressão francesa “Arrière-pays”, presente no texto de Maria Therezinha de Segadas Soares, pode ser traduzida para o português como hinterlândia, uma palavra de origem alemã que indica uma região afastada das áreas urbanas, o que podemos chamar também de uma região situada no interior. Durante o período de ápice da mineração na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX), ficou evidente essa posição geográfica intermediária da Baixada Fluminense, localizada entre a “hinterlândia” da colônia (as terras de Minas Gerais) e a cidade do Rio de Janeiro, que cada vez mais passava a assumir o papel de centro urbano e econômico da América Portuguesa. Essa condição intermediária da Baixada teve fundamental importância na história da região.

1.2.2 - A cana-de-açúcar

No período do Brasil Colônia, Mesquita fazia parte das chamadas terras de Iguassú. Essas terras foram divididas em sesmarias. Nessas sesmarias, a Igreja Católica criou freguesias, que contavam basicamente com uma igreja matriz e capelas. As capelas geralmente estavam localizadas em grandes propriedades rurais.

As terras de Mesquita faziam parte da chamada freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, fundada em meados do século XVII, estando localizadas nas proximidades do chamado Engenho da Cachoeira, aos pés do maciço do Gericinó.

De acordo com Maria Fatima de Souza Silva:

[...] Nesta Freguesia, ainda segundo Pizarro, citado por FORTE (1933), erguiam-se seis capelas, dentre as quais, a de N. S. da Conceição da Cachoeira, fundada antes de 1731, por Manuel Corrêa Vasques, proprietário do engenho de açúcar da Cachoeira. O

¹⁷ SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguazu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE, p. 2.
Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf

engenho de Vasques aparece relacionado, segundo FORTE (1933), na relação do Marquês de Lavradio: [...] o de Cachoeira, do capitão Manoel Corrêa Vasques, importante propriedade que fabricava 60 caixas de assucar e 30 pipas de aguardente, contando 80 escravos [...] (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 1769-1776: parte 1.ª, citado por Forte, 1933: 36). Às margens de um rio com nascente na serra da Cachoeira, localizada no maciço de Gericinó, erguia-se o Engenho da Cachoeira. O rio (atual D. Eugênia), a serra, a fazenda e o engenho levaram o mesmo nome.[...]¹⁸

Portanto, a colonização das terras de Mesquita seguiu a lógica da colonização que se reproduziu em diversas regiões do Brasil colônia: a divisão das terras em sesmarias, o combate a grupos indígenas locais, a ocupação e a implantação da cultura da cana-de-açúcar como tentativa de atividade de desenvolvimento econômico e a presença da Igreja Católica com a construção de igrejas matrizes e capelas, em volta das quais se desenvolviam povoados.

A fundação do Engenho da Cachoeira (que já existia antes de 1663) às margens do rio de mesmo nome, e que hoje recebe o nome de Rio Dona Eugênia, um afluente do rio Sarapuí, e da Capela Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1731), podem ser considerados como marcos fundamentais para o processo de povoamento não indígena na região onde hoje está localizada a cidade de Mesquita. Durante o século XVII, a lavoura canavieira foi, portanto, uma aposta de exploração econômica, como foi em várias terras da colônia.

Além do Engenho da Cachoeira, outros engenhos foram fundados na região da Baixada Fluminense, como o de Nossa Senhora da Vitória (no Calundu, em Belford roxo), o de Nossa Senhora da Batalha (no Jardim Redentor, em Belford Roxo), o de Nossa Senhora da Conceição dos Gaia (no bom Pastor, em Belford Roxo). Esses três engenhos localizados nas atuais terras da cidade de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, estavam localizados às margens do Rio Sarapuí, que atravessa os atuais municípios de Nilópolis, Duque de Caxias, Mesquita, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Belford Roxo, desaguando no Rio Iguaçu, que por sua vez, deságua na Baía de Guanabara. A proximidade que esses engenhos tinham do leito de um importante rio local mostram a grande importância que teve a vasta rede fluvial da Baixada Fluminense no processo de colonização das terras da região, fornecendo, além de água potável para o estabelecimento de grupamentos

¹⁸ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 46

humanos, uma rede de navegação fluvial para o escoamento da produção açucareira e de outros produtos agrícolas.

Hoje, por conta da poluição, do assoreamento e da inviabilidade do transporte fluvial, esses rios passaram a representar, não mais uma alternativa econômica ou de transporte, mas uma fonte de preocupação com as constantes enchentes que acontecem na Baixada Fluminense.¹⁹

Além dos engenhos já citados, existiu outro engenho que, por sua localização geográfica, também estando localizado ao pé da serra do maciço do Gericinó, teve correlação com o engenho da Cachoeira. Esse engenho era chamado de Engenho da Maxambomba, localizado em terras que atualmente pertencem à cidade de Nova Iguaçu, na extremidade oriental da Serra de Madureira. Sobre o Engenho da Cachoeira, de acordo com Gisela de Jesus Barros:

O Engenho da Cachoeira já existia pelo menos antes de 1663. Naquele ano, o Capitão Manoel Correa Vasques já havia falecido e coube à sua viúva d. Guiomar Rodrigues acertar as questões de limites com o proprietário de engenho limítrofe, Sebastião Cardoso de Sampaio.²⁰

[...] Esse engenho ficava localizado no pé da serra de Gericinó, na beira do rio da Cachoeira, atualmente denominado de 'canal de D. Eugênia'. A ponte de pedra que cruza o canal aparentemente é obra antiga e dava entrada no engenho, do qual só resta uma construção sólida atualmente ocupada por um escritório de advocacia, inserida num condomínio. Provavelmente este prédio fosse a antiga capela de Nossa Senhora da Conceição.[...]²¹

Sobre o Engenho da Maxambomba, também fundado por iniciativa da família Correa Vasques:

Dado divulgado recentemente complica um tanto a questão dos momentos mais antigos deste engenho, igualmente fundado nos seiscentos e até então considerado fundado por iniciativa da família Correa Vasques. De acordo com Maurício de Almeida Abreu, "in" Geografia Histórica do Rio de Janeiro, (2010, II152/s) entre 1687 e 1688 aquele engenho pertencia aos padres de São Bento.²²

¹⁹ Ver, por exemplo: Chuva forte alaga cidades da Baixada, Jornal O Dia, edição de 15/12/2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-12-14/chuva-forte-alaga-cidades-da-baixada.html>

²⁰ BARROS, Gisela de Jesus. Nossas ruas têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 12.

²¹ Idem, p. 14.

²² Ibidem, p. 13

Apesar de ter servido como ponto de partida para a ocupação do território, as plantações de cana-de-açúcar nas terras do Engenho da Cachoeira (bem como em outros engenhos da Baixada Fluminense) não fizeram com que aparecessem grandes aglomerados urbanos. A produção açucareira na região de Iguassú entrou em declínio por motivos como esgotamento do solo e a concorrência com o norte-fluminense, que já apresentava técnicas mais sofisticadas para a o plantio da cana e a produção de açúcar.

A saída posterior para a crise econômica provocada pelo declínio da atividade canavieira foi a citricultura, que só seria implantada na virada do século XIX para o século XX:

A saída para os fazendeiros, com suas terras desvalorizadas, veio através do incremento de uma política industrial nascente, que necessitava do fornecimento de alimentos para a mão de obra, dirigindo investimentos, portanto, para o setor agrícola.

Diante disso, os fazendeiros vendem suas terras para pagar hipotecas, saldar dívidas ou mesmo investir em outros ramos. A citricultura surge, então, como uma possibilidade de revitalização da agricultura nas terras da Baixada. Cultivada desde o final do século XIX, tem o seu apogeu entre as décadas de 1920 – 1940, quando atrai a presença “de uma migração camponesa nacional para o município, notadamente de fluminenses e de mineiros” (Souza, 2004: 38).

A região de Mesquita, como já era denominada nessa época, acompanha as mudanças ocorridas. “O espólio da antiga Fazenda Cachoeira foi dividido, transformando-se em chácaras, sítios de cultivo e beneficiamento de laranjas, que dariam um novo impulso à localidade.”²³

Conforme dito, o cultivo da cana de açúcar não trouxe uma grande prosperidade econômica para as terras da Baixada Fluminense nos séculos XVII e XVIII, nem provocou uma grande explosão demográfica. Entretanto, percebemos a importância de mencionar esses dois engenhos estabelecidos na Freguesia de Jacutinga, já que eles teriam sido organizados pela família Correia Vasques. Tiveram, portanto, origem, localização e desenvolvimentos próximos aos pés do maciço do Gericinó. Podemos considerar que esses fatores em comum constituíram, de certa forma, a gênese de elos de ligação entre as terras que hoje fazem parte do município de Mesquita, com as terras que hoje compõem o município de Nova

²³ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro CCH/UNIRIO, 2005, pp. 48 e 49.

Iguaçu, mais especificamente nos atuais bairros da Coreia e Alto Uruguai em Mesquita (Cachoeira) e os bairro Caonze e centro em Nova Iguaçu (Maxambomba). Essa ligação entre as localidades permaneceu por séculos, sendo interessante notarmos que Mesquita é (até a presente data) o município mais novo do estado do Rio de Janeiro, emancipando-se apenas em 1999 de Nova Iguaçu. Seus laços com a “terra mãe” iguaçuana, como pudemos ver, são seculares.

1.2.3 - Os trajetos do ouro

Com o passar do tempo, novas transformações geoespaciais, demográficas e econômicas, relacionadas a um aspecto “macro” provocaram transformações nas terras da Baixada Fluminense. Os antigos engenhos foram gradativamente perdendo sua importância.

Deparamo-nos agora, já no século XVIII, com o papel desempenhado pelo município do Rio de Janeiro como local que abrigava o porto responsável pelo escoamento das riquezas minerais (em especial o ouro), extraídas dos solos do atual estado de Minas Gerais. Essas riquezas minerais precisavam atravessar um “caminho” para chegar ao porto. Esse “caminho” era a Baixada Fluminense. Existiram, na verdade, quatro caminhos principais.

O século XVIII marcou o apogeu da exploração de ouro (e pedras preciosas) em Minas Gerais. Todas as principais rotas de escoamento das riquezas minerais cortavam a Baixada Fluminense, sendo que duas delas levavam aos portos fluviais de Pilar, Iguaçu e Estrela, localizados nos cursos d’água que desaguam na Baía de Guanabara.

Os pontos de baldeação das mercadorias para o transporte fluvial, em direção ao porto, propiciaram o aparecimento de toda uma infraestrutura de apoio às operações comerciais, razão esta que levou ao aparecimento dos primeiros núcleos urbanos na “Baixada Fluminense” (conhecida anteriormente com “Baixada da Guanabara”), como Magé, Porto das Caixas, Iguassú e Estrela.

Sobre os trajetos do ouro, de acordo com Manoel Ricardo Simões, havia quatro “caminhos” que cortavam a região da Baixada, sendo o primeiro caminho inaugurado em 1699, recebendo o nome de caminho de Garcia Paes Leme:

O primeiro caminho a ser construído ligando as Minas Gerais ao porto do Rio é o caminho de Garcia Paes Leme, iniciado em 1699 e concluído em 1704. O tempo de viagem se reduz de 90 para 15 dias

e isto é fundamental para a captura da região das Minas a órbita de influência do Rio de Janeiro.²⁴

O caminho de Garcia Paes Leme não cortava as atuais terras de Mesquita. Na verdade, ele contribuiu para o desenvolvimento da região em torno do Porto de Pilar, que viria a formar os primeiros núcleos populacionais mais consideráveis da atual cidade de Duque de Caxias, que permaneceu ligada ao município de Nova Iguaçu até sua emancipação no ano de 1943, 56 anos antes da emancipação de Mesquita, portanto. Esse caminho também contribuiu para o desenvolvimento de uma região, hoje localizada no município de Nova Iguaçu, e que hoje está em ruínas (como também está o chamado Porto de Estrela, em Magé). Esse lugar era chamado de Vila de Iguassu, conhecido nos dias atuais como Iguaçu Velho, um antigo bairro que se encontrava localizado entre os atuais bairros iguaçuanos de Vila de Cava e Tinguá. Esse povoado, criado em 1699, com a construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu desenvolveu-se por estar na rota do transporte do ouro trazido das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, bem como por também servir posteriormente como rota de escoamento da produção de café na região do vale do Paraíba. A Vila de Iguaçu chegou a ser a primeira sede do município de Nova Iguaçu, chamado antes apenas de Iguaçu. Com isso, a região aos pés do maciço do Gericinó, onde estavam localizados os engenhos de Maxabomba e da Cachoeira acabaram ficando em “segundo plano”.

O segundo caminho passava ainda mais longe das terras de Mesquita, sendo responsável pelo desenvolvimento da região do Porto de Estrela, que deu origem a um município chamado “Estrela”, hoje inexistente, com seu “centro” atualmente em ruínas, localizado nas terras da atual cidade de Magé.

O segundo caminho a ser construído atravessando a Baixada Fluminense será o de Bernardo Proença, também conhecido por Caminho de Inhomirim, iniciado em 1721 e concluído em 1724. Partindo do porto de Estrela no rio Inhomirim (ou Estrela) em direção a Minas passará pelo Córrego Seco (que será mais tarde a cidade de Petrópolis) entrando pelo vale do Rio Piabanha e encurtando a viagem para apenas 11 dias, daí ser bastante utilizado a partir de então (Torres, 2004). Este caminho, também atingido pelo rio, levará algum dinamismo a localidade de Estrela que chegará até se

²⁴ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 63.

transformar em município em 1846, mas que se extinguirá em 1891 após a adoção da ferrovia como meio de transporte.²⁵

Os dois primeiros caminhos do ouro acarretaram aumento populacional para regiões mais próximas a Pilar (Duque de Caxias), Estrela (Magé) e Vila Iguassu (Nova Iguaçu).

Podemos dizer que o terceiro caminho criado, chamado de Caminho Novo do Tinguá, concluído em 1768, teve relação direta com as terras de Mesquita, bem como com o atual centro de Nova Iguaçu (antiga Maxambomba).

O atual centro administrativo e financeiro da cidade de Nova Iguaçu encontra-se próximo ao atual centro administrativo e financeiro de Mesquita. Ambos têm um aspecto comum: são cortados pela Estrada de Ferro Dom Pedro II, inaugurada em 1858, atualmente chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

Se a criação do Caminho novo de Tinguá não significou uma mudança tão considerável para as terras da Baixada Fluminense localizadas aos pés do Maciço do Gericinó, a linha férrea decretou a desaceleração econômico-demográfica de Iguaçu Velho (assim como aconteceu com Estrela), fazendo com que a região próxima aos antigos engenhos voltasse a ganhar maior relevância. A Estrada de Ferro Dom Pedro II seguiu o percurso do Caminho Novo de Tinguá:

Em 1728 é concluído o Caminho Novo do Tinguá, também conhecido por Caminho da Terra Firme ou do Mestre Estevão Pinto, seu construtor (Torres, 2004). Ele se inicia em próximo ao que seria hoje São Cristóvão no Rio de Janeiro e vem seguindo o sopé do Maciço da Tijuca fugindo das áreas alagadas do litoral da Baía de Guanabara, com um percurso muito semelhante ao da atual EFCB. Depois da freguesia de Irajá esse caminho entrava na Baixada Fluminense passava pela Fazenda São Matheus e pelos, então, insignificantes engenhos da Cachoeira e de Maxambomba. Daí continuava pelo sopé do Maciço de Gericinó, atravessava o rio Santana e a fazenda de Belém, atual Japeri e contornava o Maciço de Tinguá por uma subida menos íngreme nas atuais localidades de Engenheiro Paulo de Frontin, Sacra Família e Morro Azul do Tinguá se encontrando com o caminho de Garcia Paes logo após a localidade de Pati do Alferes.²⁶

²⁵ Idem, p. 64

²⁶ Ibidem, p. 64

A pesquisa de Adriena Casini da Silva, que se encontra em sua dissertação de Mestrado pela Faculdade de Educação da UFRJ, confirma o aspecto relacionado à decadência dos outros caminhos que tinham trechos fluviais com relação à construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, bem como a caracterização das terras da Baixada Fluminense como território de “passagem” entre Minas, Rio de Janeiro e São Paulo:

[...] Conforme Dias e Bezerra (2014), já em 1858, é inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro D. Pedro II, o que aperfeiçoou o escoamento do café, produto também cultivado na região. Esse fato, inclusive, ao levar à decadência os portos e caminhos que existiam por terra firme na região, permite que a Vila de Iguaçú, sede administrativa de Iguaçú, fosse fortemente afetada, posto que ficava às margens do porto Iguaçú e da Estrada Real; antes, rotas de comércio estratégicas para a região (OLIVEIRA: 2007). Nesta época, segundo Barros (2011): “[...] a Baixada Fluminense funcionou como um entreposto entre o Rio de Janeiro e as Regiões de Minas Gerais e São Paulo (p. 18), fato esse que contribui para a definição da região, como um território de passagem, um espaço de trânsito. [...]”²⁷

Por fim, o “quarto caminho” também não cortava as terras de Mesquita. A título de ilustração, basta dizermos que ele era uma variante do terceiro caminho que, ao invés de adentrar pelas terras da Baixada Fluminense, partia pelas terras do atual município de Piraí, seguia pelas terras do atual bairro de Campo Grande, localizado na atual Zona Oeste do Rio de Janeiro, depois pelas terras do Vale do Paraíba, e de lá, seguindo pelas terras do atual estado de São Paulo:

Mais tarde, em 1734 foi construído uma variante que passará por São João Marcos, atual município de Piraí, encontrando com o caminho que saía de Campo Grande e seguirá pelo Vale do Paraíba em direção a São Paulo. Este caminho se diferenciava dos demais por ser o primeiro que não se utilizava da via fluvial em nenhum momento do seu percurso.²⁸

Assim como ocorreu com as plantações de cana-de-açúcar, na Baixada Fluminense, os chamados “caminhos do ouro” também não provocaram explosão demográfica, assim como também não provocaram as incipientes plantações de

²⁷ SILVA, Adriena Casini da. A Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 55.

²⁸ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 64.

café, tentadas na região, mas que não encontraram solo e clima adequados nas terras baixas e alagadas da Baixada Fluminense. Desta forma, podemos dizer que as terras da Baixada serviram como meio para aumentar ainda mais a influência da cidade do Rio de Janeiro, ficando em posição intermediária nas rotas de comércio.

Se as vias fluviais da Baixada da Guanabara não geraram aglomerados durante o apogeu do ciclo do açúcar nessa região, também os caminhos de acesso ao interior do século XVIII - o Caminho Nôvo de Garcia Rodrigues Pais, a variante de Bernardo Proença e o Caminho de Terra Firme - por sua vez, só contribuíram de início para dar maior importância à cidade do Rio de Janeiro, que teve ampliada sua área de influência e se foi projetando cada vez mais, alcançando em 1763 a situação de capital da Colônia.²⁹

Adriano Oliveira Rodrigues, em sua dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisou a relação entre a função principal dos “caminhos”, as criações da Vila de Iguaçu, formada pelas Freguesias de Iguaçu, Inhomirim, Pilar, Santo Antonio de Jacutinga, São João de Meriti e Marapicu, na Baixada Fluminense e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro, transformada em capital da colônia portuguesa em 1763:

A função primordial desses caminhos e estradas era possibilitar o escoamento de mercadorias que no início da colonização, se resumiam a culturas de exportação como o açúcar, o anil e a cochinchila; depois, durante todo o século XIX, a principal mercadoria transportada era o café; e já na primeira metade do século XX, passaram a ser a laranja, a banana e o abacaxi. Em 1833, com o desenvolvimento da região foi então criada a Vila de Iguaçu, formada pelas Freguesias de Iguaçu (sede), Inhomirim, Pilar, Santo Antonio de Jacutinga, São João de Meriti e Marapicu. Assim como o ouro, as culturas de exportação contribuíram de maneira decisiva ao conferir maior importância à cidade do Rio de Janeiro, cujo auge ocorreu em 1763, com a elevação desta à condição de capital da colônia (SOARES, 1960). Neste contexto, a Vila de Iguaçu contribui com o cultivo de três grandes culturas, a saber: cana, café e laranja.³⁰

²⁹ SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE, p. 163. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf

³⁰ RODRIGUES, Adriano Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo / Adriano Oliveira Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 25.

Abaixo, temos um mapa ilustrando os “caminhos do ouro” que cortavam a Baixada Fluminense:



Fonte: Torres, 2004, adaptado pelo autor, 2006³¹

³¹ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 63.

1.2.4 – Nos trilhos do café

A criação da estrada de Ferro D. Pedro II teve muita relevância para a mudança do cenário na região da Baixada Fluminense. Entretanto, isso não aconteceu imediatamente após sua inauguração. Paradoxalmente, a historiografia sobre a região mostrou que, ao invés de trazer um notório crescimento para a Baixada, inicialmente a criação da estrada de ferro trouxe um período de decadência, uma vez que as terras da região passaram a ser tratadas (agora ainda mais) como pontos de passagem para um meio de transporte mais rápido, dotado de uma dinâmica diferente da existente nos antigos portos fluviais, no que diz respeito à estrutura montada para o transporte de carga, principalmente do café vindo do Vale do Paraíba.

Sobre a malha ferroviária, o transporte de carga, de passageiros e as três estações da EFCB (Estrada de Ferro Central do Brasil)³² que estão localizadas no atual território de Mesquita (Edson Passos, Mesquita e Presidente Juscelino):

Na Baixada Fluminense, além de Belém, somente duas outras estações: Maxambomba e Benedito Ottoni, que mais tarde se tornarão sedes dos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados. A princípio estas estações eram insignificantes paradas onde havia um pequeno movimento de cargas já que a região havia sofrido um processo de esvaziamento por conta das epidemias. A exceção era a estação de Belém, que ganhará dinamismo em pouco tempo devido à baldeação das tropas e depois dos trens carregados de café. Mesmo com a inauguração da linha de passageiros em 1870, pouca coisa muda nestes lugares até o final do século XIX, quando se inicia o cultivo da laranja. Neste mesmo ramal são inauguradas, ainda no século XIX, as estações de Engenheiro Neiva (Nilópolis), Jaceaba (Comendador Soares), Mutambo (Mesquita), Austin e Caramujo (Engenheiro Pedreira). No século XX mais três estações a “estação do Boi” (Edson Passos), Olinda e Presidente Juscelino.³³

³² Como a Estrada de Ferro D. Pedro II passou a ser chamada em 22 de novembro de 1889, uma vez que a República (proclamada sete dias antes) procurou “apagar” os marcos identitários do Império em diversas localidades.

³³ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, pp. 90-91.

Segue o mapa ilustrativo das estações:



Área de abrangência do sistema de transporte sobre trilhos na metrópole do Rio de Janeiro. Fonte: http://www.alexandrefarah.com.br/img/obj/mapa_g.jpg³⁴

Nos antigos portos fluviais, como o de Porto de Iguaçu, havia uma dinâmica própria de povoamento. Fazia-se necessária a criação de uma estrutura em torno dos portos para que as cargas pudessem ser transportadas. Pessoas trabalhavam e residiam em localidades próximas, desenvolvendo vilas como a de Iguaçu Velho, por exemplo.

Com a ferrovia, entretanto, uma vez que uma malha ferroviária estava sendo montada, era necessário que em volta das regiões das futuras estações fosse criada uma lógica de produção econômica própria, caso contrário, elas só serviriam como pontos de passagem rápida para o escoamento de produtos em direção à cada vez mais pujante cidade do Rio de Janeiro, capital da colônia portuguesa desde 1763.

³⁴ In: MOTTA, Marcio Wixak Vieira da. O veículo Leve sobre Trilhos: Considerações sobre os seus atributos como justificativa para a sua implantação. UFRJ: 2013, p. 97. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2013.

Maria Therezinha de Segadas Soares em seu texto “Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro” trouxe-nos uma interessante análise que relaciona elementos como a crise na agricultura da região da Baixada Fluminense com o abandono dos portos fluviais e as consequências mais imediatas trazidas pela construção das malhas ferroviárias:

Em 1858, a Estrada de Ferro D. Pedro II inaugurava o seu primeiro trecho, no qual se compreendiam as estações de Maxambomba e Queimados, prolongando-o no fim do mesmo ano até Belém (atual Japeri). Em poucos anos alcançava o vale do Paraíba (1864). Era mais uma garganta galgada pela ferrovia, era mais uma região servida pela ferrovia, eram, enfim, as vilas-portos da baixada que seriam abandonadas, por desnecessárias, com o advento da ferrovia. Não foi, porém, a ferrovia a única responsável pela decadência dessas aglomerações: se a região a que elas pertenciam lhes fornecesse os elementos necessários à sua sobrevivência, elas não teriam entrado numa decadência tão profunda ou mesmo desaparecido. No entanto, a própria região, isto é, a Baixada da Guanabara, antes mesmo do estabelecimento da estrada de ferro, já entrara numa fase de grande decadência, em sua vida agrícola. A concorrência campista no que se refere à cana, a própria concorrência do planalto quanto ao café, o cansaço das terras eram as causas dessa decadência.³⁵

Fatores relacionados às características das terras alagadas da Baixada, aliados à baixa infraestrutura de saneamento básico na região contribuíram para outro elemento responsável pela decadência dos portos fluviais: as constantes epidemias de malária e cólera que acometeram os habitantes da região.

A Baixada da Guanabara passou a ser somente uma zona de passagem rápida, pois o impaludismo dizimava aqueles que ousavam permanecer na região. As populações fugiam dessa zona amaldiçoada e nada havia que pudesse retê-las ou atraí-las. Nas vilas as casas eram demolidas para venda dos materiais, enquanto outras, abandonadas, iam aos poucos sendo despojadas por gente da própria zona rural. O mato crescia nas ruas e nos cemitérios, as igrejas tornavam-se ruínas. Pôrto das Caixas, Estrêla, Iguaçu, aglomerações que viviam exclusivamente de sua função de intermediárias, entraram numa rápida e profunda decadência e foram sendo abandonadas por seus moradores.³⁶

³⁵ SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE, p. 167. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf

³⁶ Idem, p. 167

Para completar esse cenário de decadência da agricultura local, a abolição da escravidão em 1888 acabou servindo para desestruturar ainda mais algumas fazendas já combalidas da região, que ainda dependiam da exploração do trabalho escravo.

Fatores como o declínio econômico das rotas fluviais em povoados como Porto Iguaçú e Porto da Estrela, aliado ao surgimento das epidemias de malária e cólera, fizeram com que as pessoas buscassem regiões mais salubres para habitar. No caso das terras da atual cidade de Nova Iguaçú, essas regiões estavam justamente localizadas aos pés do maciço do Gericinó, portanto, em terras mais altas.

A região próxima à estação de Maxambomba foi escolhida como destino das pessoas que abandonaram as antigas vilas dos portos fluviais. Mesquita também viveu essa dinâmica com sua estação Jerônimo de Mesquita (hoje apenas Mesquita), muito próxima da estação de Maxambomba.

O arraial de Maxambomba, conforme dito anteriormente, tornou-se a capital de Iguassú, vindo a ser a futura Nova Iguassú (em 1916). O Decreto Estadual n.º 204, de 01-05-1891, transferiu a sede do município de Iguassú para a povoação de Maxambomba.³⁷

Com relação especificamente às terras de Mesquita e sua ligação com a linha férrea inaugurada em 1858, Maria Fatima afirma que:

"A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, teve o primeiro trecho, ligando Maxambomba (hoje Nova Iguaçú) a Queimados, inaugurado em 1858, e no mesmo período os trilhos chegariam à Belém, atual município de Japeri. Em 1884, foi inaugurada uma parada de trem nas terras cedidas pelo Barão de Mesquita para passagem dos trilhos, que recebeu o nome de Jerônimo de Mesquita (posteriormente Mesquita). Alguns autores e documentos se referem a Mutambó para nomear as terras que compunham essa região antes da inauguração oficial da parada de trem;"³⁸

Sobre o plantio do café em terras da Baixada Fluminense, podemos dizer que as tentativas de introdução da cafeicultura não foram bem sucedidas na região. As colheitas não foram expressivas, sofrendo a concorrência direta da forte

³⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>

³⁸ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 48.

produção de café de qualidade do Vale do Paraíba. A situação começou a mudar à medida que se aproximava o século XX.

Com a introdução da citricultura na virada do século XIX para o século XX, o cenário da região passou por consideráveis transformações.

1.2.5 – O perfume dos laranjais

A saída para a crise econômica provocada pela estagnação agrícola da região foi a introdução da citricultura, que encontrou solos e climas adequados, em especial na região onde hoje estão localizados os centros administrativos de Nova Iguaçu e Mesquita, aos pés do maciço do Gericinó, o que não ocorreu com os plantios de cana-de-açúcar e café tentados anteriormente.

Nas terras altas do maciço, descendo pela região dos antigos engenhos de Maxambomba³⁹ e da Cachoeira, o cultivo da laranja pôde prosperar, trazendo uma mudança extremamente significativa para a região.

Portanto, podemos dizer que a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, aliada à citricultura, trouxe algum desenvolvimento para a região dos antigos engenhos de Maxambomba e Cachoeira.

Entretanto, alguns fatores devem ser analisados em conjunto para entendermos o crescimento da região da Baixada Fluminense na primeira metade do século XX. Esses fatores estão relacionados ao próprio crescimento da cidade do Rio de Janeiro, à implantação do sistema de transportes através da Estrada de Ferro Central do Brasil, e por fim, ao cultivo de cítricos, voltados à exportação, tendo sua produção escoada pela linha férrea em direção à cidade do Rio de Janeiro.

³⁹ substantivo feminino

1 Regionalismo: Brasil.

vagão ferroviário com mais de um pavimento

2 Regionalismo: Brasil. Uso: informal.

veículo velho; calhambeque

3 Regionalismo: Norte do Brasil, Centro-Oeste do Brasil.

trole para carga e descarga de embarcações fluviais

4 Regionalismo: Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Diacronismo: obsoleto.

veículo pesado, movido a vapor, us. no transporte urbano

5 Regionalismo: Minas Gerais.

ferro de engomar

6 Regionalismo: Brasil. Uso: informal.

o tronco humano

Fonte: Dicionário eletrônico Houaiss® da língua portuguesa 3.0

A saída para os fazendeiros, com suas terras desvalorizadas, veio através do incremento de uma política industrial nascente, que necessitava do fornecimento de alimentos para a mão de obra, dirigindo investimentos, portanto, para o setor agrícola.

Diante disso, os fazendeiros vendem suas terras para pagar hipotecas, saldar dívidas ou mesmo investir em outros ramos. A citricultura surge, então, como uma possibilidade de revitalização da agricultura nas terras da Baixada. Cultivada desde o final do século XIX, tem o seu apogeu entre as décadas de 1920 – 1940, quando atrai a presença “de uma migração camponesa nacional para o município, notadamente de fluminenses e de mineiros” (Souza, 2004: 38).

A região de Mesquita, como já era denominada nessa época, acompanha as mudanças ocorridas. “O espólio da antiga Fazenda Cachoeira foi dividido, transformando-se em chácaras, sítios de cultivo e beneficiamento de laranjas, que dariam um novo impulso à localidade.”⁴⁰

A cidade do Rio de Janeiro, que se afirmava cada vez mais como uma metrópole, necessitava do espaço dos subúrbios para crescer. Esses subúrbios do Rio de Janeiro acabaram “encontrando” as terras da Baixada, formando verdadeiras conurbações na Região Metropolitana do estado, conforme demonstrou Maria Therezinha de Segadas Soares:

Ao iniciar-se o século XX, já o crescimento do Rio de Janeiro e de seus subúrbios assim era descrito por Aureliano Portugal: 'a continuidade da cidade propriamente dita é tal que, em grande parte, se torna impossível estabelecer limites entre as paróquias urbanas e as chamadas suburbanas. Todo o percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil, até além da estação de Cascadura, é marginado de habitações, formando sem quebra de continuidade, inúmeras ruas, que a frequência e a rapidez do transporte incorporam naturalmente à cidade'.⁴¹

Talvez uma característica peculiar da região de Mesquita em relação a outras cidades que surgiram a partir da fragmentação do território iguaçuano, o que fez com essa região mantivesse laços fortes com Nova Iguaçu, seja a forte ligação econômica que Mesquita manteve com sua “cidade mãe”, justamente por compartilhar da dinâmica econômico-territorial da citricultura, que encontrou na Estrada de Ferro Central do Brasil sua possibilidade de escoamento da produção:

⁴⁰ Idem., pp. 48 e 49.

⁴¹ Apud. SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE, p. 169.

Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf

[...] Ainda no final do século XIX, o desenvolvimento de Maxambomba permite que seu vizinho, Mesquita, usufrua de seu progresso econômico e social através das obras de saneamento do Rio Sarapuí, da recuperação de áreas alagadas e da plantação de laranjais. Além disso, a própria citricultura traz um frescor econômico às terras mesquitenses, que antes tinham como atividades mais rendosas, o escoamento de café e de outros produtos pela ferrovia, além dos canaviais dos engenhos e fábricas de açúcar da Cachoeira. Ou seja, a introdução do plantio da laranja, nesse período, permite a construção de um novo perfil identitário para a região que, ao longo do século seguinte encontrar-se-á fortemente identificada com essa fruta cítrica, [...]⁴²

1.2.6 – Cidades emancipadas

Outras cidades da Baixada Fluminense tiveram relações muito diretas com a crescente cidade do Rio de Janeiro, que via seus subúrbios cada vez mais se aproximarem das terras da Baixada, como Duque de Caxias, que se emancipou ainda no ano de 1943, levando consigo as terras que seriam hoje São João de Meriti (emancipando-se de Caxias ainda no ano de 1947), ou ainda Nilópolis, que tinha (e ainda tem) uma aproximação grande com as periferias da cidade do Rio de Janeiro, sendo a cidade hoje vizinha do bairro carioca de Anchieta. Nilópolis emancipou-se de Nova Iguaçu ainda no ano de 1947.

A seguir, mapas ilustrando as emancipações das cidades então pertencentes a Nova Iguaçu:



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

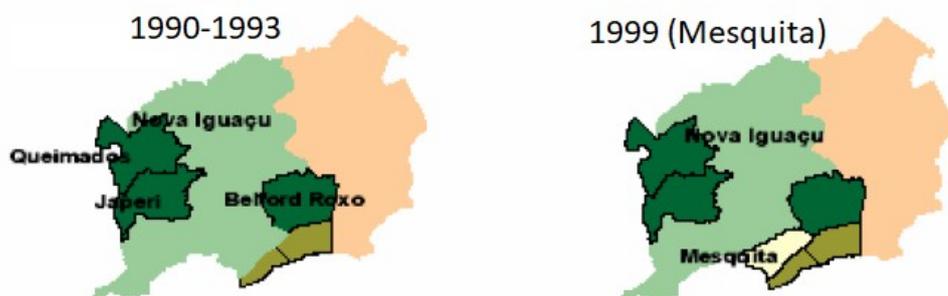
⁴² BARROS, Gisela de Jesus. Nossas ruas têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 66.

Queimados, emancipada em 1990, Japeri em 1991 e Belford Roxo em 1993 têm, logicamente suas peculiaridades, como a de serem mais distantes da área urbana do Rio de Janeiro que Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, permanecendo por um tempo maior como distritos de Nova Iguaçu.

Há fatores políticos (além de econômicos e geográficos) que foram responsáveis por esse intervalo entre a primeira emancipação da década de 1940 (Duque de Caxias, em 1943) e a emancipação ocorrida em 1990 (Queimados). Esse hiato de tempo está relacionado diretamente ao período mais rígido da ditadura militar (1964-1985), onde não aconteceram emancipações municipais no Brasil, Conforme demonstrou Simões:

Durante a fase mais dura do regime militar, entre 1964 e 1979 os movimentos emancipacionistas entraram em recesso, só retomando as suas atividades após a abertura promovida pelo regime, principalmente a partir de 1982, com a realização de eleições diretas para governador. Em 1983 os movimentos emancipacionistas começam a retomar suas atividades e após a instalação da Nova República começam as primeiras emancipações no Estado do Rio De Janeiro, em Arraial do Cabo em 1985 e Italva em 1986.⁴³

Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu durante a década de 1990.



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

⁴³ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 165.

Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti tiveram ligação direta com o desenvolvimento dos subúrbios cariocas por conta de suas localizações geográficas, desenvolvendo fortes traços urbanos. Essa característica foi um dos fatores responsáveis por suas emancipações anteriores às de Queimados, Japeri e Mesquita.

Com o constante crescimento da cidade do Rio de Janeiro, seus subúrbios da Zona Norte foram cada vez mais “fundidos” às futuras cidades limítrofes, formando verdadeiras conurbações, que faziam com que cada vez mais fosse difícil estabelecer os limites dos subúrbios cariocas com as terras da Baixada.

Hoje, vemos nitidamente essa situação quando percebemos as conurbações formadas entre Nilópolis e o bairro carioca de Anchieta, ou São João de Meriti e o bairro carioca da Pavuna, ou ainda a cidade de Duque de Caxias e os bairros cariocas de Jardim América e Vigário Geral. Todas essas conurbações são cortadas pelo rio Pavuna.

Mesquita acabou sendo um caso interessante e peculiar nesse contexto. Por estar próxima a Nilópolis (separadas pelo rio Sarapuí) e, de certa forma não muito longe da cidade do Rio de Janeiro, acabou participando dessa dinâmica de expansão territorial dos “subúrbios” cariocas, urbanizando-se, ainda que timidamente, no início do século XX. Entretanto, sua proximidade com o centro financeiro e administrativo de Nova Iguaçu (antes conhecido como Maxambomba), que no final do século XX já começava sua produção de laranjas para exportação, fizera com que Mesquita estivesse ligada de maneira muito forte à citricultura, do início do século XX até meados da década de 1940.

1.2.7 – Ápice e crise dos laranjais

Os laranjais espalharam-se pelas atuais terras iguaçuanas e mesquitenses, formando um verdadeiro “cinturão” que se estendia de Maxambomba, percorrendo as terras aos pés do maciço do Gericinó até as terras próximas ao antigo Engenho da Cachoeira em Mesquita. A citricultura atingiu sua relevância econômica mais considerável na década de 1920.

A região da estação ferroviária de Maxambomba viu surgir uma elite econômica agrária que exerceu influência em toda a região. Até hoje podemos ver a herança dessa prosperidade da citricultura em Nova Iguaçu na parte do cento da

cidade voltada para o maciço do Gericinó, bem como no bairro iguaçuano conhecido como Caonze. Hoje, essas localidades contam com muitas residências de classe média alta, formando o km² mais caro da cidade.

Entretanto, deve-se dizer que, paradoxalmente, essa prosperidade da citricultura na região foi uma barreira para a urbanização de Mesquita, vista apenas como um prolongamento das terras dos férteis laranjais, ao passo que sua vizinha Nilópolis seguia em um ritmo de urbanização mais acelerado. De acordo com Simões:

Com a mudança da sede da vila de Iguazu para Maxambomba, Mesquita inicia, ainda que timidamente, um processo de crescimento econômico. As obras de saneamento no rio Sarapuí em 1896 permitem uma recuperação das terras alagadas e o início do cultivo da laranja, principalmente na encosta da Serra de Gericinó. No entanto, o ciclo da laranja só deslanchará na década de 20, nesse período a população será predominantemente rural e o pequeno núcleo em torno da estação só receberá alguma melhoria em 1916. O primeiro loteamento urbano será aprovado em 1927, próximo a estação. Dois anos depois João Mirandela loteia a Chatuba, em ambos os lados do rio Sarapuí, contudo a ocupação será mais intensa no então distrito de Nilópolis. Surgem as primeiras casas de venda de materiais de construção e olarias para a fabricação de telhas. A partir daí a expansão da citricultura impede o avanço dos loteamentos urbanos, tanto que na década de 30 somente duas áreas serão loteadas, Santa Terezinha em 1932 e em Edson Passos em 1936 (Barros, 2004)⁴⁴

A prosperidade dos laranjais durou até a chegada da década de 1940. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial em 1939, as rotas comerciais pelos oceanos foram comprometidas, uma vez que era grande o risco de ataques por parte de navios e submarinos de guerra. Como a laranja era um produto de exportação que utilizava rotas marítimas para o escoamento da produção para o exterior, partindo do porto Rio de Janeiro (após seu transporte pela ferrovia), a citricultura na região acabou vivendo seu momento de crise derradeiro.

Com o início da Segunda Guerra Mundial chegava ao fim a pulsante atividade econômica de exportação de cítricos. Sem ter como escoar a produção para os principais consumidores além-mar, os laranjais entraram em decadência.

⁴⁴ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 156.

A crise que atingirá a citricultura a partir da eclosão da segunda Guerra Mundial irá reconfigurar o uso do território iguaçuano, mas, paradoxalmente reforçará a centralidade de Nova Iguaçu. A reestruturação econômica exigirá a recomposição do tecido social o que provocará o surgimento de novas classes sociais e extinção de algumas. A elite local terá que se readaptar às transformações econômicas e migrar para outras atividades econômicas não ligadas às atividades agrícolas, que será praticamente extinta do município numa velocidade impressionante. Como afirma Sonali Souza: “o declínio da citricultura pode ser avaliado pela queda do número de estabelecimentos voltados para essa lavoura, em vinte anos, no ano de 1939 registravam-se 1414 estabelecimentos voltados para o cultivo de laranjeiras, em 1950 eles decresceram para 1281 em 1960 foram registrados 742 estabelecimentos” (2004, 144).⁴⁵

1.2.8 – A Mesquita das olarias

Concomitante à atividade agroexportadora dos laranjais, surgiu outra atividade econômica: a produção de produtos de cerâmica em olarias, aproveitando o terreno mais alagadiço com farta disponibilidade de argila, matéria-prima essencial para essa atividade. As olarias foram instaladas próximas ao atual centro da cidade, bem como em regiões mais afastadas, em terras onde hoje estão localizados bairros mesquitenses como Santo Elias, Banco de Areia, BNH e Rocha Sobrinho.

A primeira olaria foi criada em 1908 na atual região central da cidade, em um lugar onde hoje existe a conhecida Praça da Telemar. Era a Companhia Materiais de Construção-Olaria Ludolf & Ludolf, tendo como presidentes os industriais Américo e Alfredo Ludolf. Os irmãos Ludolf compraram as grandes terras pertencentes à família do Barão de Mesquita, que na prática era um latifúndio ocupando praticamente todas as terras de Mesquita do lado oposto aos pés do maciço do Gericinó. Américo Ludolf foi um pioneiro da indústria de cerâmica no Brasil, sendo o fundador e maior acionista da Companhia Cerâmica Brasileira e importante líder industrial da primeira metade do século, tendo integrado a primeira diretoria da antiga Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), denominada a partir de 1939 de Centro das Indústrias do Rio de Janeiro (CIRJ). A olaria tinha como principal produto a produção de telhas do tipo Marselha, popularmente conhecidas como “francesas”.

Outra olaria, chamada Gigante, pertencente à família Quintella, foi instalada onde hoje está localizado o bairro de Rocha Sobrinho. A chaminé da Olaria Gigante continua de pé, compondo um cenário bastante conhecido dos moradores da região.

⁴⁵ Idem, pp. 117-118.



Chaminé da Olaria da Ludolf & Ludolf, nas antigas terras do Barão de Mesquita. Extraído do livro de Barros (2011, p. 109).⁴⁶



Chaminé de Rocha sobrinho atualmente - Rua Sérgio Delamare - Mesquita⁴⁷

⁴⁶ SILVA, Adriana Casini da. Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 55.

⁴⁷ Google Street View ®:

<https://www.google.com.br/maps/@22.7778981,43.4047009,3a,75y,202.19h,104.91t/data=!3m6!1e1!3m4!1sEf3Alx88uqVvSPmekNE-jQ!2e0!7i13312!8i6656>

As olarias, beneficiadas pelo tipo de solo e pelos recursos hídricos do Rio Sarapuí, perderam seu potencial a partir da década de 1950. Os solos acabaram esgotados por causa da exploração excessiva. As peças de barro passaram a apresentar uma liga ruim, imprópria para o mercado, levando ao colapso dessa atividade econômica.

Dessa forma, temos em meados da década de 1940 o colapso dos laranjais e no início da década de 1950, o colapso das olarias, ao mesmo tempo em que os “ventos” da urbanização sopravam cada vez mais fortes em terras da Baixada Fluminense.

Sendo uma atividade econômica concomitante aos laranjais, as produções das olarias tiveram um traço em comum com sua contemporânea na agricultura: ambas estavam baseadas em grandes propriedades de terra, formando verdadeiros latifúndios pertencentes a poucas famílias. Esse aspecto fez com que as atividades econômicas em questão inibissem na região de Mesquita o processo de crescente urbanização que já estava a pleno vapor nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, bem como em Nilópolis, São João de Meriti e Caxias, conforme demonstrou Maria Fatima de Souza Silva:

Considera-se que a agricultura de laranjas e as olarias tenham retardado a explosão demográfica em Mesquita. Dessa forma, durante as primeiras quatro décadas do século XX, sua paisagem era composta de laranjais, olarias, poucas residências e algum pequeno comércio, se compararmos com hoje em dia. Por volta de 1940, sua população atingia cerca de 9.109 habitantes. A decadência da produção de laranjas provocou a venda dessas chácaras e o aparecimento dos primeiros loteamentos em Mesquita, entre o pé da serra e a estrada de ferro. Por outro lado, pouco a pouco, também as olarias deram lugar aos loteamentos (do lado oposto às chácaras). Já em 1950, observa-se que a população triplicou para 28.835 moradores, fruto do retalhamento das chácaras ex-produtoras de laranjas. [...] ⁴⁸

⁴⁸ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 49.

1.2.9 – Uma Mesquita urbanizada

Com os colapsos dos laranjais e das olarias, e com a crescente urbanização dos subúrbios cariocas rumo à Baixada Fluminense, na década de 1950 tem início um novo tempo na história de Mesquita, marcado pela divisão das terras dos antigos latifúndios em lotes, que passaram a ser vendidos por preços atraentes. Tem início, assim, a explosão demográfica de Mesquita.

[...] A Ludolf&Ludolf fecha suas portas por volta de 1950, sua área é vendida à Imobiliária Santo Elias, ocorrendo os primeiros loteamentos em 1954, e tendo, a partir daí, uma aceleração progressiva do povoamento, com a venda, por volta de 1960 de quase todos os lotes.⁴⁹

As terras então pertencentes ao Barão de Mesquita e às olarias passaram a ser retalhadas e divididas em lotes com preços atrativos para aqueles que buscavam morar próximo à metrópole (cidade do Rio de Janeiro). Não havia mais espaço para latifúndios na região.

Os lotes na Baixada Fluminense tinham preços atrativos, justamente por conta da ausência de serviços públicos, que resultava na falta de infraestruturas básicas, como rede de abastecimento de água, rede elétrica, galerias pluviais, rede de esgoto, etc.

Os preços atraentes impulsionaram diversos deslocamentos migratórios da população trabalhadora mais pobre da capital para a Baixada Fluminense, em busca de casa própria e barata. Também passaram a chegar imigrantes, vindos principalmente do interior do estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Região Nordeste do país. Vale destacar ainda a chegada de imigrantes de outros países, também atraídos pelos baixos preços das terras loteadas. Esse foi um fator bastante característico das cidades de Nilópolis e São João de Meriti, que se urbanizaram ainda nas décadas de 1930 e 1940. Sobre o caso de Nilópolis, que teve a peculiaridade de formar lideranças políticas locais mais coesas antes de São João de Meriti, Simões destaca que:

A partir de 1930 a cidade passa a receber imigrantes que alteram o quadro político da cidade. Primeiro chegam os judeus, comerciantes que enriquecem, mas deixam a cidade sem tornar-se um grupo político definido, depois chega um outro grupo que vai se tornar

⁴⁹ Idem, p. 50.

referência na cidade, os sírios-libaneses e entre estes, as famílias, Abrão, David e Sessim (idem). Ainda neste período chegam os migrantes do Nordeste, Minas e do interior do estado do Rio de Janeiro que formarão a massa moradora do município e de onde sairão algumas lideranças políticas locais.⁵⁰

Sobre o caso específico de São João de Meriti, o autor destaca que:

A multiplicidade de proprietários que loteavam suas terras também não permitiu o surgimento de um grupo de loteadores com poder significativo. A “elite” local de São João era formada por pequenos comerciantes oriundos do Oriente Médio e do Nordeste brasileiro, alguns loteadores e profissionais liberais remanescentes das antigas famílias dominantes.⁵¹

Com relação à Mesquita, além dos loteamentos, começaram a ser instaladas fábricas na região a partir da década de 1940, a exemplo do que já acontecia nos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro e nos territórios correspondentes às atuais cidades vizinhas. Com o aumento populacional da área correspondente à atual cidade de Mesquita, bem como das regiões do entorno, as fábricas puderam dispor de mão-de-obra disponível para o trabalho.

Na década de 40 a decadência da citricultura no território iguaçuano atinge Mesquita. Nesse período diversas indústrias se instalam próximas a estação como a Sonarec, IBT e Brasferro (Prado,2000). Inicia-se então a urbanização, de fato, da localidade com surgimento de vários loteamentos como os próximos à futura estação de Juscelino e em Rocha Sobrinho (1946). O adensamento populacional faz com que seja criada em 1950 mais uma estação na EFCEB, junto ao rio Sarapuí, a estação do Boi, futura Edson Passos (Barros, 2004). A partir de então, a febre dos loteamentos chega definitivamente a Mesquita, que se torna urbana, na década de 50. O parcelamento da terra faz surgir os bairros de Rocha Sobrinho, Delamare, Vila Norma, Vila Emil, Santo Elias e Juscelino, deixando poucas terras disponíveis, os últimos loteamentos acontecerão nas décadas de 60 (Parque Ludolf, Vila Emil) e 80 (Cosmorama), restando poucas terras disponíveis em Vila Norma e às margens da Presidente Dutra.⁵²

⁵⁰ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, pp. 153-154.

⁵¹ Idem, p. 150

⁵² Ibidem, p. 159.

Mesquita, que tinha uma população de pouco mais de 9.000 habitantes na década de 1940, passou a contar com cerca de 28.000 habitantes na década de 1950, conforme demonstrado na seguinte tabela:

Ano	População residente (h) em Mesquita
1940	9.109
1950	28.835
1960	58.835
1970	93.678
1980	125.239
1991	142.058
2000	164.879

Fonte: Anuário Estatístico da Fundação CIDE – 2003 *

* Tabela produzida por Maria Fatima de Souza Silva, a partir de pesquisa para sua dissertação de Mestrado de 2005.⁵³

A explosão populacional e a industrialização crescente fizeram com que Mesquita fosse elevada à categoria de 5º distrito de Nova Iguaçu em 1952. O distrito de Mesquita foi criado a partir da lei n.º 1472, de 28 de abril de 1952. Pela Lei Estadual n.º 1472 de 28-04-1952, são criados os distritos de Mesquita e Japeri e anexados ao município de Nova Iguaçu.⁵⁴

Maria Therezinha de Segadas Soares chama a atenção para o fato de que as indústrias surgidas, não só em Mesquita, mas em outras localidades da Baixada Fluminense, não devem estar dissociadas do desenvolvimento e expansão da metrópole do Rio de Janeiro. As indústrias tiveram como principal financiador e consumidor a metrópole próxima, que tinha nas terras da Baixada Fluminense cada vez mais a possibilidade de aumentar sua influência econômica na região.

⁵³ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro CCH/UNIRIO, 2005, p. 50.

⁵⁴ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>

Cada vez mais o recôncavo se torna o parque industrial da metrópole. Essas indústrias, que têm no Rio de Janeiro o financiador, o principal consumidor, o importador de sua matéria-prima, o expedidor e o orientador de sua produção, vêm sendo, freqüentemente, as pioneiras da ocupação urbana da Baixada. Apesar de se apoiarem sôbre mão-de-obra de caráter predominantemente local, concentram em tórno de si técnicos e trabalhadores especializados provenientes e, geralmente, residentes na metrópole, assim como servem de catalizadoras de um povoamento espontâneo ou organizado. A abundância de água, a possibilidade de ter energia própria em função da proximidade da serra, a facilidade para a aquisição de grandes áreas (que não as situadas à margem das novas rodovias) por preços ainda acessíveis, a rêde rodoviária que recorta a baixada, assim como a facilidade no estabelecimento de conexões com essa rêde são os fatores principais que atraem a indústria para a Baixada, [...] ⁵⁵

1.3 – As tentativas de emancipação de Mesquita

1.3.1 – A primeira tentativa de emancipação

Ainda servindo como zona periférica do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, em Mesquita começou a formar-se um grupo político-econômico - ligado à urbanização - que viu a concretização de suas demandas por autonomia política ficarem mais próximas com a elevação da localidade à categoria de distrito em 1952. As demandas da recém-formada camada urbana mesquitense aumentavam cada vez mais.

Com Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis (já emancipadas) servindo como exemplos a serem seguidos, os representantes de Mesquita também estavam embalados pelas características liberais da Constituição de 1946, durante o governo Dutra.

Assim como outros antigos distritos de Nova Iguaçu, que passaram por tentativas de emancipação no final da década de 1950 e início da década de 1960⁵⁶, Mesquita também passou por uma tentativa de separação política no ano de 1957. Essas tentativas de emancipação foram impulsionadas pela nova conjuntura trazida

⁵⁵ SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE, p. 174. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf

⁵⁶ Queimados (1958) e Belford Roxo (1962)

por uma soma de fatores, como a crise do poder econômico das elites dos laranjais de Nova Iguaçu, causada pela derrocada da produção agrícola de cítricos em meados da década de 1940, o processo de urbanização crescente da Baixada Fluminense a partir do povoamento dos lotes de terras baratas dos antigos latifúndios, a crescente onda de industrialização vinda dos subúrbios do Rio de Janeiro, responsável cada vez mais pela formação de elites locais detentoras dos meios de produção, a proximidade geográfica com a cidade do Rio de Janeiro, a facilidade de transporte para a (então) capital do Brasil, através da Estrada de Ferro Central do Brasil e, gradativamente, a possibilidade de transporte para a mesma cidade, com a pavimentação do trecho da BR 116 em 1951, conhecido como Presidente Dutra, ligando a cidade do Rio de Janeiro à cidade de São Paulo.⁵⁷

Também foi um fator incentivador das emancipações o panorama político do país, em um processo de abertura e aproximação com o liberalismo econômico após o período do Estado Novo (1937-1945).

Sobre a primeira tentativa de emancipação de Mesquita, ocorrida em 1957, Maria Fatima de Souza Silva fez a seguinte análise:

A origem do movimento pela emancipação do então quinto distrito de Nova Iguaçu, remonta à década de 1950, situando – se no bojo de um dos períodos de aquecimento de criação de novas cidades no país, a partir da promulgação da Constituição de 1946. Por outro lado, é o momento em que moradores já fixados nos locais de moradia para onde se deslocam, na maioria das vezes, desabastecidos das condições de estrutura necessárias, criam formas que julgam serem capazes de alavancar o seu desenvolvimento. A primeira campanha de emancipação nasce nesse contexto.⁵⁸

De acordo com a historiadora, as primeiras reuniões com o objetivo de emancipação de Mesquita aconteceram em meados da década de 1950. Em maio de 1957 aconteceu uma reunião com os moradores da localidade, que resultou em um processo encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e

⁵⁷ Ainda durante o Governo Dutra (1946-1951) houve a pavimentação do trecho Rio - São Paulo da BR 116 (em 1951), conhecido como Rodovia Presidente Dutra, que corta os territórios atuais de diversas cidades da Baixada Fluminense, mais especificamente, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí e Paracambi. Essa rodovia também foi responsável pelo favorecimento do gradual povoamento da Baixada Fluminense em suas margens.

⁵⁸ SILVA, Maria Fatima de Souza. O movimento pela Emancipação do Município de Mesquita. In: BARROS, Gisela de Jesus. Nossas ruas têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 21.

ao governo do estado para ser sancionado. Os moradores em questão afirmavam que o distrito de Mesquita estava esquecido. Com a derrocada econômica dos laranjais iguaçuanos, a “cidade mãe” não tinha condições de cuidar de seus distritos, além do que, era necessária a formação de um novo “corpo político” - tanto no Executivo, quanto no Legislativo - para que as demandas dos moradores fossem atendidas, uma vez que a representatividade de Mesquita na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu não era suficiente para atender às demandas dos moradores do 5º distrito.

Maria Fatima de Souza Silva relatou que em 1962 houve um “estranho desaparecimento” do processo encaminhado à Assembleia e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Até hoje não se sabe ao certo o que aconteceu. Esse “ar de mistério” relacionado ao desaparecimento do processo seguiu por anos. A historiadora citou, em sua pesquisa de Mestrado, uma matéria do jornal O Dia (em 2004) tratando Mesquita como uma “cidade caçula envolta em mistérios”:

Cidade caçula do estado do Rio de Janeiro, Mesquita foi criada em 1999, quando se emancipou de Nova Iguaçu. O processo de transformação do antigo bairro em um município, no entanto, começou há mais de 40 anos antes, num episódio envolto em mistério, que foi também a primeira de uma série de tentativas frustradas da emancipação (O DIA NA BAIXADA. 2004:17)⁵⁹

Uma hipótese para que esse primeiro movimento pró-emancipação de Mesquita não tenha obtido êxito (sem entrar no mérito do “sumiço” do processo) é a de que ele carecia do interesse real de forças políticas locais, sejam elas representadas por membros do poder político constituído, como vereadores e deputados do distrito, eleitos por Nova Iguaçu, ou por movimentos sociais estruturados, ambos capazes de mover a população em prol da emancipação. A tentativa de emancipação de 1957 pode ser entendida como um movimento relativamente “isolado”, já que não contava com o apoio de expressivos políticos locais, nem com a simpatia de uma parcela mais significativa da população. O movimento de 1957 não contou com nomes fortes da política local, como o então deputado José Montes Paixão, que futuramente seria o primeiro prefeito eleito da cidade.

⁵⁹ Idem, p. 22.

A historiografia sobre a cidade demonstrou que Paixão, a princípio, era contra as tentativas de emancipação da década de 1950. Também não tendo sido exatamente um entusiasta da separação no plebiscito realizado em 1987. Entretanto, acabou sendo uma liderança política decisiva para a emancipação na década de 1990.

José Montes Paixão – 77 anos (07/03/1927 – 12/12/ 2004). Foi vereador por Nova Iguaçu nas legislaturas de 1951 a 1954 e 1959 a 1962; exerceu dois mandatos de deputado estadual: 1983 a 1987 e 1991 a 1995. Pelos depoimentos ouvidos, Paixão era contrário à emancipação de Mesquita nos anos 50-60 e continuou sem participação ativa no 2.º processo (década de 80). Na década de 90, começou a se organizar junto com outros setores em torno do Comitê Pró-Emancipação de Mesquita, que desenvolveu uma campanha intensiva em favor do movimento, tornando-se um defensor ferrenho dos ideais emancipacionistas. Diversos setores do município creditam à Paixão a iniciativa das lutas judiciais que culminaram com a criação do município em 1999. Em 2000 se candidatou à prefeitura do município, através da legenda do PDT, intitulando-se “O PAI DA EMANCIPAÇÃO”, saindo vitorioso nas urnas. Logo após, filiou-se ao PMDB, acompanhando o então governador do estado Anthony Garotinho.⁶⁰

1.3.2 – A ditadura militar e a ascensão de novas forças políticas em Mesquita

Após as tentativas de emancipações municipais ocorridas na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960, a implantação da ditadura militar em 1964 decretou o cessar das iniciativas de emancipação em todo o Brasil. Emancipar era um verbo que ia contra a ordem estabelecida pela ditadura, que determinava a centralização política e a indivisibilidade do território nacional.

Entretanto, durante a ditadura, representantes de diferentes forças políticas surgiram como resistência ao sistema implantado em 1964.

Em 1980 foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), já em um contexto de abertura política “lenta e gradual”. O PT, que passou a exercer influência em Mesquita, surgiu como força política, oferecendo-se como uma alternativa aos

⁶⁰ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 35.

tradicionais políticos da Baixada Fluminense, muitas vezes herdeiros do capital político e financeiro dos tradicionais detentores dos meios de produção na região. O partido, posteriormente, conseguiu eleger vereadores e um prefeito, Artur Messias, que exerceu dois mandatos consecutivos no jovem município (de 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2012). O jornalista e político Artur Messias é oriundo das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Assim como aconteceu com o PT, com a reabertura política, outros partidos com orientações à esquerda passaram a fazer parte do cenário político de Mesquita e da Baixada Fluminense, como o PCB e o PC do B. Também surgiram, ainda durante o período militar, associações de moradores e grupos aliados às chamadas Comunidades Eclesiais de Base.

Acompanhando a experiência nacional do final da década de 1970, o movimento popular na Baixada Fluminense, se rearticula, fundando associações de moradores, que tem como eixo principal a luta por melhores condições de vida, através de ações reivindicatórias em favor da melhoria dos equipamentos urbanos. Estas, por sua vez, se reúnem em torno de entidades federativas, em busca de um fortalecimento maior perante o poder executivo de cada região. De acordo com ALVES (2003): [...] Os anos 80 conhecerão o surgimento de um poderoso movimento social que, além da rede de comunidades católicas, terá nas federações de associações de bairros suas faces institucionais mais visíveis. O Movimento de Amigos de Bairros (MAB), de Nova Iguaçu; o Movimento de União de Bairros (MUB), de Duque de Caxias, e a Associação de Bairros e Moradores (ABM), de São João de Meriti, passariam a articular um conjunto crescente de associações de bairros em torno de demandas sociais voltadas, sobretudo, para a obtenção dos equipamentos públicos urbanos [...] (Alves, 2003:109).⁶¹

Essa realidade surgida no final da ditadura, com diversos grupos organizando-se enquanto elementos com pretensões de formação de uma coesão ideológica, formada a partir da resistência ao sistema imposto pela ditadura, trouxe uma nova realidade, que fez com que os movimentos pela autonomia política tivessem novos contornos. É claro que não podemos reduzir a questão das lutas pela emancipação a esses grupos, até porque o próprio PT em Mesquita tinha suas divergências internas com relação à emancipação.

[...] Essas realidades diferentes a que Elizana se refere, são os primeiros núcleos do PT em Mesquita, que irão ter posicionamentos

⁶¹ Idem, p. 95.

diferentes diante de várias questões. No caso da emancipação, os núcleos de Banco de Areia e Vila Emil se posicionam de uma forma parecida, questionando o movimento, com base nos argumentos da viabilidade financeira do novo município e nos interesses dos políticos tradicionais. Mesmo assim, internamente, as diferenças ocorriam. Já, o grupo, que Elizana chamava “do outro lado”, era o setor que tinha um trabalho bastante interligado entre Associação de Moradores e a Igreja e se articulou com o pessoal mais “antigo”, aderindo à causa da emancipação. [...] ⁶²

1.3.3 – A segunda tentativa de emancipação

Após o fim da ditadura militar, novamente tornou-se possível pensar em emancipações, principalmente entre aqueles que já de longa data sonhavam com essa possibilidade. No dia 06 de setembro de 1987, três décadas após a primeira tentativa de emancipação, ocorreu o primeiro plebiscito com o objetivo de consulta popular com relação à real possibilidade de emancipação de Mesquita. Essa consulta teve como grande incentivador Hélio Mendes do Amaral, que já tinha atuado como líder do movimento de 1957.

Apesar de contar com novos elementos, como a adesão de alguns representantes dos grupos sociais de esquerda citados, o plebiscito de 1987 não obteve o quórum necessário, apenas 18% da população do distrito compareceu.

1.3.4 – A terceira tentativa de emancipação

A luta pela emancipação de Mesquita foi um processo árduo. Uma nova tentativa de emancipação aconteceu em 28 de novembro em 1993, com a realização de um novo plebiscito.

Com Hélio Mendes do Amaral já falecido, o Comitê de Emancipação - que o tinha como grande líder - passou a contar com a decisiva participação de José Montes Paixão, antigo opositor de Hélio e da própria emancipação. Com seu apoio, os movimentos pró-emancipação ganharam mais corpo e recursos financeiros. A partir daí, foram realizadas diversas reuniões no Tênis Clube de Mesquita, lideradas por Paixão, onde as mais importantes lideranças do então 5º distrito de Nova Iguaçu participaram. Essas reuniões também contaram com a participação de boa parte da população local.

⁶² Ibidem, p. 107.

Entretanto, novamente o plebiscito não obteve o quórum necessário, apesar da adesão maior de eleitores. Sobre a entrada de José Montes Paixão na tentativa de emancipação de 1993, Maria Fatima deduz que:

O fato é, que, com a adesão desse político, verifica-se a entrada de um componente, praticamente ausente nos movimentos anteriores, qual seja, a injeção de dinheiro, possibilitando uma maior divulgação da campanha. Em 28 de novembro de 1993, então, a população sai novamente às urnas para participar do processo plebiscitário sobre a criação da cidade. Mais uma vez, porém, não se consegue quórum, repetindo o insucesso de 1987.⁶³

1.3.5 – As lutas judiciais e a emancipação de Mesquita

Depois de dois plebiscitos (1987 e 1993), ocorreu o terceiro e último, em 25 de novembro de 1995, entretanto, de acordo com a contagem do TRE, o quórum mínimo novamente não foi atingido. Faltaram cerca de quatro mil eleitores.

De acordo com Adriana Casini da Silva, representantes do Comitê – Pró – Emancipação acusaram de fraudulentos os resultados do plebiscito de 1995:

Depois de dois plebiscitos, o terceiro e último, em 26 de novembro de 1995, revelou mais tensões entre Nova Iguaçu e seu distrito. E, assim, mesmo com a presença de 70 mil eleitores dizendo “sim” à emancipação, sua aprovação foi desconsiderada. Contudo, Guilherme da Franca – o fundador do Comitê Independente Pró-emancipação de Mesquita – veio a público denunciar a fraude no dia seguinte ao plebiscito, no jornal local RJTV 1ª edição, da TV Globo, no dia 27 de novembro de 1995, que desconsideraram o número de votantes pelo “sim”.⁶⁴

A partir daí, iniciou-se outra campanha, que teria como objetivo provar que Mesquita já se encontrava emancipada. Por fim, de acordo com Maria Fatima:

Como consequência do insucesso do plebiscito de 1995, iniciou-se outra campanha, a que iria provar que Mesquita já era emancipada. Tal processo foi liderado pelo Comitê Pró-Emancipação e durou quatro anos.

Em 1999, após um trâmite judicial, envolvendo várias instâncias: o Comitê – Pró Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional eleitoral do Rio de Janeiro e o

⁶³ Ibidem, p. 120.

⁶⁴ SILVA, Adriana Casini da. A Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 76.

Supremo Tribunal Federal; este último decidiu pela emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu.

Em 15 de setembro de 1999 foi votado o projeto de Lei da emancipação, e a 25 de setembro de 1999, o então governador Anthony Garotinho sancionou a lei criando o município de Mesquita.⁶⁵

Conclusão

Acima há um breve panorama sobre aspectos geográficos e históricos da região onde hoje está localizada a cidade de Mesquita, até sua emancipação em 1999.

Devo salientar novamente que o objetivo principal da presente dissertação não é propriamente o de “escrever a história de Mesquita”. É claro que a história da região teve lugar de destaque neste capítulo, através da análise da bibliografia específica sobre o tema. Entretanto, devo dizer ainda que o objetivo principal desta dissertação será o de pensar a prática do ensino da história local da cidade de Mesquita em sala de aula por meio de oficinas desenvolvidas a partir dos materiais coletados durante a pesquisa, o que inclui, certamente, o material apresentado neste capítulo.

CAPÍTULO II. A história local como possibilidade para o ensino de História na educação básica

Introdução

O presente capítulo tem como principais objetivos compreender e operacionalizar algumas discussões teóricas essenciais (referentes aos estudos de história local e ensino de História) que possam oferecer instrumentais teóricos para pesquisa e ensino da história local na educação básica. Essas discussões estão relacionadas ao caso específico do meu tema de pesquisa: ensino da história da Baixada Fluminense, com ênfase no caso do município de Mesquita - RJ, bem como à minha vivência enquanto professor da educação básica, havendo também relação entre este segundo capítulo do trabalho com o terceiro (e último) capítulo, onde

⁶⁵ SILVA, Maria Fatima de Souza. O movimento pela Emancipação do Município de Mesquita. In: BARROS, Gisela de Jesus. Nossas ruas têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 25.

serão colocadas em prática as oficinas pedagógicas, caracterizadas aqui como produtos necessários em uma dissertação de Mestrado voltada para o programa ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História).

Dessa forma, este capítulo não tratará apenas de elencar ou numerar as diversas teorias produzidas sobre os estudos dessas temáticas, mas de buscar também correlacioná-las à minha prática docente enquanto professor de História na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita – RJ e na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

2.1 – Uma abordagem interdisciplinar

Ao pensar a pesquisa relacionada à minha prática docente na educação básica, acredito que exista a necessidade de uma abordagem com olhar interdisciplinar, quando falamos especificamente de pesquisa e produção do conhecimento voltadas para o universo escolar, já que não estarei lidando unicamente com teorias e postulados exclusivos da História enquanto disciplina escolar e acadêmica, mas precisarei de suportes teóricos produzidos por outras áreas do conhecimento, como a Educação, a Geografia, a Sociologia, a Filosofia, a Arte, entre outras.⁶⁶

Acredito que a escola é um lugar de interdisciplinaridades por excelência, assim, o saber histórico escolar está permeado por diversos outros saberes. Dessa forma, entendo que a produção de um texto acadêmico (quando voltado especificamente para o Mestrado profissional) deva atentar para essa característica específica da escola, que foi levada em consideração na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da disciplina História:

O diálogo da História com as demais Ciências Humanas tem favorecido, por outro lado, estudos de diferentes problemáticas contemporâneas em suas dimensões temporais. Por meio de trabalhos interdisciplinares, novos conteúdos podem ser considerados em perspectiva histórica, como no caso da apropriação, atuação, transformação e representação da natureza pelas culturas, da relação entre trabalho e tecnologia e das políticas públicas de saúde com as práticas sociais, além da especificidade cultural de povos e das inter-relações, diversidade e pluralidade de

⁶⁶ Esse olhar interdisciplinar será exercitado a partir do produto “Mesquita em documentos”, com a análise de mapas e limites geográficos sobre a região, bem como na oficina “O meu lugar”, em um diálogo com a Geografia, por exemplo.

valores, práticas sociais, memórias e histórias de grupos étnicos, de sexo e de idade.⁶⁷

Ainda falando sobre a escola, os próprios livros didáticos de diversas disciplinas também precisam ter como critério essencial a prática da interdisciplinaridade, e isso está de acordo com o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que acontece bianualmente (alternando entre ensino fundamental e médio) e que é “destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa”⁶⁸.

Tratando especificamente da disciplina História, o Guia de Livros Didáticos do ensino fundamental no PNLD entende a interdisciplinaridade como critério determinante para a aceitação ou não de uma obra como postulante à escolha do MEC:

As características da historiografia escolar e a legislação educacional brasileira fornecem os princípios e critérios que norteiam a avaliação das obras didáticas de História, inscritas no PNLD/2016.

Parte desses critérios é comum a todas as áreas:

- 1. respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
- 2. observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- 3. coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- 4. correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- 5. observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação do livro do aluno à proposta pedagógica nele apresentada;
- 6. adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra;
- **7. respeito à perspectiva interdisciplinar, na apresentação e abordagem dos conteúdos** (BRASIL, 2014, p. 45).⁶⁹

⁶⁷ Parâmetros Curriculares Nacionais. 2. História: Ensino de quinta a oitava séries. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: História / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. P. 29

⁶⁸ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&

⁶⁹ Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015. p. 13

2.2 - Considerações sobre a relação entre o currículo e o processo de ensino-aprendizagem na educação básica

Analisando meu trabalho em sala de aula nesses últimos oito anos e conversando com colegas da disciplina que trabalham nas redes públicas citadas anteriormente, bem como em escolas de outras redes públicas e privadas, pude notar a existência de lacunas no ensino de História. Essas lacunas estão diretamente ligadas aos currículos muitas vezes pré-estabelecidos para a disciplina. Neste sentido, pude notar uma considerável presença do que o teórico da Educação britânico Ivor Goodson chamou de “currículo prescritivo” em diversos órgãos e instituições de ensino com os quais eu tive contato diretamente, ou a partir de relatos de outros professores.

Podemos entender currículo prescritivo como aquele em que os temas e conteúdos a serem abordados pelos professores em sala de aula, bem como as metodologias a serem aplicadas já foram previamente definidos, bastando apenas serem seguidos. Segundo Goodson:

Em primeiro lugar, há a prática estabelecida do currículo prescritivo sobre a qual estão baseados muitos dos pressupostos dos profissionais e pesquisadores. A primazia da ideologia do currículo como prescrição pode ser evidenciada mesmo em uma rápida olhada na literatura sobre o assunto. Essa visão de currículo desenvolve-se a partir da crença de que podemos imparcialmente definir os principais ingredientes do desenvolvimento do estudo, e então ensinar os vários segmentos e sequências de uma forma sistemática. Apesar da simplicidade (para não dizer crueza) óbvia dessa visão, o “jogo dos objetivos” é, ainda, se não “o único jogo em voga”, certamente o principal. Podem haver muitas razões para essa persistente predominância, mas o potencial explicativo não é, penso eu, um desses fatores.⁷⁰

O currículo prescritivo, apesar de ser útil por “nortear” os trabalhos dos profissionais da educação, pode ter a consequência de não permitir que novas possibilidades de abordagem da disciplina surjam. O professor frequentemente fica limitado ao que esse tipo de currículo prescreve. Em minhas experiências em escolas da educação básica, bem como em contato com profissionais da educação,

⁷⁰ GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35, p. 242, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf>

pude perceber que para muitos professores a adoção do currículo prescritivo torna-se muitas vezes cômoda, já que ele funciona como uma espécie de “receita” de trabalho a ser seguida, o que evitaria o trabalho adicional de ter que trazer novos temas, novos olhares ou novas perspectivas sobre as disciplinas que lecionam.

Ainda sobre o tema, podemos dizer que com certeza existem relações de poder na construção dos currículos, sejam eles elaborados por órgãos governamentais, como acontece com o chamado Currículo Mínimo, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC - RJ) na rede estadual de ensino, sendo estabelecido como padrão e cobrado nas unidades escolares da própria rede, apesar de ter percebido através de minha prática docente que os professores não precisam necessariamente ficar presos a ele, uma vez que as diversidades em uma rede grande como essa são explícitas, já que duas turmas de 9º ano na mesma escola podem dar “respostas” diferentes ao mesmo conteúdo apresentado, por exemplo, além do que, os professores costumam fazer avaliações diagnósticas constantes de seus alunos e suas turmas, “moldando” o currículo de acordo com o que por ele foi diagnosticado, ou seja, de acordo com o que seus alunos apresentam como conhecimentos prévios para aprender conteúdos novos. Isso é nitidamente notado na disciplina Matemática, onde o currículo prescrito exige um conhecimento prévio que o aluno muitas vezes não tem, dessa forma, o professor precisa “voltar” em outros conteúdos a fim de que os alunos possam “dar conta” das novas exigências e perspectivas curriculares trazidas pelo chamado “currículo mínimo”. Isso também acontece em todas as outras disciplinas, cada uma com suas especificidades.

Algumas redes, como a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro - RJ, ou ainda escolas regulares ou os chamados cursos pré-vestibulares ou pré-militares privados, além de terem seus currículos prescritivos próprios, lançam mão do uso de apostilas com conteúdos pré-definidos, que deverão “nortear” o trabalho dos professores.

Para solucionar os diversos impasses provocados pelas limitações impostas pelo currículo prescritivo, Ivor Goodson aponta a necessidade da construção de um “currículo como narrativa”⁷¹, onde não é importante apenas a “prescrição” de um conteúdo determinado e específico a ser seguido, mas a construção de uma aprendizagem narrativa de gerenciamento de vida:

⁷¹ O conceito de “currículo como identidade narrativa” norteará a aplicação da oficina “o meu lugar” no terceiro capítulo deste trabalho.

Mais do que escrever novas prescrições para as escolas, um novo currículo ou novas diretrizes para as reformas, elas precisam questionar a verdadeira validade das prescrições predeterminadas em um mundo em mudança. Em resumo, precisamos mudar de um currículo prescritivo para um currículo como identidade narrativa; de uma aprendizagem cognitiva prescrita para uma aprendizagem narrativa de gerenciamento da vida.⁷²

Podemos entender o “currículo como identidade narrativa” como aquele em que há a necessidade de entendimento sobre a vida dos alunos, portanto, um currículo como “narrativa de vida”. Neste sentido, para o professor da educação básica, existe a necessidade de compreender as múltiplas realidades sociais nas quais seus alunos estão inseridos, bem como estar atento às “narrativas” que esses alunos produzem com relação às suas realidades vividas. Assim, o currículo deve ser construído constantemente, e não apenas estar “pronto”, como ocorre no caso prescritivo.⁷³

Neste sentido, a questão local pode ser associada à aplicação do currículo como narrativa em sala de aula, já que os elementos presentes em localidades próximas dos alunos e por eles acessadas podem ser utilizados como meio de utilização do ensino de História a partir de experiências vividas no dia-a-dia e que não são trazidas exclusivamente a partir do conhecimento escolar formal e muitas vezes prescritivo, já que:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.⁷⁴

Podemos também estender o conceito de “currículo como narrativa” para que também possamos dar voz aos corpos docentes das escolas. Muitos professores reclamam da forma como os currículos são construídos. Afirmam que muitas vezes não foram consultados em sua elaboração e que o currículo costuma

⁷² GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35, p. 242, maio/ago. 2007. Disponível em: .

⁷³ O currículo como narrativa estará presente na oficina “o meu lugar”, onde alunos foram instados a fazerem narrativas sobre seu lugar e suas vidas em contato com ele.

⁷⁴ SAMUEL, R. História local e história oral. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v. 9, n.19, p. 219-242, 1989.

ser imposto de forma arbitrária e unilateral, funcionando como um instrumento de poder de um governo ou instituição, o que muitas vezes compromete sua autonomia pedagógica. De fato, isso muitas vezes pode ocorrer, entretanto, há casos, como os da prefeitura de Mesquita, que promoveu reuniões com seu corpo docente para discutir e reformular os currículos de cada disciplina durante os anos de 2014, 2015 e 2016. Deve-se dizer que nem sempre as coisas acontecem dessa forma, além do que, ao entrar em uma rede de ensino, por exemplo, os professores muitas vezes já encontram o currículo “pronto” na forma “prescritiva”, já que entraram após as escolhas curriculares, mesmo que elas tenham sido feitas por seus pares anteriormente.

Uma questão relacionada aos corpos docentes na educação básica diz respeito às relações entre os locais de trabalho dos professores e seus locais de moradia (ou de origem). Falando especificamente de professores de escolas públicas, muitos daqueles que trabalham em uma determinada escola de uma rede de ensino moram em outros municípios, diversas vezes deslocando-se por distâncias grandes para chegar ao seu trabalho, chegando a percorrer até centenas de quilômetros. Isso acontece porque muitas vezes uma determinada localidade oferece salários e condições de trabalho atrativos para os docentes, que se veem motivados a prestar concursos públicos para lugares distantes de suas residências. Não é raro termos, na Baixada Fluminense, professores oriundos de outras cidades da chamada região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, ou ainda de outras regiões do estado, como Norte e Sul Fluminenses, Costa Verde, Região Serrana, etc.⁷⁵

Um caso interessante sobre essa questão ocorre nas cidades da Região dos Lagos e Norte Fluminense. Por causa do grande afluxo de dinheiro proveniente dos royalties do petróleo no estado, cidades como Macaé, Cabo Frio, Quissamã, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes passaram a oferecer salários atrativos em meados dos anos 2000, atraindo professores de diversas outras regiões do estado (e até de estados vizinhos). Os professores, por conta dos gastos com transporte e desgastes com o deslocamento, optavam (e ainda optam) por alugar imóveis em

⁷⁵ Com relação a essa questão, fiz uma pesquisa específica no ano de 2018 com os professores de História das escolas da rede municipal de Mesquita (com a ajuda do coordenador da disciplina) e cheguei aos seguintes dados: 88% dos professores entrevistados não residiam no município. Apenas 12% afirmaram residir.

conjunto na região, dividindo despesas, formando o que podemos chamar de “repúblicas de professores”.

Os professores lidam muitas vezes com um determinado público sem conhecer diversas peculiaridades do entorno onde seus alunos habitam. Um professor de Ciências, por exemplo, pode estar capacitado para ensinar ecossistemas de diferentes regiões do país e do mundo, mas pode não conhecer peculiaridades específicas locais ou regionais onde estão localizadas as cidades em que trabalha. Com um professor de Geografia pode acontecer o mesmo, quando pensamos em estudos relacionados a temas como demografia, bioma ou ao relevo locais. O mesmo acontece, logicamente, com professores de História, que têm em seus currículos prescritivos conhecimentos de temáticas historiográficas que tangenciam muitas vezes as especificidades locais. Por exemplo, um professor que, ao ensinar características e contextos da escravidão no Brasil império, tema clássico nos currículos prescritivos de História, talvez não tenha instrumentais empíricos próprios e específicos para associar esse conteúdo prescrito às peculiaridades locais mais específicas, como um professor que reside na cidade do Rio de Janeiro - RJ e trabalha na cidade de Barra do Piraí – RJ, que tem seus elementos próprios ligados à escravidão e à cafeicultura, por exemplo.

Neste sentido, o currículo como narrativa (de vida) pode oferecer uma aproximação interessante entre docentes e discentes na educação básica. As peculiaridades locais trazidas por alunos podem servir para que o professor possa “reformular” sua “prescrição” curricular. Um professor recém-chegado à rede municipal de ensino de Barra do Piraí, por exemplo, pode utilizar as peculiaridades locais ligadas a questões mais amplas da historiografia tradicional, quando relacionadas ao ensino do sistema escravista no Brasil Império, por exemplo. Para isso, ele deve buscar produções historiográficas relacionadas à história da região, como o trabalho “O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão.”, organizado por Mariana Muaze e Ricardo Salles.⁷⁶, entre diversas outras obras, bem como a pesquisa em acervos locais relacionados à imprensa, a trabalhos de fotógrafos, acervos de instituições públicas e privadas, fontes orais, entre outros.

⁷⁶ MUAZE, Mariana & Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015.

Essa questão relacionada à necessidade de se atentar às “narrativas de vida” foi um dos fatores determinantes para a escrita desta dissertação, uma vez que acredito que o ensino da história local possa incentivar as produções dessas narrativas livres das amarras das “prescrições”.

Reconheço, logicamente, as dificuldades enfrentadas pelos professores da educação básica para adaptar suas práticas diárias a uma abordagem voltada ao currículo como narrativa, já que muitos, por conta de questões salariais, precisam lecionar em inúmeras turmas de diversas escolas, não tendo muitas vezes tempo para especializações ou uma abordagem que privilegie o “currículo como gerenciamento (ou narrativa) da vida” local, precisando recorrer às questões prontas do currículo prescritivo. Entretanto, tendo a concordar com a perspectiva da pesquisadora em Educação Vera Maria Ferrão Candau de que a escola deva ser considerada como um lugar privilegiado para a formação continuada docente:

Neste sentido, considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores. Mas este objetivo não se alcança de uma maneira espontânea, não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, uma prática mecânica não favorece esse processo. Para que ele se dê, é importante que essa prática seja uma prática reflexiva, uma prática capaz de identificar os problemas, de resolvê-los, e cada vez as pesquisas são mais confluentes, que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar.⁷⁷

Por fim, como professor da educação básica durante anos, pude perceber que tanto professores quanto alunos têm suas críticas acerca de como as disciplinas devem ser ensinadas. Deve-se dizer ainda que a própria academia também tem suas críticas com relação ao ensino das disciplinas escolares, e cada vez mais tem voltado seu olhar para essa questão. A criação no país de mestrados profissionais em diversas disciplinas, como Matemática, Química, Letras e História, ou de laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal Fluminense (LEH-UFF), por exemplo, demonstram uma preocupação cada vez maior das universidades em voltar seu olhar para o ensino das disciplinas

⁷⁷ CANDAU, Vera Maria (org). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.57.

escolares na educação básica. Também é válido dizer que várias narrativas e demandas de diversos públicos têm surgido na educação básica e superior, e o docente da educação básica deve estar atento a elas.

Neste sentido, recorro às concepções do historiador, linguista e gramático francês André Chervel para poder traçar um paralelo entre a concepção de currículo como narrativa em Goodson com a criação dos diversos mestrados profissionais voltados para o ensino de diversas disciplinas no país. Chervel tem sido um notável crítico da concepção de “transposição didática”, bastante difundida pelo matemático e educador francês Yves Chevallard. Chervel discordou da ideia de transposição didática, uma abordagem que considera as disciplinas ensinadas nas escolas como um tipo de conhecimento “menor” em relação ao conhecimento erudito (ou científico), portanto, dependente deste último. Para ser ensinado na escola, o conhecimento científico acadêmico deveria passar por um processo de “vulgarização”, e para que essa vulgarização aconteça é necessária a intervenção de uma didática capaz de realizar essa “transposição”, em outras palavras, capaz de “traduzi-lo” para um público que não teria condições de compreendê-lo.⁷⁸

Sobre a teoria da transposição didática:

Qué es la transposicioón didáctica?

1.1. Todo proyecto social de enseñanza y de aprendizaje se constituye dialécticamente con la identificación y la designación de contenidos de saberes como contenidos a enseñar. [...]

1.3. Un contenido de saber que ha sido designado como saber a enseñar, sufre a partir de entonces un conjunto de transformaciones adaptativas que van a hacerlo apto para ocupar un lugar entre los objetos de enseñanza. El "trabajo" que transforma de un objeto de saber a enseñar en un objeto de enseñanza, es denominado la transposición didáctica.⁷⁹

Para Chevallard, uma “boa didática” teria como objetivo principal evitar que o distanciamento entre a produção acadêmica e o ensino escolar possa ser uma barreira para a aprendizagem, devendo ela (a didática) criar instrumentos

⁷⁸ Uma das características das atividades propostas nas oficinas é a de romper com esse modelo de transposição didática, uma vez que o saber histórico é construído a partir da participação dos alunos nas oficinas, e não trazido pelo professor como mera vulgarização do saber acadêmico.

⁷⁹ CHEVALLARD, Yves. La transposición didáctica - 3ª ed. 2ª reimp. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2005, p. 45.

metodológicos para que possa acontecer a transposição do conhecimento científico para a escola da forma mais apropriada possível.

Em minha graduação em História (2002-2009), bem como em minha prática docente, sempre ouvi críticas de muitos estudantes universitários (das chamadas licenciaturas) e professores acerca do distanciamento da produção acadêmica em relação ao ensino na educação básica. Nas escolas, muitos professores (de diversas disciplinas) ainda reclamam desse distanciamento, proferindo frases como “não uso nem um pequeno percentual do que aprendi na universidade”, “a universidade não ensina a dar aulas. Parece que querem formar apenas pesquisadores”, “as disciplinas da licenciatura (ministradas pelas faculdades de educação) não tinham conexões com as disciplinas do curso de bacharelado. Não dialogavam entre si”, entre diversas outras similares.

Em sua tese a favor da autonomia da disciplina escolar, Chervel procurou entender a escola como um lugar que obedece a uma lógica própria onde há a participação de vários agentes (internos ou externos), ao mesmo tempo em que deve ser considerada como um lugar que produz seu saber próprio. Por conta desse entendimento da escola como “um lugar de produção de conhecimento”, as disciplinas escolares devem ser analisadas como parte do que ele chamou de “cultura escolar”. Neste sentido, volto a chamar a atenção para a importância de estarmos atentos à interdisciplinaridade. Os diversos agentes do processo de ensino-aprendizagem trazem contribuições à prática docente de cada professor. Um exemplo de como esse processo funciona pode ser o desenvolvimento dos chamados “projetos pedagógicos interdisciplinares”. Nessa prática, professores de diversas áreas se reúnem para elaborar e executar um projeto de ensino com temáticas que podem ser trabalhadas a partir de “olhares” múltiplos, como o caso do ensino de questões relacionadas ao meio ambiente, que pode ser trabalhado de maneira interdisciplinar por professores de Ciências, Geografia, História, Matemática, entre outros, além de poder sofrer intervenções e contribuições das equipes pedagógicas e diretivas das escolas.

Pensando agora na questão da relação professor-aluno (contemplada em projetos pedagógicos escolares), vale a pena conhecer a análise da pesquisadora em História e Educação Selva Guimarães Fonseca, que também corrobora a ideia

de Chervel relativa ao entendimento de que o conhecimento escolar não deve ser uma mera vulgarização do conhecimento acadêmico:

Essa relação professor-aluno implica pensar o conhecimento, sobretudo o conhecimento escolar, como algo em permanente estado de reconstrução. Não mais como um dado, um fato cristalizado, verdade absoluta imutável. O conhecimento produzido e acumulado, historicamente, é apropriado, reproduzido e transformado pela sociedade de diversas maneiras, em diferentes níveis e contextos sociais. A escola, como vimos anteriormente, não apenas reproduz o conhecimento tal como foi produzido em outros espaços (na universidade, por exemplo), mas se apropria dele e o transforma, produzindo um novo conhecimento. Assim, os novos papéis de professores e alunos pressupõem um relacionamento ativo e crítico com os saberes produzidos em diferentes realidades, o que potencializa o desenvolvimento dos educandos e dos professores.⁸⁰

Desta forma, podemos entender que há a existência de uma “cultura escolar”, de acordo com Chervel, e que ela pode ser associada ao conceito de currículo como narrativa em Goodson, à medida que os agentes do processo de ensino-aprendizagem contribuem com suas narrativas de vida, sejam acadêmicas ou não. Conteúdos e métodos, a partir dessa perspectiva, não podem ser compreendidos sem correlação, e os conteúdos escolares não devem ser vistos como vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em outro lugar, mesmo que tenham relações com esses outros saberes de referência, conforme advertiu o historiador francês.

A vulgarização retiraria da escola toda a possibilidade de autonomia na produção de seus saberes próprios, que, se não nega os saberes acadêmicos, não pode servir para estes como uma espécie de “espelho fosco”, onde os saberes escolares refletiriam de maneira menos nítida as teorias originais e claras da academia.

Chervel elencou três problemas intrínsecos em considerar o ensino escolar como uma mera vulgarização do saber acadêmico (ou científico): o primeiro é o de sua gênese, o segundo refere-se à sua função e o terceiro refere-se ao seu funcionamento:

Tudo muda, evidentemente, a partir do momento em que se renuncia a identificar os conteúdos de ensino com as vulgarizações ou com as

⁸⁰ FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003, p.107.

adaptações. Pois as disciplinas de ensino são irredutíveis por natureza a essas categorias historiográficas tradicionais. Sua constituição e seu funcionamento colocam de imediato ao pesquisador três problemas. O primeiro é o de sua gênese. Como a escola, sendo a partir daí desqualificada toda outra instância, começa a agir para produzi-las? O segundo refere-se à sua função. Se a escola "vulgarizar" as ciências ou a adaptar à juventude as práticas dos alunos, a transparência dos conteúdos e a evidência de seus objetivos seriam totais. Já que ela ensina suas próprias produções, não se pode senão se questionar sobre suas finalidades: elas servem para quê? Por que a escola foi levada a tomar tais iniciativas? (...) Terceiro e último problema, o de seu funcionamento. Aqui, ainda a questão não teria sentido se a escola propagasse a vulgarização para reproduzir a ciência, o saber, as práticas dos adultos: a máquina funcionaria tal e qual, e imprimiria nos jovens espíritos uma imagem idêntica, ou uma imagem aproximada, do objetivo cultural visado.⁸¹

2.3 - A escola como *locus* privilegiado de uma comunidade imaginada

Uma demanda que eu vi surgir nestes anos na educação básica diz respeito ao estudo de uma história mais voltada para a "questão local". Antes de procurar conceituar o que seria "local" ou o que seria o "lugar", posso dizer, grosso modo, que em se tratando de ensino de História, esse local está relacionado a um "lugar" mais próximo do aluno, o que podemos muitas vezes chamar de "comunidade". Essa "proximidade" não diz respeito apenas ao aspecto geográfico, traduzido em relações de proximidade de coordenadas geográficas específicas, mas também está ligada ao compartilhamento de culturas e vidas próximas em comum. Neste sentido, recorro ao pensamento do sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman, relacionado ao que ele chamou de "comunidade imaginada". Bauman parte da ideia inicial de que a comunidade nos traz um pensar relacionado ao acolhimento, de lugar onde existe ajuda mútua, um lugar onde uma pessoa sabe que pode contar com o auxílio de outras pessoas.

Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independentes. "Comunidade" produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra "comunidade" carrega - todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais. Para começar, a comunidade é um lugar "cálido", um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual

⁸¹ CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990, p.p. 183-184.

esquentamos as mãos num dia gelado⁸² (...) E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez"...⁸³

Essa ideia de comunidade imaginada diz respeito a uma projeção de realização. A comunidade é imaginada justamente por tratar de expectativas. Podemos dizer, portanto, que ela é uma ideia de projeção futura, ao mesmo tempo em que conta com elementos do presente, o que Bauman chamou de “paraíso perdido”, ou “paraíso esperado”. O autor, logicamente, esclarece que as expectativas imaginadas não são logicamente realizadas, não que elas sejam essencialmente utópicas e inalcançáveis em si, mas que as trajetórias relacionadas às vidas humanas tomam contornos logicamente permeados pelo imprevisto que, de certa forma, frustra anseios, forçando-nos a readaptações às novas “realidades” a todo instante.

O que cria um problema para essa clara imagem é outra diferença: a diferença que existe entre a comunidade de sonhos e a "comunidade realmente existente", se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar.⁸⁴

Neste sentido, partindo das ideias de Bauman, entendo que a escola possa ser tomada como ponto de partida das análises do professor da educação básica para entender a questão local, bem como para entender essa perspectiva do pensador polonês sobre a comunidade. Isso, a princípio, parece até lógico, já que a escola do bairro, ou da cidade, quando ela (a escola) é muitas vezes única, dadas as extensões territoriais ou a demografia do lugar, é vista tanto por alunos, como por seus responsáveis (ou pela própria população local) como um lugar onde existe esse sentido de “comunidade imaginada”. Em outras palavras, as pessoas costumam depositar na escola seus ideais de comunidade, de acordo com o que foi apresentado na introdução do livro de Bauman. Acredito que, por conta disso, a escola deva ser entendida como lócus privilegiado de uma comunidade imaginada.

⁸² BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 7.

⁸³ Idem, p. 8

⁸⁴ Ibid, pp. 9 e 10

As pessoas acreditam que ela deva ser um lugar de acolhimento, de ajuda mútua, um lugar que privilegie esse sentimento tão favorável de uma comunidade que eles muitas vezes não veem se concretizar em diversas outras instituições ou “lugares” da sociedade.

O professor, por conta das características de seu ofício, compartilha dessa ideia. Mais do que trazer conteúdos aprendidos na academia, o professor (por conta de sua formação) tem esse ideal de estar em um lugar que deva primar pelo acolhimento, que possa ser um espaço diferenciado em meio a realidades muitas vezes tão duras, a exemplo do que acontece em várias cidades da Baixada Fluminense, como Mesquita, por exemplo. Neste sentido, a escola é vista por muitos como um lugar de expectativas imaginadas, de projeção de futuro.

É a partir desse pensamento que vejo relevância na escola para o professor que está procurando encontrar sentido em suas práticas diárias ou para aqueles que, como eu, estão buscando uma formação continuada através de um programa de pós-graduação em uma universidade, procurando elos entre a pesquisa e a cultura escolar, como quis Chervel.

2.4 - Microanálise e jogos de escala: o local a partir de diferentes escalas de análise

Acredito que analisar o local a partir de uma questão de escalas torna-se um recurso interessante para que possamos sair da simples dicotomia “local x global”. Com relação à questão da microanálise e das variações de escalas, torna-se útil o entendimento do conceito homônimo desenvolvido pelo historiador francês Jacques Revel em suas análises sobre o conceito de micro-história, desenvolvido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.⁸⁵

A teoria apresentada por Revel permite que tenhamos um olhar mais rico em relação às análises históricas, não ficando limitados apenas à oposição entre o “micro” (por exemplo, a história da cidade de Mesquita) e o “macro” (por exemplo, a História do Brasil). O “micro” pode ser a história de alguma instituição da cidade, como uma escola, e o “macro” pode ser a história de Mesquita, por exemplo. Esse

⁸⁵ Ver: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: A Experiência da Micro-Análise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. 1ª ed.

conceito de variação de escala será útil no caso particular do ensino de história local da cidade de Mesquita para alunos do ensino fundamental. Segundo Revel:

Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama. Ou então, para lançar mão de outro sistema de referência que a mim pessoalmente me parece mais elucidativo – o cartográfico –, a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável.⁸⁶

Dessa forma, podemos partir de um contexto “macro”, aproximando a “objetiva” da lente em direção a um contexto “micro”. Esse contexto macro não precisa ser necessariamente a História de Brasil e seus eixos temáticos “tradicionais”, presentes em diversos livros didáticos dos ensinos fundamental e médio, já que poderíamos dizer que ele também pode estar relacionado à região do estado do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense, por exemplo.

Deve-se dizer que a “objetiva” também poderá fazer o caminho inverso, partindo de um contexto “micro”, por exemplo, a história da cidade de Mesquita, indo em direção a contextos “macro”, como a história do estado do Rio de Janeiro e a história do Brasil, a fim de buscar significações a partir dessas inter-relações de contextos.

Por conta dessa necessidade de variar as escalas de análise, no primeiro capítulo deste trabalho foi apresentada a tese sobre o desmembramento da cidade de Nova Iguaçu em diversas outras cidades, escrita por Manoel Ricardo Simões, “A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada”⁸⁷, assim como foi analisada a obra de Maria Fatima de Souza, que trata de maneira mais específica da história da cidade de Mesquita.⁸⁸

Ao analisar a ideia de Revel ao afirmar que “variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama”, podemos associá-la às descobertas da ciência após a

⁸⁶ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45 set./dez. 2010, p. 438.

⁸⁷ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada*. Niterói: UFF, 2006

⁸⁸ SILVA, Maria Fátima de Souza. *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ*.

Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005.

criação de aparelhos como o telescópio ou o microscópio, fazendo com que uma mosca passasse a assumir uma forma bastante distinta daquela que imaginaríamos que ela tivesse a partir de nossas experiências de vê-la a “olhos nus”. Da mesma forma que a Lua, por exemplo, apresentou uma forma muito distinta da que presumíamos que ela teria a partir de nossa mera experiência empírica sem esses instrumentos.⁸⁹

Os historiadores Haydée Figueiredo, Luís Reznik e Marcia de Almeida Gonçalves em seu artigo “Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local” trouxeram uma analogia interessante sobre a questão de escala, referindo-se especificamente às formas peculiares que uma “simples” mosca pode tomar quando analisadas a partir da “objetiva” de um microscópio:

Começaremos nossas reflexões com uma dessas experiências de infância que o ir e vir das imagens de memória volta e meia traz à tona. Em tempos idos, que já não mais consigo precisar, um dos signatários adquiriu fascículos de uma coleção, vendidos semanalmente nas bancas de revistas, versando sobre ciências biológicas. Nos números iniciais, como brinde, vieram as peças de um microscópio para ser construído passo a passo pelo colecionador e explorador em potencial. Montado, penosamente, o que passou a ser o mais novo e espetacular brinquedo da casa, agradável e aterrorizante surpresa foi perceber moscas e formigas transformando-se em seres grandiosos, patas com pelos, asas multicoloridas, olhos desproporcionais, monstros dignos de qualquer um daqueles seriados japoneses povoados de criaturas gigantes e hediondas. Curiosamente, essas evanescentes imagens e lembranças ocorreram por ocasião de estudos mais direcionados acerca do que se convencionou chamar de história local. Na brincadeira de ensaiar observações científicas, no uso desprezioso de um pequeno e simples microscópio, a constatação de que moscas viravam monstros, em função de um jogo de lentes. Para o olhar infantil, isso era a mágica de apresentar uma outra coisa tão diferente do inseto ali aprisionado; para o olhar atual, tornou-se a verificação de que a mudança da escala de observação pode gerar um outro efeito de conhecimento.⁹⁰

Diversos elementos associados à história de Mesquita - RJ podem ser relacionados a esse conceito de “modificação de forma e de trama”. Esses elementos podem ser relacionados à questão dos “ciclos econômicos” que, grosso

⁸⁹ O conceito de variação de escalas em Revel foi colocado em prática com meus alunos através da oficina “O meu lugar”, com o auxílio dos recursos da ferramenta Google Street View.

⁹⁰ FIGUEIREDO, Haydée; REZNIK, Luís e GONÇALVES, Marcia de Almeida. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. p. 544-553.

modo, davam a ideia de que as terras pertencentes hoje ao município, primeiro na colônia, depois no império e, por fim, na república, eram regidas por atividades econômicas existentes em escala “macro” determinantes, como os tradicionais ciclos do açúcar, do ouro e do café.

As análises locais mostram que, logicamente, as atividades humanas têm suas peculiaridades, de acordo com a região analisada, e que não precisam obedecer exclusivamente a uma “macro-conjuntura econômica”, como aconteceu com o caso da expansão da pecuária no interior do Nordeste, no Sul e no Centro-Oeste do país, por exemplo, e que não obedeciam à seguinte lógica dos ciclos econômicos: canaviais → mineração → cafeicultura.

Quando o café estava em plena evidência, tido como atividade econômica mais pujante da economia na virada do século XIX para o século XX, em um determinado território da Baixada Fluminense, localizado nas encostas do maciço do Gericinó, eram os laranjais que florescia, não os cafezais, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho.

Em outro momento “macro”, o da redemocratização do país na década de 1980, podemos dizer que tínhamos em várias cidades da Baixada Fluminense o exercício do poder por parte de membros das elites agrárias, industriais e comerciais locais e tradicionais, ligadas a pensamentos que poderíamos chamar ideias de “direitas tradicionais”. Em Mesquita, tivemos a criação de organizações de grupos de esquerda, ligados às associações de moradores, como aconteceu com os primeiros núcleos do PT (Partido dos Trabalhadores), que formaram um diretório local com certa autonomia em relação ao diretório do partido mesmo em Nova Iguaçu, cidade a qual Mesquita ainda pertencia (ver capítulo I).

A presença de organizações de esquerda logicamente não foi algo exclusivo de Mesquita, entretanto, essas organizações passaram a participar do processo de emancipação da cidade e conseguiram formar um capital político que permitiu que Artur Messias, um dos líderes locais do diretório local do PT, fosse eleito prefeito da cidade por dois mandatos consecutivos (de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2012):

Sobre a participação do PT na campanha pela emancipação, eis o relato de Artur Messias da Silveira:

[...] junto com a participação associativa também tinha o PT, que tinha de ter um posicionamento político, mas, sim ou não, a decisão é plebiscitária, e no PT, nós fizemos várias discussões aqui, em Mesquita, e o curioso é isso, os petistas de Mesquita, nós, tivemos uma certa liberdade para discutir este assunto. Em momento algum, esse assunto precisou ser discutido pelo diretório de Nova Iguaçu, ao qual nós estávamos vinculados, porque não éramos município ainda; não, sempre fizemos a discussão de emancipação de Mesquita pela zonal de Mesquita, pelo núcleo Mesquitão, o Mesquita Centro, o Mesquitão que era o núcleo de Mesquita, quando não éramos zonal, e nós organizamos atividades e debates, se vamos ou não aderir ao processo de emancipação, até que o PT fez uma votação interna, uma votação interna. [...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).

Em seu depoimento, Artur relata de uma maneira geral o debate interno que o PT promoveu, demonstrando, que existiam posições diferenciadas acerca do assunto, chegando, inclusive, a um processo de decisão interna.⁹¹

As variações de escalas seguintes estarão diretamente relacionadas à minha prática docente, e serão colocadas em prática na produção de oficinas didáticas que constarão como os produtos finais dessa dissertação. Essas variações de escala possíveis estão relacionadas aos conceitos de “arquivos simulados”, “pseudo-arquivo” e “arquivar a própria vida”.

No terceiro capítulo deste trabalho, à medida que as oficinas forem operacionalizadas, as teorias norteadoras serão melhor detalhadas, cabendo agora apresentar as ideias principais dessas teorias.

Sobre o conceito de “arquivo simulado” trazido por Mattozzi em seu artigo “Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas”⁹², temos a seguinte definição:

4. O MODELO DO ARQUIVO SIMULADO

A idéia é muito simples. O modelo vem a ser constituído de documentos selecionados de um ou mais recursos e reproduzidos em fotocópias, podendo ser em formato reduzido em relação aos originais. Os documentos selecionados vêm classificados segundo as categorias nas quais se encontram distribuídos nos recursos originais e colocados em pastas que são intituladas também de acordo com os originais. Assim as pastas corresponderão aos

⁹¹ SILVA, Maria Fátima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005. p.p 107 e 108

⁹² Artigo traduzido por Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, autorizada pelo autor. Já publicado em italiano com o título “Modelli di ricerca storico didattica” Archivi simulati e didattica della ricerca storica: per un sistema formativo integrato tra archivi e scuole. In: AA VV. Archivi locali e insegnamenti storici. Archivio storico Prefeitura de Modena, Modena, 2001, pp.11-23.

envelopes reais. Estas, depois, serão colocadas em caixas que corresponderão aos recursos. Uma caixa do arquivo simulado contém uma pequena parte do arquivo real, mas é organizada com os mesmos critérios do arquivo original.

A estrutura do arquivo didático simula aquela do arquivo real. Mas a diferença é notável no que diz respeito à quantidade e à configuração com os quais os documentos serão apresentados aos escolares.⁹³

Esse tipo de método relacionado ao conceito de “arquivo simulado” pode ter um efeito bastante interessante quando pensamos em uma história mais local. O professor selecionaria uma gama de fontes relacionadas à história de uma localidade, como atos oficiais, jornais locais, obras acadêmicas, boletins de associações de moradores, entre outros. Em sala de aula, esses arquivos ficariam à disposição dos alunos para serem manuseados a partir de métodos coordenados pelo professor.⁹⁴

Com relação ao conceito de “pseudo-arquivo” de Guaracciono⁹⁵, Mattozzi esclarece que:

A didática do arquivo e a pesquisa simulada referiram-se tantas vezes no passado, por quem faz pesquisa histórico-didática. Mas de “pseudoarquivo” e da sua relação com o arquivo original escreveu de maneira mais intensa Scipione Guarracino. Segundo a sua definição um pseudo-arquivo é o resultado da seleção de material feita sobre uma documentação original pelo arquivo do professor e arquivista.

Disto, o que resultar será um ‘modelo’, ou seja, uma reprodução reduzida do arquivo original que mantenha as características deste arquivo eliminando os detalhes desnecessários da pesquisa que queremos fazer.⁹⁶

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt também desenvolveu esses conceitos de “arquivo simulado” e “pseudo-arquivo” em seu artigo “Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma perspectiva da educação histórica”⁹⁷

Outra redução de escala possível diz respeito às análises de “histórias de vidas”, sendo extremamente útil o artigo do historiador francês Philippe Artières,

⁹³ MATOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009, p. 326.

⁹⁴ No terceiro capítulo, o produto “Mesquita em documentos” conta com um arquivo simulado que foi manuseado por meus alunos durante o ano letivo de 2018.

⁹⁵ GUARRACIONO, S. A lógica da pesquisa e a didática do arquivo. In: Didática da história e arquivos. Org. de C. Torrisi, Caltanissetta – Roma, 1987, pp.55-85 (apud Mattozzi, 2004).

⁹⁶ MATOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009, p. 324.

⁹⁷ SCHMIDT, M. A. M. S. . Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinos em múltiplos espaços. 1aed.Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 01-13.

“Arquivar a própria vida”. De acordo com Artières, todos nós temos documentos que costumamos ou precisamos guardar:

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os antetextos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas.⁹⁸... Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos urna nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário. Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas.⁹⁹

Este trabalho de Artières oferecerá suporte para um elemento que deverá estar na elaboração de minha dissertação e das oficinas: o uso de arquivos pessoais de alunos, de profissionais da secretaria de educação e demais munícipes como fonte histórica. Neste sentido, os alunos foram incentivados a procurar em suas famílias (pais, avós, tios) documentos, como fotografias, cartas e recortes de jornais, revistas ou panfletos que contivessem “histórias de vida” de moradores de Mesquita, lugares onde viveram ou trabalharam.

De acordo com Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt:

Uma das possibilidades de desenvolvimento de estruturas cognitivas, segundo Mattozzi, são as operações cognitivas que a heurística coloca em funcionamento. Face à essa questão, um dos desafios postos ao trabalho escolar é o de buscar caminhos para unir a escola aos arquivos e incluir a atividade de arquivologia na didática da história.

É nessa direção que Mattozzi (2004) propõe a construção de arquivos simulados, tendo como referência o conceito de pseudo-arquivo, proposto por Scipione Guarracino. Para esses autores, o pseudo-arquivo é o resultado da seleção de material feita sobre uma documentação original pelo arquivo do professor e arquivista (GUARRACINO:1987) Assim, para Mattozzi (2004), o arquivo simulado seria uma possibilidade a ser incorporada à natureza da didática da história, constituindo-se de um modelo de arquivo que dê

⁹⁸ ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v.11, n.21, 1998, p.1.

⁹⁹ Idem, p. 3.

uma ideia de uma mistura de material organizado segundo critérios de arquivologia, mas que não corresponde a um arquivo real [...] ¹⁰⁰

2.5 - Pensando o lugar e o local

O meu lugar,
é caminho de Ogum e Iansã,
lá tem samba até de manhã,
uma ginga em cada andar.

O meu lugar,
é cercado de luta e suor,
esperança num mundo melhor,
e cerveja pra comemorar.

O meu lugar,
tem seus mitos e seres de luz,
é bem perto de Oswaldo Cruz,
Casadura, Vaz Lobo, Irajá.

O meu lugar
É sorriso é paz e prazer
O seu nome é doce dizer
Madureira, lá laiá, Madureira, lá laiá... ¹⁰¹

Esse trecho da música composta por Arlindo Domingos Da Cruz Filho (Arlindo Cruz) e José Mauro Diniz traz uma abordagem do termo “lugar” que tem a ver uma relação que podemos fazer quando falamos do ensino de História na educação básica. Essa abordagem diz respeito à ideia de pertencimento. Neste trecho da música apresentado aqui, os autores citam algumas relações identitárias do “seu lugar”, o bairro de Madureira, situado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Na primeira estrofe da música há a alusão à questão religiosa presente em seu bairro, relacionada especificamente a religiões de matrizes africanas. Há também alusão ao samba, já que o bairro abriga a tradicional escola de samba Império Serrano, bem como a escola Acadêmicos de Madureira, fundada em 2013, além de contar com vários eventos e festas ligados a esse gênero musical durante todo o ano. O último elemento identitário diz respeito à localização geográfica do bairro. Para isso, o autor elenca os bairros limítrofes de Madureira, como Oswaldo

¹⁰⁰ SCHMIDT, M. A. M. S.. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 02.

¹⁰¹ Meu Lugar - Compositores: Arlindo Domingos Da Cruz Filho / Jose Mauro Diniz - © Universal Music Publishing Group, 2012.

Cruz, que abriga a tradicional escola de Samba Portela (que muitos acreditam estar situada em Madureira).

É interessante vermos que esse “lugar” declarado pelos autores (como sendo Madureira) compartilha diversos elementos com seus bairros vizinhos, com a região conhecida como Zona Norte e com a própria cidade do Rio de Janeiro, aumentando-se a “objetiva” da lente.

Esse “lugar de afeto” dos autores não é um lugar pensado de maneira fria a partir das linhas geográficas que separam os bairros. Ele ultrapassa divisões geopolíticas quando a música trata de elementos relacionados a aspectos culturais, por exemplo. Esse pensar também pode ser aplicado à Baixada Fluminense, já que suas diversas cidades compartilham muitos elementos em comum. Historicamente, por exemplo, o território onde hoje está localizada a cidade de Mesquita compartilhou com sua “cidade-mãe”, Nova Iguaçu, o desenvolvimento da produção de cítricos em larga escala, bem como compartilhou com a cidade de Belford Roxo a atividade econômica das olarias. Até hoje há uma grande chaminé pertencente a uma olaria extinta, localizada no terreno do supermercado Carrefour na cidade de Belford Roxo, em seu bairro central, próximo aos bairros de mesquita (separados pela Rodovia Presidente Dutra) onde essa atividade floresceu como Rocha Sobrinho, BNH e Banco de Areia. Esse tipo de constatação serve para que não tomemos o “lugar” como algo determinante. Há, portanto, a necessidade de trabalharmos em sala de aula esse conceito que chamarei de “limites fluidos”, com o objetivo de indicar que os limites municipais não determinam rupturas brutas, podem separar através de coordenadas e linhas geográficas, mas a simples convivência faz com que pessoas compartilhem elementos com outros municípios, outros estados ou até outros países, separados por limites, divisas ou fronteiras, conforme mostrou o historiador Sérgio da Costa Franco com relação à fronteira entre Brasil e Uruguai, e o compartilhamento de elementos em comum entre os habitantes dos dois países, moradores de cidades fronteiriças:

Nenhuma grande cadeia de montanhas, nenhum intransponível curso d'água, nenhum deserto ou pantanal inabitável separam o Brasil do Uruguai. E, ao revés, como tudo concorreu para aproximar

cultural, social e economicamente os dois povos, o resultado final foi uma área de interação intensa.¹⁰²

Quando estive recentemente na cidade de Corumbá - MS, que faz fronteira com a Bolívia, pude notar vidas compartilhadas entre brasileiros e bolivianos nas ruas da cidade. As rádios bolivianas também eram sintonizadas do nosso lado da fronteira. O mesmo acontecia nas cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, com um grande fluxo de brasileiros, compartilhando elementos dos habitantes da região do Pantanal nos dois países, como o consumo churrasco feito no fogo de chão e o tereré (bebida fria feita com erva mate).

Recorri ao relato desses elementos em comum de países diferentes para chamar a atenção de que quando trabalhamos em sala de aula com a questão local, devemos estar atentos a essa questão do compartilhamento de vidas em comum, e não estarmos apenas atrelados às frias linhas geográficas que dividem territórios. Os alunos, que circulam por cidades vizinhas, por terem nelas parentes, amigos e conhecidos, ou por precisarem de serviços públicos de outras cidades, podem ser instados a prestar atenção em elementos comuns presentes nelas e na sua própria cidade.¹⁰³

Voltando ao caso da Região Centro-Oeste, afirmo que o “lugar” de um corumbaense não é apenas a cidade de Corumbá em si, nem é apenas o Mato Grosso do Sul ou o Brasil. Esse lugar não é exclusivamente geográfico, limitado por fronteiras. Ele pode estar relacionado ao bioma conhecido como Pantanal, por exemplo, e neste sentido, também pode ser a cidade de Puerto Quijarro ou Puerto Suarez, onde brasileiros costumam transitar diariamente, apesar da nacionalidade e língua diferentes.¹⁰⁴

Compreendo, portanto, que o lugar deva ser entendido a partir da construção de relações sociais, bem como das relações humanas com a natureza. O lugar também deve ser entendido como vida, ou seja, como compartilhamento de

¹⁰² FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sociocultural da fronteira Brasil-Uruguaí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 129, 1993, p. 140.

¹⁰³ Essa atividade de observação de outros espaços histórico-geográficos estará presente nas cartas do jogo da memória, oficina componente do produto “Mesquita em documentos”, no terceiro e último capítulo deste trabalho.

¹⁰⁴ Essa relação entre o lugar e inter-relações humanas foi desenvolvida na oficina “O meu lugar”, expressa através das narrativas de meus alunos.

vidas capazes de gerar sentidos. Neste ponto, é útil o conceito de lugar apresentado pela geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos em seu livro “O lugar no/do mundo”:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si”. O lugar guarda e revela uma idéia cara a Geografia que Max Sorre explicita através da definição de Geografia Humana enquanto análise da vida humana e que Duvignaud expressa em outros termos ao afirmar que a reflexão sobre o espaço é uma análise da vida. Assim a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem — lugar, que no plano do vivido vincula-se ao conhecido — reconhecido.¹⁰⁵

O lugar é objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, devendo ser analisado, portanto, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Primeiramente, há a necessidade de entendermos o “lugar” como algo que faz sentido a determinados agrupamentos humanos. Parto da ideia de que o lugar tem relação com o que eu chamaria de “meu lugar”, trazendo uma ideia de pertença, como foi expresso na letra da música cantada por Arlindo Cruz mais acima.

É preciso agora traçar um paralelo entre o lugar e minha prática docente. Lidando com adolescentes, a questão do lugar e suas relações com a escola tem uma importância que deve ser considerada. É claro que todos nós temos ligações diretas com um “lugar” específico, ou vários “lugares”. Com o passar do tempo, muitos de nós acabamos aumentando nossa mobilidade por conta de tarefas que temos que cumprir em nosso dia-a-dia. Precisamos estudar em uma universidade distante de nossas residências, da mesma forma que precisamos trabalhar em outros bairros, outras cidades e até em outros estados ou países. Muitas vezes passamos a ocupar diversos “lugares” em intervalos mínimos de tempo, quase que desafiando as leis da Física.

¹⁰⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 22.

Quando pensamos em crianças e adolescentes, percebemos que eles mantêm uma relação próxima a lugares “tangíveis” ou “atingíveis”, como a escola onde estudam e seu entorno, que muitas vezes fazem parte também do entorno de suas residências. Logicamente, um dos fatores considerados pelos responsáveis dos alunos para matriculá-los em uma escola está relacionado à distância que ela está de suas residências. Quando podem, os responsáveis preferem matricular seus filhos em escolas próximas de suas casas. É claro que há diversos outros fatores (que não só a proximidade geográfica) capazes de determinar que uma matrícula seja feita, como a reputação da instituição a ser escolhida, se ela oferece educação integral, etc. Se a instituição for privada, ainda há a consideração da relação “custo x qualidade de ensino”. Como acontece em escolas privadas, em escolas públicas o fator “distância” é levado em conta, não apenas por responsáveis, mas pelas secretarias de educação de diferentes esferas governamentais, que utilizam o critério de proximidade da residência em relação à escola como uma prioridade para a efetivação da matrícula de um aluno, como podemos ver na seguinte notícia, onde pais tiveram que dormir na fila para garantir uma vaga em um Cemei (Centro Municipal de Educação Infantil) na cidade de Montes Claros (MG) em dezembro de 2015, fato que se repetiu em diversas regiões do país:

Haroldo Diego chegou às 3 horas da madrugada, quando tinha duas pessoas na fila, mas depois foi surpreendido com as mais de 41 pessoas com senhas. Conseguiu as vagas para os filhos Davi e Maria Tereza e salienta que a escola tem fama de bom ensino, o que atende às suas expectativas. A aposentada Maria Helena, de 68 anos, não teve a mesma sorte. Ela não conseguiu dormir na fila para assegurar a vaga do neto Miguel Davi, de cinco anos e por isso, chegou às 9 horas, mas não tinha vaga. Saiu frustrada, pois nos últimos dias sempre foi à escola tentando a vaga. O seu neto Miguel Davi está matriculado no Cemei Canãa, na Vila Atlântica, onde moram os pais. Porém como eles trabalham, não têm quem pegue o filho no final das aulas. Maria Helena, residente na Vila Guilhermina, queria o neto perto da sua casa, pois ajudaria o filho a resolver o assunto. A secretária municipal de Educação, Sueli Nobre Reis alega que a situação foi provocada por que muitos pais queriam selecionar onde os filhos deveriam estudar e isso causa problemas. Ela afirma que existem vagas para atender todos aos alunos, com preferência deles estudarem nas escolas mais próximas de onde residem.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Ver: Pais dormem em filas para vagas nos Cemeis em:

<https://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/pais-dormem-em-filas-para-vagas-nos-cemeis>

Essa matéria mostra como um aspecto relacionado ao “lugar” (ou à localização da escola) está relacionado a uma construção social de sentido por parte daqueles envolvidos na efetivação da matrícula de um aluno em uma instituição de ensino.

Para uma criança ou adolescente, a escola é muitas vezes um “lugar” “dentro do seu lugar” de convívio, ou seja, de sua vida cotidiana, que forma com os outros “lugares” um conjunto de objetos tangíveis que acabam gerando neles vínculos sociais que são trazidos a partir do “viver junto”, daí, surgindo também a ideia de que “todo grupo de pertença” é, por princípio, associado a um território. Essa ideia é ilustrada no pensar quase metafísico a respeito da relevância do que seria o “primado”, “o caráter fundador”, “o grupo primário” de acordo com o pensamento da filósofo austríaco Alfred Schütz, trazido pelo sociólogo francês Alain Bourdin para desenvolver seu conceito de “local interacionista”, a partir da análise do também sociólogo francês Bernard Poche:

1 - O vínculo social é um primeiro de construção do sentido: viver-junto consiste, em primeiro lugar, em elaborar representações comuns do mundo.

2 - A construção social do sentido se forma a partir do "mundo da vida cotidiana", quer dizer, conforme o sentido que Schütz dá a essa expressão, o conjunto dos "objetos atingíveis". O lugar que meu corpo ocupa no mundo, meu Aqui é o ponto de partida de minha orientação de espaço...Assim, meu Agora é a origem de todas as perspectivas temporais que me permitem organizar os elementos do mundo nas categorias antes / depois, passado / futuro, simultâneo / sucessivo" (SCHÜTZ, 1987, p. 120-121, citado por POCHE, 1996, p. 123). O raciocínio anterior está próximo, mas nele a ordem da percepção e das operações intelectuais era questionada em sua essência, enquanto aqui se trata das condições em que pode existir uma atitude cognitiva de ordem mais metafísica, qualificada de atitude natural, que consiste em "suspender qualquer dúvida quanto a existência do mundo exterior" (SCHÜTZ, *ibid*, p. 127; POCHE, *ibid*, p. 123) e é uma etapa indispensável de toda relação com o mundo.¹⁰⁷

Essa questão metafísica de “suspender qualquer dúvida quanto à existência do mundo exterior”, trazida por Alain Bourdin pode ser ligada justamente à perspectiva de ensino de História a partir da questão local, ligada especificamente à empiria própria de discentes e docentes com relação a um lugar que pode ser acessado e vivido “in loco”, e não apenas visto em livros ou filmes. Essa questão da

¹⁰⁷ BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 28.

pertença, trazida pelo que Bourdin chamou de “viver junto”, serve como um estímulo para o estudo da história local, desde que o professor intermedeie e operacionalize esse contato com as questões locais, que podem estar expressas em construções públicas, bens patrimoniais ou ainda nos relatos orais daqueles que têm algo a dizer sobre a localidade. Isso faz com que essas reduções de escala de observação (nos termos de Revel) possam funcionar como um estímulo para o ensino de História. Um elemento a ser considerado para esse estímulo é que o professor, por exemplo, pode sair do padrão tradicional de aula com textos expositivos, geralmente expressos em livros ou apostilas, trazidos por “prescrição”, acompanhados de exercícios com perguntas e respostas sobre esses textos, o que poderia ser caracterizado como um ensino mais “tradicional”. Essa “saída” do ensino tradicional se justifica porque os elementos contidos nos lugares próximos (e acessados) muitas vezes não estão contidos nos manuais e livros didáticos da educação básica, justamente por razões aqui já explicadas, relacionadas às limitações impostas pelo currículo prescritivo, bem como estão diretamente relacionadas ao mercado editorial de livros didáticos, voltado a questões de padronização a partir de um prisma mais “macro”.

Voltando a essa questão de variação de escala (que pode ser aplicada ao estudo da própria escola), o próprio Revel nos faz um alerta, ao decidirmos operacionalizar métodos da micro-história, exatamente o alerta de que não há hiato ou oposição entre história local e história global:

(...) não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é (...) uma versão diferente.¹⁰⁸

Esse alerta de Revel nos leva a pensar que trabalhar com a questão local não implica em menosprezar uma abordagem mais global. Em outras palavras, é necessária essa articulação entre contextos micro e macro para que não caiamos na armadilha que Alain Bourdin chamou de “vulgata localista”, em outras palavras, a

¹⁰⁸ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p.28

supervalorização do local (ou ainda do nacional) em detrimento de uma análise mais globalizante. Segundo Bourdin:

A afirmação radical do local passa igualmente pela valorização sistemática das entidades comunitárias territoriais. Associam-se então o postulado da importância absoluta de uma herança partilhada, a ideia de que toda especificidade constitui um instrumento de resistência a uma modernidade perigosa (as especificidades nacionais se erguem contra a mundialização como as especificidades locais contra o Estado Moloc) e a fé na proximidade: não só o *small is beautiful*, mas também a "base" contém a verdade social. A combinação dos três constitui um coquetel explosivo.¹⁰⁹

Hoje os numerosos cursos superiores de História no Brasil costumam oferecer as mais diversas abordagens teóricas, permitindo que o docente/pesquisador em formação possa diferenciar variadas vertentes historiográficas, analisar o "lugar de fala" de determinado autor quando esse trata de um tema, como suas ideias, seu contexto histórico. O historiador francês Lucien Febvre afirmou: "A História é filha de seu tempo". Desta forma para entendermos uma corrente historiográfica e sua produção é necessário entender os contextos políticos, sociais e econômicos nos quais ela está inserida. Entretanto, deve-se dizer que apesar de toda a formação ampla que possam vir a ter, os homens (assim como o historiador) também são frutos de seu tempo, como nos mostrou o também historiador francês Marc Bloch:

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: "Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais." Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.¹¹⁰

Partindo das ideias de Febvre e Bloch, acredito que elas podem ser ligadas à questão local trazida pela Sociologia de Bourdin, no sentido de que podemos dizer que o homem é fruto de seu próprio tempo, como quis Febvre, assim como também é fruto de seu lugar. Neste sentido, prestar atenção nos contextos de espaço e tempo na produção do conhecimento humano é algo essencial.

¹⁰⁹ BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 26

¹¹⁰ BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 60.

2.6 - Considerações finais e cuidados com a história local

Pensando no alerta de Revel de que “não existe uma oposição, entre história local e história global”, bem como nos cuidados que devemos ter com a “vulgata localista” (Bourdin), devemos estar atentos aos perigos daquilo que o historiador Luís Reznik chamou de “ufanismo” de um local, em outras palavras, uma “supervalorização localista” que deve ser evitada quando lidamos com história local, ou quando temos nosso “lugar de fala” a partir de uma perspectiva local.

Para exemplificar os perigos de uma abordagem localista (e ufanista), vale a pena conhecer uma análise específica do historiador relacionada ao município de São Gonçalo, seu objeto de estudo no projeto Caixas de História:

A segunda tendência é a colocação em evidência do local, como se ali fossem experimentados processos ou ocorrido acontecimentos da mais alta relevância. No caso de São Gonçalo, o teor ufanista de alguns textos tornam algumas passagens inusitadas. Em certo texto de 1940, por exemplo, o autor afirma que “a primeira muda de café trazida para a região fluminense foi plantada em São Gonçalo e de São Gonçalo, o café se espalhou para todo o interior do Estado do Rio de Janeiro”; trata-se de um artifício do autor para valorizar o município, tornando-o o centro das atenções do Império do Brasil. É comum afirmar-se a condição de principal centro industrial da região do Rio de Janeiro – a “Manchester Fluminense” -; ou ainda, evento mais simplório, mas relevante na criação da autoestima local, o fato da primeira corrida de automóveis do Brasil ter ocorrido lá, em 1902. De certa forma, esta é uma outra face da mesma moeda do superdimensionamento do enfoque nacional. Releva-se as contribuições do local para a dimensão da identidade nacional.¹¹¹

O professor da educação básica que pretende ensinar a história local de uma instituição, de um bairro, de um município ou de uma região não deve, portanto, supervalorizar esse “lugar” em detrimento de outros “lugares”:

A história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria – no estilo “eu me ufano da minha terra” -, mas como a “costura” de um retalho dos processos de identificação do sujeito.¹¹²

¹¹¹ REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? Apresentado em V Taller Internacional de História Regional y Local. Havana/ Cuba, 2002, p. 2. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf.

¹¹² Idem, p. 3.

Devo dizer que o caminho inverso também não deve ser feito, ou seja, subvalorizar o local de pesquisa e ensino. Isso pode acontecer especificamente com quem estuda a história da Baixada Fluminense que, conforme demonstrado, tem a característica de ter a proximidade geográfica com a cidade do Rio de Janeiro, metrópole atual, importante centro econômico e capital da colônia portuguesa na América e do Brasil no império e na república (de 1763 a 1960). Apesar de demonstrar neste trabalho que a capital exerceu diversas influências na região, as peculiaridades locais devem se destacadas.

Luís Reznik também fez esse alerta em seu artigo “Qual o lugar da história local?”:

Ainda que correndo o risco de generalização indevida, mas baseando-me na análise da historiografia sobre a região de São Gonçalo, consigo perceber duas tendências nos estudos históricos sobre espaços locais. A primeira é a submissão dos ritmos e temas da localidade à História do Brasil. A forma de organização mais recorrente de periodização divide a História em Colônia, Império e República; os “ciclos econômicos” que determinam a produção local seguem seqüencialmente os padrões da “História da Pátria”: pau-brasil na ocupação, açúcar na colonização e café no Império, indústria na República; os temas seguem os padrões da historiografia nacional da sua época. Na falta de informações relevantes sobre a região estudada, isto é, na falta de fontes documentais que permitam a reconstrução de experiências passadas, buscou-se suprir estes “silêncios” a partir de contextos maiores: a História do Brasil. Desvia-se o problema através de comparações hipotéticas do que tenha acontecido no local, com fatos generalizadores da História do Brasil. Ou seja, a experiência do passado local transforma-se em exemplos esparsos em meio a uma narrativa já consolidada pela historiografia nacional.¹¹³

Podemos, portanto, entender o ensino de história local como uma possibilidade pedagógica na educação básica. Apesar de admitir sua relevância, devo ressaltar que não deve existir uma “hierarquia” entre uma perspectiva local e outra mais global. Em outras palavras, o local pode ser utilizado como uma abordagem dentre as várias outras possíveis no ensino de História. Penso que isso deve ser levado em conta, já que a perspectiva local pode gerar um elã pedagógico com tendências ufanistas, com o pretexto de que ela possa oferecer reais possibilidades de ensino de História, em detrimento de outras perspectivas, uma vez que o aluno terá a oportunidade de lidar de forma direta com o objeto de estudo, por

¹¹³ Ibid, p. 2

exemplo. O aluno poderia ser incentivado a entrar em contato direto com lugares que ele poderia acessar por conta das facilidades de acesso promovidas pela proximidade geográfica em relação ao objeto de estudo, principalmente, “superdimensionando” uma forma de ver o lugar como possibilidade, de acordo com uma ideia já apresentada aqui, presente no pensamento do historiador inglês Raphael Samuel ao afirmar que “ela (a história local) pode ser encontrada dobrando-se a esquina ou descendo-se a rua”.¹¹⁴

Esse elemento “facilitador” do lugar próximo em relação a outros lugares distantes ou “abstratos” pode seduzir aquele que se propõe a ensinar história local. Neste sentido, o professor-pesquisador poderia produzir uma história local destacada em relação a outras escalas de observação, valorizando de maneira considerável as nuances mais particulares da história de um município ou lugar específico em detrimento do estudo de lugares mais distantes e abstratos. Entretanto deve-se estar atento à advertência trazida por Maria Auxiliadora Schmidt, quando analisou a obra do educador francês Roger Cousinet, a partir do pensar do historiador espanhol Joaquim Prats Cuevas:

A concepção do que seria a "História Local" para as crianças também foi contemplada na proposta de Roger Cousinet para o ensino de História, como afirma - "reconheço o valor que pode ter a história local para esclarecer os pontos obscuros da história geral (...). Reconheço mais na história local um valor pedagógico porque coloca a criança em presença das realidades." (COUSINET, 1950, p.27). No entanto, segundo Prats, Cousinet já apresentava algumas restrições e limitações ao trabalho com a história local, quando apontava a ambiguidade do que se considera "meio natural da criança", o que ele não tem que coincidir necessariamente com o meio real, já que se constrói tomando elementos de seu meio, mas também de outros procedentes do jogo, da ficção, das leituras ou do cinema. Duvida também que o estudo da história local favoreça o enraizamento dos estudantes em sua localidade ou região, ou estimule o amor ao seu entorno e, por último, expõe que a pretendida motivação que pode introduzir o contato com objetos de estudo próximos não está clara, já que, para Cousinet não há objetos interessantes, mas objetos que correspondem a interesses (PRATS, 2001, p. 73).¹¹⁵

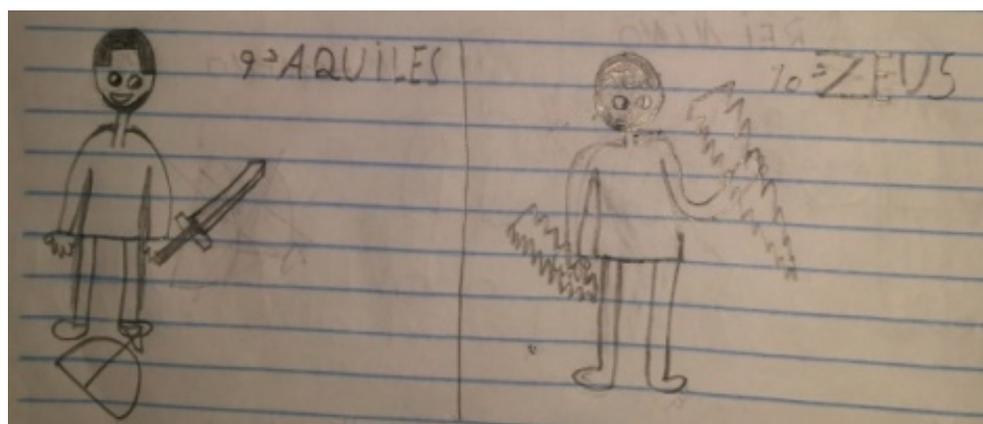
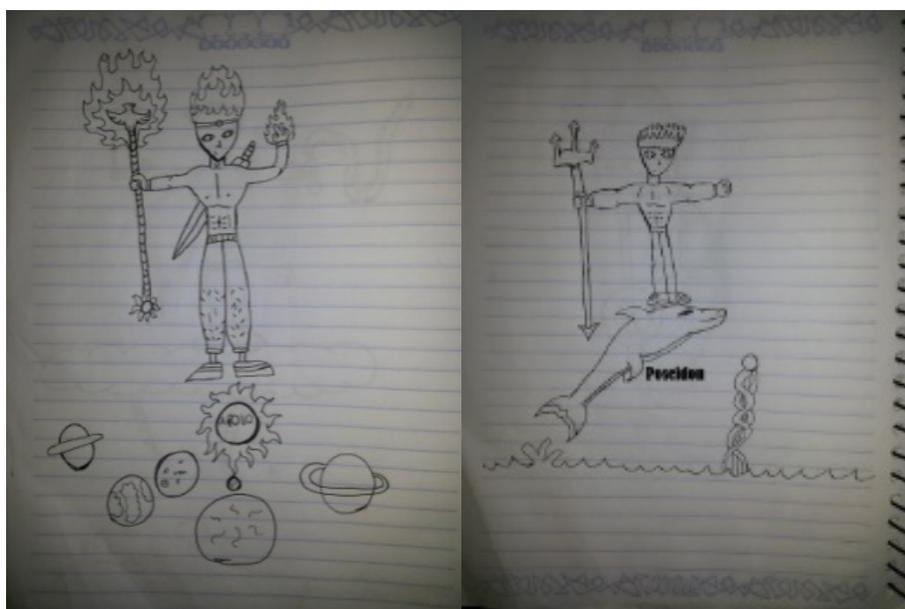
Seguindo essa ideia de Cousinet relacionada à dificuldade de se estabelecer o “meio natural da criança”, e encontrando “outros procedentes do jogo, da ficção,

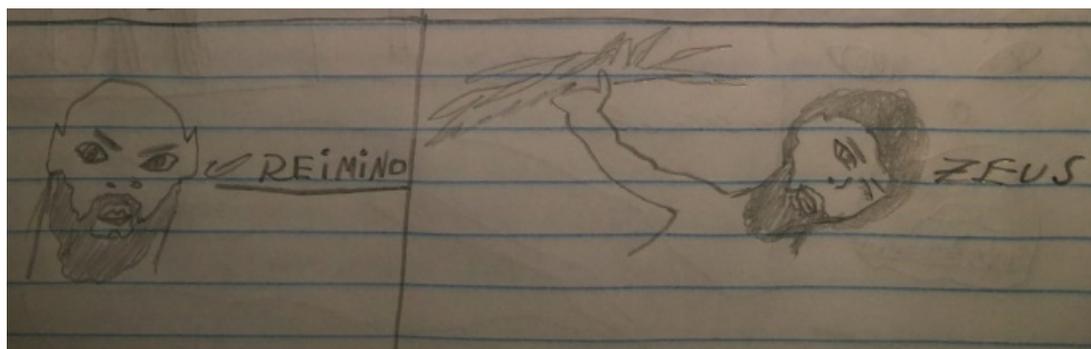
¹¹⁴ Op. cit. Samuel (1989, p. 220)

¹¹⁵ SCHMIDT, M. A. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M. et alii. *Ensino de História; sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, 187-188.

das leituras ou do cinema”, posso dizer que, enquanto professor da educação básica, percebo que várias temáticas (que pensamos serem muito “abstratas”) são extremamente familiares aos alunos. Para citar um exemplo, o estudo do tema “Grécia Antiga” nos parece muitas vezes tão remoto no tempo e no espaço, entretanto, para nossos alunos nem sempre é assim.

Para verificar os conhecimentos prévios de alunos do 6º ano do ensino fundamental sobre história e mitologia gregas, realizei no ano de 2018 uma atividade onde eles deveriam desenhar deuses, seres fantásticos, heróis e personagens históricos que lhes parecessem familiares. Eis alguns resultados obtidos:





Esses desenhos demonstram que a Grécia Antiga pode não ser algo tão distante dos nossos alunos, como pensamos. Jogos de videogame, séries de televisão, desenhos animados, filmes, livros e revistas em quadrinhos tratam dessa temática de diversas formas possíveis. Os conhecimentos prévios demonstrados aqui foram favorecidos em grande parte pelo desenvolvimento de uma indústria cultural, fomentadora de uma cultura de massa. Isso corrobora a ideia de que a história local, apesar de ter seus elementos próprios dotados de consideráveis apelos para o ensino de História, não deve logicamente ser colocada em uma posição hierárquica superior às outras abordagens, como alertou Reznik.

Ainda sobre cultura de massa e indústria cultural, com o decorrer de minha prática didática pude perceber que, por conta do que foi analisado por Eric Hobsbawm em sua obra *The Age of Extremes: a History of the World*, as possibilidades de ensino de História ganham cada vez mais contribuições dos diversos usos de novas tecnologias.

A análise de Hobsbawm trazida para este trabalho encontra-se no 17º capítulo de sua obra, sendo chamado de *The Avant Garde Dies, the Arts After 1950*. Nesse capítulo, o historiador britânico procurou demonstrar como a avant-gard (vanguarda) cultural associada a uma cultura elitista na virada do século XIX para o século XX foi aos poucos vendo seu lugar de produção cultural sendo substituído pela produção de culturas de massa. No mundo ocidental esse recorte temporal

aconteceu no pós-guerra (após 1945). O historiador classifica os anos 1950 como *Golden Age* (Era Dourada) por se tratar de um período de euforia e expansão econômica capitalista. Essa euforia foi traduzida em avanços tecnológicos que fizeram com que as mais diversas artes pudessem ser difundidas para um número cada vez maior de pessoas ao redor do mundo.

Technology revolutionized the arts most obviously by making them omnipresent. Radio has already brought sounds – words and music – into most households in the developed world, and continued its penetration of the backward world. But what made it universal was the transistor, it both small and portable, and the long-life electric battery which made it independent of official (i.e. mainly urban networks) of electric power. The gramophone or record-player was already ancient, and though technically improved, remained comparatively cumbersome. The long-playing record (1948), which established itself rapidly in the 1950s (Guinness, 1984, p193) benefited the lovers of classical music, whose compositions, unlike those of popular music, had rarely tried to keep within the three or five minute limit of 78 rpm disc, but what made self-chosen music genuinely transportable was the tape-cassette, playable on the increasingly small and portable and battery-powered recorder/player, which swept the world in the 1970s and had the additional advantage of being readily copied.¹¹⁶

Os avanços tecnológicos expostos pelo historiador inglês ainda em 1994 (data da 1ª edição de seu livro) são claramente percebidos por um professor da educação básica em salas de aula nos dias atuais. Se antes, Hobsbawm falou em rádio, gramofone, disco de vinil e tocadores portáteis de fita cassete, atualmente lidamos com aparelhos celulares capazes de sintetizar diversos outros aparelhos já “obsoletos” em um lugar só, além, é claro, de termos hoje televisão, rádio, CDs, DVDs, aparelhos de MP3, entre outros. Temos ainda o acesso à Internet e suas infinitas possibilidades de uso e divulgação de culturas.

Percebemos, portanto, que há um processo crescente de uso de diversos aparelhos e mídias por nossos alunos. O próprio celular é um objeto cada vez mais comum e acessível. Sabemos que ele faz parte das vidas de alunos das mais diversas classes sociais, bem como das nossas próprias vidas enquanto professores. O mesmo ocorre com outros produtos da indústria cultural.

¹¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914 -1991*. New York: Vintage. 1996, p. 501. *A obra foi traduzida para o português. Ver: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 484.

Quem é docente na educação básica sabe que muitos de nós (professores) reclamamos que temos uma escola que não tem mais atraído a atenção dos alunos para as disciplinas escolares. Costumamos colocar grande parcela dessa culpa (pelo desinteresse do aluno na escola) nas novas tecnologias, que vêm surgindo a cada instante. Já vimos colegas colocarem a culpa na tecnologia justamente porque a escola “não teria como competir” com a quantidade de produções culturais e mídias cada vez mais atraentes. Devo dizer que essa ideia não só deve ser desnaturalizada, como combatida. A tecnologia pode sim ser uma grande aliada do professor em sala de aula.¹¹⁷

Voltando à questão do ensino sobre a Grécia Antiga para alunos do 6º ano do ensino fundamental e fazendo um paralelo com relação a essas questões tecnológicas, podemos dizer que muitos de nós, professores, ficaríamos surpresos ao percebermos que nossos alunos, em suas mais tenras idades, já tiveram contato com muitos elementos da cultura grega, o que acabaria fazendo com que (para eles) exista “sentido” em uma temática muitas vezes considerada por nós como distante de suas “realidades”, o que seria subestimá-los. Esse sentido em grande parte foi criado a partir de seus contatos com diversas produções culturais da “*mass media*” que têm como temática alguns elementos da cultura grega, como mitologia, por exemplo. Produções como as animações “Cavaleiros do Zodíaco” (1985) e “Hércules” (1997), ou ainda o filme “Troia” (2004), bem como as aventuras cinematográficas (e livros) de “Percy Jackson” (2010 e 2011), entre tantas outras. O mesmo acontece quando pensamos no Egito Antigo, com seus faraós, múmias e pirâmides, que fazem parte do imaginário de nossos alunos desde muito cedo graças às produções culturais de massa, voltadas para o que o filósofo francês Félix Guattari conceituou como “cultura-mercadoria”.

Esses elementos relacionados a conhecimentos prévios demonstrados pelos alunos poderão ser utilizados e pensados pelos professores quando essas temáticas tiverem que ser trabalhadas em sala de aula, tendo em vista que o professor deve exercer seu papel de mediador entre esses conhecimentos prévios e os conhecimentos trazidos por outras fontes de saber, como o saber acadêmico ou o livro didático. Esse sentido prévio inicial do aluno serviria como ponto de partida para

¹¹⁷ No terceiro capítulo deste presente trabalho será apresentada uma oficina utilizando os recursos tecnológicos do Google Street View para o ensino de história local.

a prática pedagógica a partir da correlação com outros elementos citados anteriormente.

Ora, se Cousinet já nos alertou que não podemos apontar a questão local relacionada à proximidade geográfica do "meio natural da criança" como fator privilegiado de ensino de História, uma vez que, como dito, nossos alunos têm tido cada vez mais contato com elementos que outrora consideraríamos "remotos", qual a chave então para justificar o uso da história local como possibilidade pedagógica na educação básica? De que forma ela pode trazer uma "consciência" sobre o que está sendo estudando pelo aluno? De que forma essa questão do estudo da História deve "fazer sentido"? Acredito em primeiro lugar que é interessante pensarmos no que o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen chamou de "consciência história":

“um dos princípios constitutivos da didática da História é o de ordem teórica, ou seja, estabelecer orientações e discussões sobre as condições, finalidades e objetivos do ensino de História. Esse princípio envolve questões, como “para que serve ensinar História?” e “Por que trabalhar a História a partir do uso de documentos em sala de aula?. As respostas estão nas vertentes historiográficas que entendem a História como o estudo da experiência humana no tempo, na perspectiva de Thompson (1981). Este seria um dos critérios principais para a seleção de conteúdos e para sua organização em temas a serem ensinados com o objetivo de contribuir para a formação de consciências individuais e coletivas. Ademais, essa perspectiva encaminha para a valorização do trabalho com fontes no ensino de história, como um dos pressupostos para a construção da cognição histórica.”¹¹⁸

Uma chave para respondermos a essas questão trazida por Rüsen “para que serve ensinar História?”, quando relacionada especificamente com o ensino de história local nos foi trazida pelo historiador britânico Raphael Samuel ao relacioná-la à sua relação direta com a comunidade. Não apenas o conceito de comunidade imaginada, trazido na introdução da obra de Bauman, mas uma comunidade como fenômeno único e próprio, com sua periodização, leis e normas específicas. Uma comunidade com seu ciclo de vida específico, do qual o aluno faz parte.

Neste sentido, é esta questão da comunidade “ter vida” que pode servir como elã motivador para que o ensino de história local possa atender às questões

¹¹⁸ apud SCHMIDT, M. A. M. S. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinos em múltiplos espaços. 1aed.Natal: EDUFRRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1. pp. 2 e 3.

propostas por Rüsen, pensando que isso também pode ser associado ao currículo como narrativa de vida em Goodson.

Mas o historiador local hoje, seguindo o trilho aberto por Hoskins, Finberg e a escola de Leicester, é, caracteristicamente mais seletivo. No lugar do pitoresco, esses historiadores procuram mais as regularidades. A preocupação com o local é tão intensa quanto era no passado mas, para aqueles que seguem a escola de Leicester, o foco de atenção está mais provavelmente nos padrões de desenvolvimento único, com sua própria periodização e leis de crescimento: um organismo vivo com seu próprio ciclo de vida, que pode ser estudado continuamente por longos períodos de tempo, tanto em termos de estrutura ocupacional como de peculiaridades topográficas. O trabalho do historiador local, como Frinberg escreveu em 1953, num trecho muito citado, (...) é para recriar em sua própria mente, e para retratar para seus leitores, a origem, o Crescimento, o declínio e a queda da comunidade local". A noção de comunidade, como no trecho citado é invocada frequentemente - "um grupo de pessoas unidas por certos interesses comuns", "uma sociedade verdadeira de homens, mulheres e crianças, reunidas num só lugar" - e todo o impulso da história local nos últimos anos tem ido na direção de identificar esses tipos de comunidade.¹¹⁹

Por fim, é preciso destacar que aqueles seduzidos pelas possibilidades do local entendam que o estudo de história local no Brasil não é algo necessariamente novo e que o ensino de História nem sempre esteve entregue especificamente nas mãos de historiadores de ofício.

Outro elemento a ser destacado é que o ensino de História, assim como o ensino das disciplinas escolares nunca foi neutro. Sempre esteve permeado por questões ligadas ao poder. No caso do Brasil, especificamente, o ensino de História passou por diversas transformações desde o século XIX, com a criação do colégio Pedro II, fundado em 2 de dezembro de 1837 e regulamentado em 1938¹²⁰, uma referência para qualquer pesquisador que se dedique a estudar a história do ensino de História no país, até as diferentes instituições públicas e privadas do Brasil atual . Devemos entender que:

¹¹⁹ SAMUEL, R. História local e história oral. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v. 9, n.19, 1989, p.p. 228-229 .

¹²⁰ Ver: COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 1838. TOMO 1º PARTE 2ª SECÇÃO 6ª - REGULAMENTO Nº 8 - de 31 de janeiro de 1838: Estatutos para o Collegio Pedro Segundo. Disponível no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Em diferentes contextos da história do Brasil, é possível dimensionar a preocupação do Estado com a institucionalização de currículos e programas de História para a educação básica. No caso específico da disciplina História, a partir do século XIX, identificam-se dezoito programas de Ensino relativos às reformas curriculares entre os anos de 1841 e 1951. Esses programas foram organizados pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, de acordo com as diretrizes das várias reformas curriculares ocorridas naquele período. Os textos dos documentos curriculares “prescritos” são reveladores de objetivos, posições políticas, questões teóricas que configuram não apenas o papel formativo da História como disciplina escolar, mas também estratégias de construção/manipulação do conhecimento histórico escolar.¹²¹

Sem querer me aprofundar na história do ensino de História no Brasil, temática trabalhada com propriedade por pesquisadores como Selva Guimarães Fonseca, Marcos Antônio da Silva, Kátia Maria Abud, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt e Ana Claudia Urban, devo dizer também que o presente trabalho igualmente não tem como intenção maior analisar de que forma as diversas faculdades de História do país receberam trabalhos acadêmicos, como artigos, monografias, dissertações ou teses que tiveram como foco o estudo do local, considerando esse “local” como ponto de partida para o início de uma pesquisa. É claro que já existem iniciativas, como as da Faculdade de Formação de Professores da (FFP) UERJ¹²², tendo como foco os estudos das histórias locais, começando pelo caso específico do município de São Gonçalo, onde foi instalada a universidade, assim como também existem iniciativas de ensino de história local em diversos campi de universidades em todo o país. Outro aspecto a ser destacado é que, quando um acadêmico se propõe a produzir um trabalho tendo um recorte espacial específico, não significa necessariamente que sua intenção inicial tenha sido a de produzir “história local”. São muitas vezes trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores que precisaram fazer seus recortes

¹²¹ SILVA, M.A. & GUIMARÃES, Selva. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. in: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, pp. 15-16 - 2010
disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>

¹²² Para maiores informações sobre os trabalhos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, ver: *História local e comunidade: o exercício de memória e a construção de identidades. Apresentado: na 6ª mostra de extensão da UERJ. Laureado com o prêmio da mostra de extensão da UERJ. 2002 e História Local e a educação patrimonial: a experiência da Faculdade de Formação de Professores. Apresentado: VII Semana de História da UERJ-FFP, realizada em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 2001.* Disponíveis em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm

temporais e espaciais específicos a fim de dar conta de suas pesquisas e quantidade de fontes.

Assim, não seria correto caracterizarmos trabalhos acadêmicos que têm suas relações com a localidade como sendo pesquisas específicas sobre história local como é o caso de “O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão.”, organizado por Mariana Muaze e Ricardo Salles”, já citado neste trabalho, ou “Historiografia e a identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950, tese de Doutorado de Rui Aniceto Nascimento Fernandes (também já citada). Vale então dizer que as linhas de pesquisa do trabalho do historiador Rui Aniceto foram definidas como “Historiografia, Identidade, História Regional, Rio de Janeiro, Amaralismo, Política, Memória”¹²³, portanto, a questão local é uma dentre as características da obra em questão. Há, portanto, que se fazer distinções entre os diversos trabalhos acadêmicos dotados de vertentes locais dos trabalhos voltados para o ensino da história local na educação básica, como é o caso deste e de outros trabalhos do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) com perspectivas semelhantes.

Acredito que a característica do Mestrado Profissional de produzir saberes e práticas em diversas vertentes e temáticas da História enquanto disciplina escolar (não apenas relacionadas à questão da história local), aliando-se pesquisa e aplicabilidade dos saberes por diversos professores do programa em todo o país, possa produzir novos olhares, proporcionando o diálogo entre o conhecimento produzido na academia com os “currículos como narrativa” trazidos por professores / mestrandos do programa, algo que considero cada vez mais essencial para a pesquisa e o ensino de História no país.

¹²³ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre a décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Tese (Doutorado em História), 2009, p. 2.

CAPÍTULO III. Mesquita - RJ em oficinas

Introdução

Este último capítulo tem como objetivo central desenvolver oficinas pedagógicas sobre o ensino de história local, relacionadas ao caso específico do município de Mesquita – RJ.

As oficinas são entendidas como componentes dos produtos finais necessários para a conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Acredito que elas sirvam como recursos válidos para o ensino da disciplina, ao permitir que os alunos tenham contato direto com elementos relacionados à sua região, como fotografias, documentos oficiais e historiografia específica, bem como ao uso de novas tecnologias.

Pode-se dizer que as oficinas têm como principal característica a operacionalização de saberes históricos a partir do manuseio direto de materiais diversos, ou ainda a partir do uso de novas tecnologias. Dessa forma, elas atendem ao objetivo de sair do método mais tradicional de ensino, caracterizado pelo uso da lousa e aulas expositivas. Essa operacionalização estará aliada à proposta de “currículo como narrativa de vida” de Ivor Goodson (capítulo II), colocando o aluno também como agente na obtenção dos materiais pedagógicos. Serão apresentados neste capítulo dois produtos, divididos em três oficinas.

A primeira oficina tem o nome de “O MEU LUGAR” e é caracterizada pela utilização da ferramenta conhecida como Google Street View, capaz de acessar lugares de forma virtual através da Internet, permitindo a criação de narrativas por parte dos alunos. A partir dessas narrativas, as questões locais e globais serão abordadas, trabalhando-se com as relações possíveis entre “história e memória”, bem como com as possíveis “variações de escala de observação”, como queria Revel (cap. II), e “história do tempo presente”, elementos que estarão sempre ligados ao conceito de “currículo como narrativa de vida”. Esta primeira oficina é também o primeiro produto desta dissertação.

O segundo produto tem o nome “MESQUITA EM DOCUMENTOS”, sendo composto por uma série de atividades relacionadas ao manuseio direto de documentos escritos, imagens e estudos historiográficos específicos sobre Mesquita

e Baixada Fluminense por parte dos alunos, trabalhando, dessa forma, com os sentidos de “mudança e permanência” e “tempo histórico”. Esse produto está dividido em duas oficinas: O jogo da memória e os arquivos simulados.

O objetivo do jogo da memória é fazer com que os alunos possam identificar as mudanças e permanências presentes nas paisagens no decorrer do tempo histórico, a partir uma forma lúdica. Nos arquivos simulados há o objetivo de levar fontes primárias à sala de aula para serem manuseadas pelos alunos a partir da intervenção do professor, permitindo que os alunos tenham uma ideia sobre o processo de construção da narrativa histórica a partir da análise de fontes, compreendendo o ofício do historiador.

A tônica das atividades desenvolvidas nesse produto está relacionada à prática da correlação. Os diversos documentos e estudos historiográficos trazidos por diferentes fontes serão confrontados e correlacionados a partir de atividades pedagógicas.

Com relação à oficina “arquivos simulados”, é necessário dizer que ela teve como inspiração inicial o projeto Caixa de História produzido por professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, além de permitir a operacionalização dos conceitos de “arquivo simulado” de Mattozzi e “pseudo-arquivo” de Guaracciono (capítulo II).

3.1 - OFICINA 01 - “O MEU LUGAR”: o uso do Google Street View¹²⁴ como possibilidade para a observação da paisagem, história e memória locais



A próxima revolução da tecnologia será nas mentes; mas a maior de todas elas será nos espíritos, quando então as pessoas poderão visitar não apenas seus amigos, mas também países, galáxias distantes, o Céu e o Inferno, os mortos e os vivos; tudo apenas num piscar de olhos, como se fosse num toque de enter.

Augusto Branco

Esta oficina tem como principal objetivo aliar o uso de novas tecnologias ao ensino de História. Para isso, lança mão do recurso conhecido como Google Street View, ilustrado abaixo:

¹²⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt/streetview/>



O Google Street View pode ser definido como uma camada do Google Maps, recurso de geolocalização desenvolvido pela Google (razão social: LLC Google), uma empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos. O Google Maps (Fig. 03) oferece vários níveis de zoom, de um continente, um país, uma cidade, um bairro, uma rua, etc., sendo o Google Street View definido como uma “camada a mais”, que seria capaz de capturar a visão da própria rua.

Para conseguir a visão de uma localidade - como a da praça da Prefeitura de Mesquita (Fig. 04) - são utilizados veículos (Fig. 01) portando um aparato com quinze câmeras montadas (Fig. 02). Em lugares inacessíveis a veículos automotores, o aparato é levado por um pedestre, sendo acoplado em uma mochila (Fig. 05). O aparato também pode ser levado em embarcações para que sejam obtidas imagens a partir de lagos, rios, baías, entre outros.

Cada câmera do dispositivo está focada para um lado, para termos a sensação de uma imagem de 360°. O equipamento também é dotado de três raios lasers que fazem as varreduras das fachadas (em três dimensões) e duas antenas

de GPS que fazem o “acoplamento” da imagem com sua localização, ou seja, marcam a coordenada geográfica precisa do local exato da foto.¹²⁵

O Google Street View começou a operar e disponibilizar suas primeiras imagens no Brasil em 2010. Os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro foram os lugares onde a empresa começou a utilizar o serviço. No ano de entrega desta dissertação (2019), a ferramenta completará 9 anos de operações no país, portanto.

Cada um de nós entende e vive o tempo de forma diferente. Nós, adultos, muitas vezes acreditamos que eventos ocorridos há 9 anos atrás sejam considerados acontecimentos muito recentes, algo consideravelmente novo, mas para uma criança ou um adolescente de 13 anos, por exemplo, a percepção do tempo pode assumir um caráter diferente. Um adolescente com 13 anos hoje era apenas uma criança com 4 anos de idade há 9 anos. Qual professor que, ao exibir um filme produzido há 2 anos atrás, achando que se tratava de um filme atual, não ouviu de um aluno que “esse é um filme muito velho”?

O objetivo principal desta oficina é o de operacionalizar as relações entre tempo histórico, variações de escalas de observação e história do tempo presente. Hoje, embora o campo da história do tempo presente tenha crescido nas últimas décadas, algumas perspectivas ainda seguem desmerecendo a história dos fatos recentes, afirmando que o estudo desses acontecimentos, como os ocorridos há 8, 10 ou 15 anos atrás não estão nos domínios da História, mas de outras disciplinas, como a Sociologia e a Geografia. Em minha vivência enquanto professor de História, pude ver até profissionais da disciplina afirmando que “fatos recentes não são objetos de estudo da História”. Entretanto, nem sempre foi assim, conforme nos mostrou a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV):

“É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos

¹²⁵ Essas informações técnicas estão de acordo com uma entrevista com o executivo “Thom” da Google Brasil (localizada na Av. Brg. Faria Lima, 3477 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04538-133), e estão disponíveis no Canal Dúvidas Duvidosas com o título GOOGLE STREET VIEW - DÚVIDAS DUVIDOSAS, em: https://www.youtube.com/watch?v=w8VyMwbHm_o

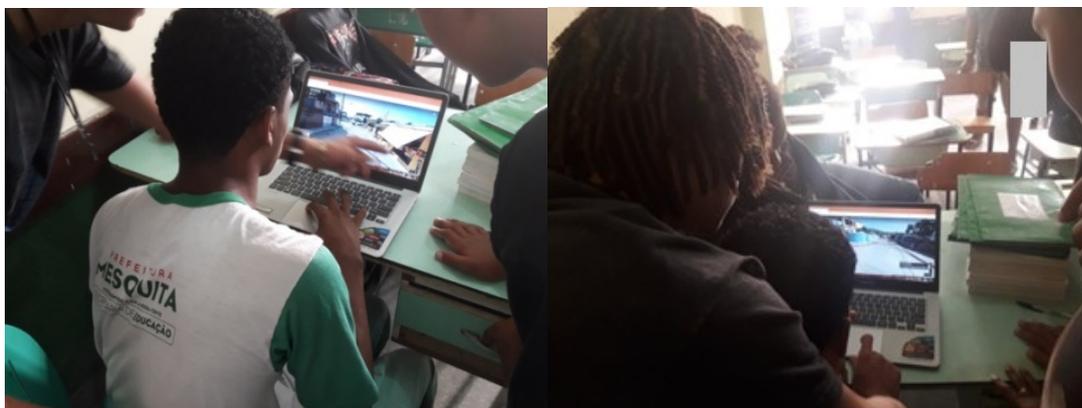
historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa.

O que alterou esse quadro? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um objeto problemático?¹²⁶

3.1.1 – A OFICINA

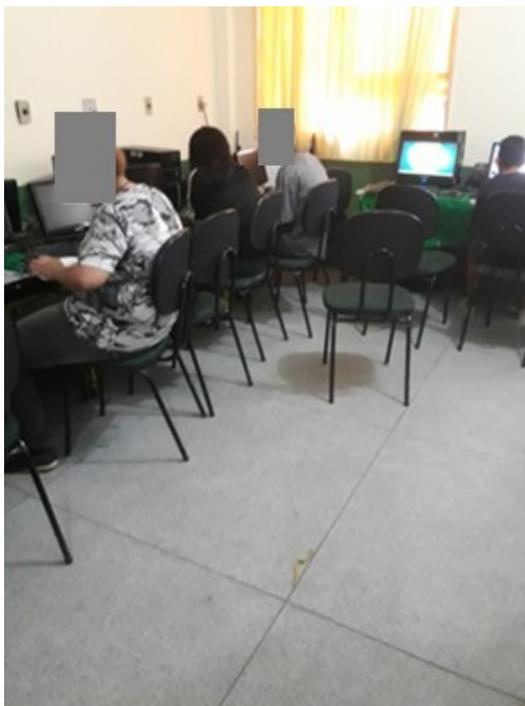
Esta oficina deve ser iniciada em sala de aula. Para isso será necessário pelo menos um computador conectado à internet.

No primeiro dia de oficina, utilizei meu laptop com Internet móvel compartilhada por wi-fi, onde cada aluno pôde navegar virtualmente por suas localidades conhecidas, não apenas por suas ruas, mas por seu bairro, por outros bairros da cidade de Mesquita, bem como por outras cidades do Rio de Janeiro com os quais eles já tivessem tido contato, através de suas vivências e memórias afetivas:

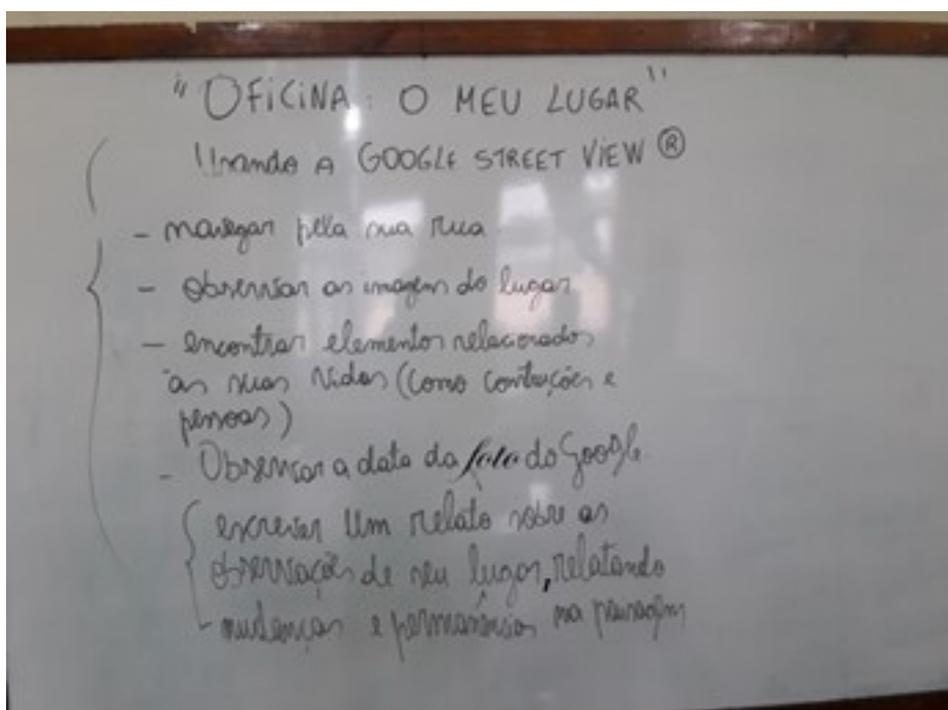


No segundo dia, pude utilizar a sala de informática da Escola Municipal Vereador Américo dos Santos, localizada no bairro Banco de Areia em Mesquita-RJ:

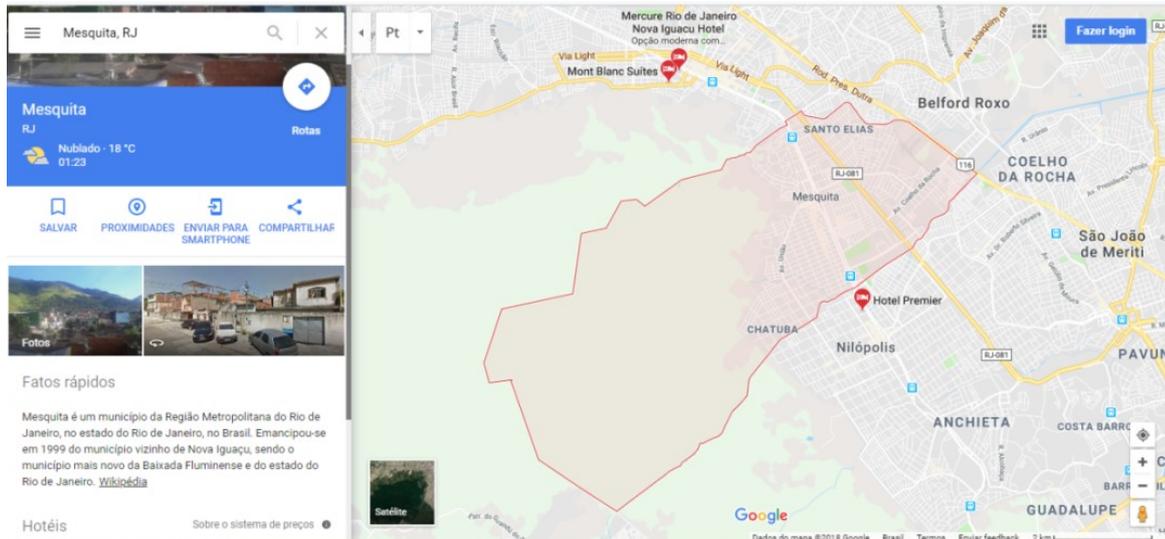
¹²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000, p. 111.



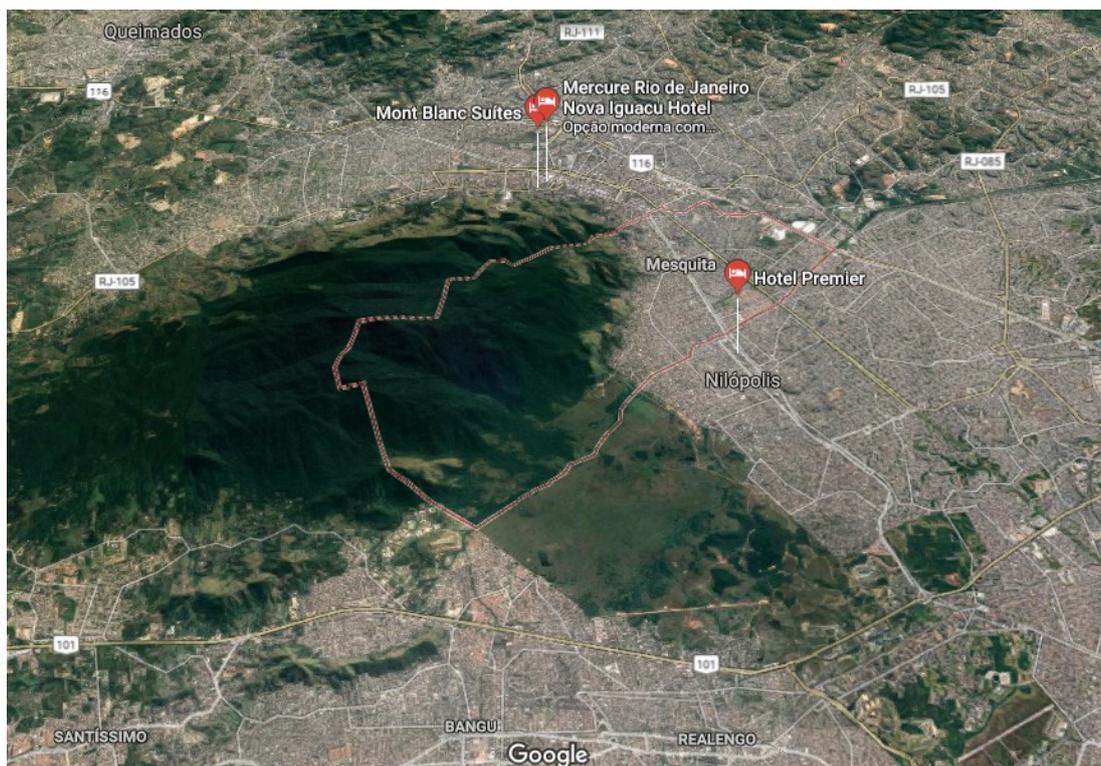
O passo a passo da oficina:



1 - Os alunos devem digitar primeiramente o nome de sua cidade no site <https://www.google.com.br/maps>, desta forma os limites geográficos da cidade aparecerão em destaque, bem como também aparecerão informações básicas sobre o lugar, conforme ilustração:



2 – Em seguida, os alunos podem diminuir o zoom da imagem, clicando no sinal “negativo” (-) do canto inferior direito, fazendo com que apareçam cada vez mais bairros e cidades próximas, ou podem aumentar o zoom, clicando no sinal “positivo” (+), aproximando cada vez mais a imagem, conseguindo ver, desta forma, as ruas da cidade, bem como pontos de interesse. Para terem uma ideia do relevo local, podem clicar no quadro “satélite”, localizado no canto inferior esquerdo da tela, gerando uma imagem como essa mais, onde aparecem as conurbações da região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como o maciço do Gericinó, ao centro:



3 – O próximo passo é aproximar o zoom (+) até encontrar seu bairro e sua rua, orientando-se gradativamente através da aproximação.¹²⁷ Aparecerão os traçados das ruas da localidade. Logo após, os alunos devem arrastar a figura amarela no canto inferior direito, clicando com o botão esquerdo do mouse para a rua determinada, até que o personagem levante a mão:



4 – Agora, o aluno deve soltar o botão esquerdo do mouse, em seguida a plataforma entrará no modo Street View:



Avenida Coelho da Rocha (Mesquita - RJ) – novembro de 2014

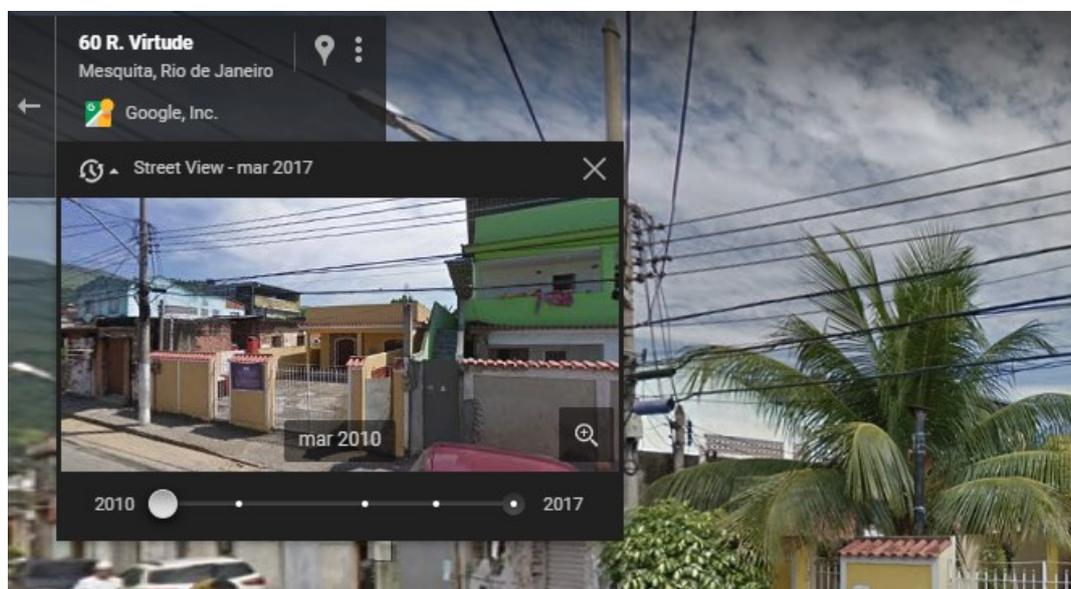
Conforme vimos, essa imagem tem uma data específica. Neste momento, torna-se necessário informar que o Google Street View adotou após algum tempo o

¹²⁷ Caso o aluno não consiga se orientar, pode clicar diretamente na ferramenta de busca da página e digitar o nome da rua a ser pesquisada.

recurso conhecido como “histórico”. Os veículos da empresa costumam ter uma periodicidade de circulação. Em lugares centrais, as imagens são geradas praticamente a cada ano, assim, ruas do centro de Mesquita têm imagens geradas de forma mais constante, quando comparadas às ruas de bairros mais distantes do centro. Isso acontece de forma semelhante com diversas outras localidades. Muitas pessoas expressaram seu desejo de ter acesso a imagens geradas em anos anteriores, justamente para poderem acompanhar as transformações ocorridas nas paisagens, ou ainda para poderem “matar a saudade” de pessoas fotografadas pelos carros da empresa em anos anteriores.¹²⁸

A empresa Google ouviu as sugestões dos usuários e acrescentou o recurso “histórico”, disponibilizando um link para ser clicado no ícone em forma de relógio no canto superior esquerdo da tela, onde os usuários podem “navegar” no tempo por cada ano em que o veículo da empresa fotografou o mesmo lugar. Esse recurso apresentou-se como algo essencial para a viabilidade desta oficina, já que as mudanças na paisagem poderão ser observadas e confrontadas com os dias atuais.

Segue a visualização do recurso com a aplicação do “blur” em uma rua do município de Mesquita:



¹²⁸ A empresa desenvolveu um sistema de esmaecimento da imagem em rostos e placas de carros (conhecido como “blur”), a fim de preservar privacidades, borrando, assim, a foto. Entretanto, uma pessoa é plenamente capaz de reconhecer a figura de outra pessoa através de traços e biótipos presentes na imagem, bem como também é capaz de reconhecer automóveis, conforme será demonstrado mais à frente nesta oficina.

Para exemplificar o uso do recurso “histórico” na prática, escolhi demonstrar o caso da Universidade Gama Filho, fundada em 1939, e que já foi uma das principais instituições de ensino superior privado do país. A universidade estava localizada no bairro de Piedade, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

A Universidade Gama Filho movimentava grande parte da economia do bairro, que contava com bares, restaurantes, lanchonetes, autoescolas, entre outros tipos de estabelecimentos comerciais, dependentes diretos do consumo de alunos, professores e funcionários do campus universitário.

A Gama Filho (como era chamada informalmente) fechou suas portas definitivamente em 2014, deixando milhares de estudantes sem aulas, tendo que completar seus cursos de graduação e pós-graduação em outras universidades privadas. A consequência imediata do total fechamento da universidade (que já vinha ocorrendo gradativamente desde o ano de 2012) foi a completa falência de vários estabelecimentos comerciais no bairro de Piedade, modificando a paisagem do lugar, antes florescente, depois transformado em um cenário de completo abandono, gerando matérias como essa da jornalista Aline Macedo para o site Jornal O Globo:

“Campus da Universidade Gama Filho está sendo saqueado
Ladrões e usuários de crack acessam com facilidade local antes
frequentado por estudantes - Aline Macedo (18/06/2018 - 04:30)”¹²⁹

A primeira foto da ferramenta do Google mostra a rua da universidade (Rua Manual Vitorino) em fevereiro de 2010, quando a instituição ainda funcionava. Podemos ver o comércio ainda em funcionamento em uma paisagem que seria modificada enormemente em alguns anos.

¹²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/campus-da-universidade-gama-filho-esta-sendo-saqueado-22792381>



A segunda fotografia mostra o mesmo lugar oito anos depois, em fevereiro de 2018, quatro anos após o fechamento definitivo da universidade. O cenário é de completo abandono.



Essa decadência do bairro fica ainda mais visível quando navegamos pelas suas ruas periféricas, notando os impactos que o fechamento da universidade provocou no lugar.

A ideia da oficina é que o confrontar dessas imagens traga narrativas sobre a recente história do lugar a partir de alunos de uma escola do bairro, por exemplo. No exemplo da Gama Filho, histórias sobre a universidade e o lugar podem ser suscitadas, trazidas à tona por aqueles que compartilham memórias em comum (ou coletivas).

Utilizei o exemplo do fim da universidade e as conseqüentes mudanças provocadas na paisagem por se tratar de um acontecimento amplamente divulgado na mídia, procurando trazer, assim, elementos facilitadores de compreensão.

Essas mudanças puderam ser percebidas também nas paisagens da cidade de Mesquita através de narrativas produzidas pelos alunos, detalhadas mais adiante. Destaco o caso do chamado “Penicão” do bairro Banco de Areia (presente em duas narrativas), que suscitou intervenções governamentais por parte da prefeitura, bem como norteou atividades pedagógicas trazidas pelas observações do espaço histórico-geográfico.

Prosseguindo com a sequência de uso da ferramenta, é chegado o momento da narrativa:

5 – Neste momento, os alunos passam a navegar por seu lugar e devem anotar as informações em uma folha, a partir da intervenção do professor através de questões norteadoras, observando elementos como:

- a) Quando a imagem observada foi produzida?
- b) Qual o nome da rua (ou localidade) pesquisada?
- c) Quais as mudanças e permanências encontradas nas imagens?
- d) Existem pessoas, animais ou objetos móveis conhecidos nas imagens? Quais? E quais suas relações com eles?
- e) Você consegue lembrar-se de mudanças na paisagem relacionadas a intervenções da política pública, como obras promovidas por prefeitos, vereadores, governadores, entre outros, bem como a intervenções não governamentais, como as feitas por moradores ou associações de moradores?

Essas questões podem ser respondidas separadamente ou podem estar presentes em um texto em forma de narrativa. Optei aqui pela segunda opção, pedindo que os alunos escrevessem um texto sobre seu lugar.

A ideia é que seja utilizado o método de narrativa de vida (Goodson) para contar a história local em variações de escala (Revel) específicas trazidas pelas vivências de cada aluno.

Neste sentido, a partir da análise dos relatos dos alunos, o professor poderá estabelecer relações entre as narrativas produzidas e a historiografia sobre o lugar, como a que foi apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, por exemplo.

Há outras maneiras de expandir a oficina. Os alunos também podem ser incentivados a “navegar” em outros lugares de seu município ou região (como a Baixada Fluminense), contando suas histórias relacionadas a esses lugares.

A cidade de Mesquita, conforme informado, é cortada pela linha férrea da linha Japeri da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje administrada pela empresa Supervia (capítulo I). Meus alunos residem (em sua esmagadora maioria) em “um lado” da linha, mas muitos já frequentaram (e ainda frequentam) os bairros “do outro lado”, muitas vezes levados por seus responsáveis. A ideia é que, tanto no exercício relacionado à sua rua e seu bairro, quanto naquele relacionado a outros pontos de interesse da cidade, os alunos possam trazer relatos, não apenas seus, mas também de seus responsáveis ou conhecidos do bairro e da cidade. Para que isso aconteça de forma mais efetiva, a oficina pode ser feita como uma espécie de “trabalho de casa”. Alguns alunos me pediram exatamente isso. Disseram que ficariam mais à vontade em escrever suas narrativas usando seus computadores ou telefones pessoais com acesso às redes wi-fi de suas residências, bem como poderiam ouvir outros relatos, fazendo as atividades em conjunto com seus responsáveis e amigos, invocando de certa forma o que o sociólogo alemão Maurice Halbwachs chamou de “memória coletiva”:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p.31).

6 - Por fim, caberá ao professor intermediar a relação entre memória (individual e coletiva) e história local a partir de seu saber histórico, bem como do entendimento de currículo como narrativa de vida, numa perspectiva de Ivor Goodson.

A ideia desta oficina é justamente a de que as primeiras narrativas sobre o lugar partam dos alunos, bem como de seus amigos e familiares, invocando a memória local. Isso me pareceu interessante, uma vez que os alunos frequentam lugares, conhecem histórias e têm acesso a memórias que nós, enquanto seus professores, muitas vezes não temos.

Dito isso, o professor lerá as narrativas produzidas por seus alunos, e só a partir daí fará as inferências necessárias. Há trechos que podem conter uma chave para a discussão. Neste sentido, o professor pode ampliar ou reduzir a escala de observação, como queria Revel (capítulo II), ao levar uma característica apontada pelo aluno para um contexto mais macro, ou trazer uma política pública governamental para um contexto mais micro (como a rua ou a praça). Assim, as questões podem estar ligadas tanto à história do tempo presente em diferentes camadas de análise, podendo ainda ser “levadas” para outros tempos históricos, como o início do século XX, o Brasil Império ou a colônia. A ideia é que aquele objeto, que nas palavras do historiador britânico Raphael Samuel, “estejam relacionados à história local, possam ser encontrados dobrando-se a esquina ou descendo-se a rua” (capítulo II) possam ser percebidos e trazidos pelos alunos e, posteriormente, intermediados pelo professor. Neste sentido, o professor fará perguntas aos alunos. As respostas a essas perguntas podem ser trazidas na hora ou não. O ideal é que o professor prepare uma aula posterior com as respostas trazidas pelos alunos ou por ele mesmo, fazendo com que aquela narrativa seja compartilhada em sala de aula, surgindo, assim, novas memórias e contribuições, já que muitos alunos são vizinhos.

3.1.2 – AS NARRATIVAS

A seguir, selecionei oito narrativas, dentre as diversas produzidas por meus alunos no ano de 2018 após o uso do Google Street View, justamente para demonstrar algumas inferências que podem ser feitas no sentido do ensino de uma história local específica.

Essas narrativas me foram entregues manuscritas em folhas de caderno. Optei por transcrevê-las aqui, preservando muito de sua forma original, para não descaracterizá-las, procurando fazer apenas algumas pequenas correções

ortográficas, sem que isso alterasse os corpos principais dos textos ou suas ideias essenciais.

Narrativa 1:

“Data: julho de 2015 (1)

Aonde eu moro, mudou: o portão, a calçada, a capela (2), eu reconheci.

O portão da casa da minha colega mudou de cor. Era cinza, agora é preto.

Data: fevereiro de 2014

Tinha entulho no portão da mulher. Agora não tem.

A casa da minha colega mudou e a casa do S. (3) mudou também.

Data: agosto de 2011

A casa mudou. Agora tem divisão

Julho de 2015:

Eu frequentei a igreja, mas agora ela mudou. Colocaram piso.

Data: dezembro de 2013

Não tinha calçada. Agora tem. A rua era de barro e agora é asfaltada. Eu vi meu primo ainda criança na Rua.”

Nesta primeira narrativa, o primeiro aspecto que chama a atenção diz respeito às datas especificadas pela aluna. Isso correu por causa do uso da ferramenta “histórico” (1).

Com relação à observação da paisagem, um elemento que chama a atenção na narrativa é a “capela” (2). Interpelada, ela revelou que se trata da “capela na frente da escola onde ela estuda” (Escola Municipal Vereador Américo dos Santos – Banco de Areia – Mesquita – RJ). A aluna falava especificamente da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Rocha Sobrinho, pertencente à “Regional 10” da Diocese de Nova Iguaçu.

De acordo com as informações do site oficial da Diocese, encontramos os seguintes dados:

Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Rocha Sobrinho

Criação da Paróquia: 05 de junho de 1960

End.: Av. Gov. Celso Peçanha, 1275 - Rocha Sobrinho - Mesquita - RJ

Tel. (21) 2796-7047

Côn. Edmilson Januário da Silva, CRL (VP)¹³⁰

¹³⁰ Ver: <http://www.mitrani.org.br/regional10.html>



Um exercício proposto aqui seria o de levar a discussão para um aspecto macro, exercitando o conceito de simultaneidade, mostrando o que acontecia nos territórios de Mesquita na década de 1960, quando aconteceram as primeiras tentativas de emancipação da cidade (capítulo I). Outro aspecto que chama atenção é a menção direta a uma pessoa (3), que pode ser uma pessoa representativa para o bairro ou para a própria aluna.

Outro elemento a ser destacado diz respeito à igreja frequentada pela aluna. Trata-se da Primeira Igreja Assembleia de Deus em Banco de Areia.



Como exercício, os alunos podem perguntar a seus membros sobre a data de sua fundação, bem como trazer histórias relacionadas a ela. Esse também pode ser um momento em que o professor contextualize uma questão ligada a um aspecto mais “macro” do ensino de história: a cisão na cristandade, representada pela

Reforma Protestante, a partir do século XVI. Pode ser um momento de dar sentido a uma temática muitas vezes tão distante e abstrata para o aluno ao estudá-la no sétimo ano do ensino fundamental, já que muitas vezes os alunos estudam o tema clássico “Reforma Protestante”, mas não conseguem relacioná-lo às suas realidades e vivências cotidianas, entendendo, assim, de que forma ele pode estar materializado em sua própria rua ou bairro, representado através da copresença do catolicismo e do protestantismo.

Por fim, um elemento que chama a atenção diz respeito ao fato de não haver calçada ou asfalto na rua em 2013. As obras em questão, ou foram concluídas na gestão do prefeito Rogelson Sanches Fontoura, o Gelsinho Guerreiro (2013-2016), ou na gestão do atual prefeito Jorge Miranda (2017-). Em muitos casos, o próprio Google Street View já nos traz essa resposta quando utilizamos o recurso “histórico”. Isso permite ao professor “reviver” a memória relacionada às últimas gestões municipais, por exemplo.¹³¹

Narrativa 2:

“Rua Manacá, Banco de Areia – Mesquita

Mudou a casa da minha vizinha, do lado do portão, o muro e a cor da casa.

Na minha casa, mudou a cor do portão, que antes era azul, agora é preto e na calçada não tinha árvore, agora tem.

Na casa da minha outra vizinha não mudou nada (1). Continua a mesma coisa. Só na calçada que mudou. Antes tinha mato e agora não tem mais.

O vizinho da frente mudou a cor do portão. Antes era preto, agora é marrom e também mudou a árvore. Antes tinha só duas, agora tem quatro e um pé de mamão.

A outra vizinha da frente só mudou a calçada. Antes era cheia de mato e entulho e agora não tem mais. (2)

¹³¹ Lista dos prefeitos de Mesquita – RJ até o ano de 2018:

Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	José Montes Paixão	PDT	1º de janeiro de 2001	30 de março de 2004	<i>Prefeito eleito afastado por motivos de saúde</i>
—	Framínio Aristides Gonçalves	PDT	30 de março de 2004	31 de dezembro de 2004	<i>Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito</i>
2	Artur Messias da Silveira	PT	1º de janeiro de 2005	31 de dezembro de 2008	<i>Prefeito eleito</i>
			1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2012	<i>Prefeito reeleito</i>
3	Rogelson Sanches Fontoura, (Gelsinho Guerreiro) ^{[1][2]}	PSC	1º de janeiro de 2013	31 de dezembro de 2016	<i>Prefeito eleito</i>
4	Jorge Miranda ^[3]	PSDB	1º de janeiro de 2017	—	<i>Prefeito eleito</i>

*Mudou também a barraca que tem na minha rua. Antes a frente era de tijolo e agora tem uma janela branca.
Mudou também a casa do lado da barraca.”*

Rua de Mesquita



Nesta narrativa, além dos aspectos presentes também na narrativa 1, relacionados às mudanças de cores de muros e portões (que podem não chamar a atenção à primeira vista), temos um aspecto relacionado à permanência (1). Neste sentido, a aluna notou aquilo que permaneceu durante os anos, e esse “permanecer” pode estar relacionado a diversos elementos, como a manutenção de um elemento de identidade no bairro, um patrimônio histórico mantido, entre outros.

Por fim, com relação à retirada de matos e entulhos, podemos verificar mudanças na paisagem, que podem estar relacionadas a uma simples ação individual, bem como a uma ação do poder público, ou ainda à ação conjunta de moradores. Neste sentido, podemos ainda levantar a hipótese da retirada ter sido a ação de uma associação de moradores do bairro. Se confirmarmos a existência de uma associação, podemos solicitar que o aluno pergunte aos seus vizinhos e responsáveis desde quando ela existe, notando ainda que sua existência pode estar relacionada à ascensão de algum postulante do bairro a algum cargo no Legislativo ou no Executivo (2).

Narrativa 3:

“O portão era preto e mudou o muro. Uma parte era de tijolo vazado diagonal e agora não tem mais e agora é pintado da cor laranja. Na esquina da minha casa mudou também. Antes era um portão azul pequeno e a casa era pequena também e agora a casa é grande e verde, de portão branco e o muro antes era só de cimento e agora pintado de branco e a calçada também mudou. Antes era de cimento e agora com piso.

Na esquina da minha rua não tinha igreja, agora tem.

Rua Cirilo – Juscelino (1)

Na casa da minha tia não mudou nada. Continua a mesma coisa e a calçada com piso e portão marrom.

Rua Adriano Passos (2)

A casa que meu tio morou, mudou de portão, antes era na cor cinza e o muro é de cimento, agora o portão é na cor azul de correr e o muro é verde e branco.

A calçada também mudou. Antes era um pouco com mato e agora não tem mais.”

O que chamou a atenção nesta narrativa foi o que eu posso classificar como “espaços diversos de vivência”. A aluna mora em um bairro chamado Banco de Areia em Mesquita, mas sua tia mora em uma rua chamada Rua Cirilo, localizada no bairro Juscelino (Mesquita) (1). Por frequentar a casa de sua tia, a aluna pôde perceber mudanças e permanências em outros lugares, que não apenas o seu, apesar desses lugares estarem localizados no mesmo município. Perguntei sobre essa rua e ela me respondeu que é a rua que passa pelo conhecido hospital das clínicas. Curiosamente, esse hospital é chamado pelos moradores ainda hoje de Hospital das Clínicas de Nova Iguaçu, mesmo estando localizado em Mesquita. Juscelino é um bairro limítrofe entre as duas cidades. Sobre esse aspecto, há a possibilidade do professor mostrar o processo de emancipação de Mesquita da cidade de Nova Iguaçu (capítulo I).

Também há nesse bairro a estação Presidente Juscelino (antiga estação Vila Nova), localizada hoje na cidade de Mesquita, o que permite que a aula tenda a uma história da Linha de Ferro Pedro II (atual Central do Brasil) e sua relação com a atual cidade de Mesquita (capítulo I).

Por fim, essa narrativa trouxe outro elemento: uma rua citada não está localizada no município de Mesquita. Trata-se da Rua Adriano Passos (2), localizada

no distante bairro Vila Guimarães (Nova Iguaçu), lugar da casa onde o tio da aluna morou e onde ela (a aluna) frequentava. Esse fato pode trazer uma perspectiva de variação de escala e ampliação do conceito de “lugar” (capítulo II), ou seja, um lugar que não está relacionado apenas à rua ou bairro onde o aluno transita diariamente, ou a limites, divisas e fronteiras geográficas, mas a um “lugar vivido”, que pode ser expandido para a Baixada Fluminense, ou ainda qualquer outro lugar onde a “narrativa de vida” do aluno possa trazer. Se o aluno está acostumado a frequentar outras cidades, outros estados, ou até outros países, ele pode utilizar o Google Street View para contar sobre esses outros lugares, levando mais elementos para serem intermediados pelo professor, como fiz com relação à rua do bairro limítrofe de Mesquita ou à rua de um bairro de outra cidade.

Narrativa 4:

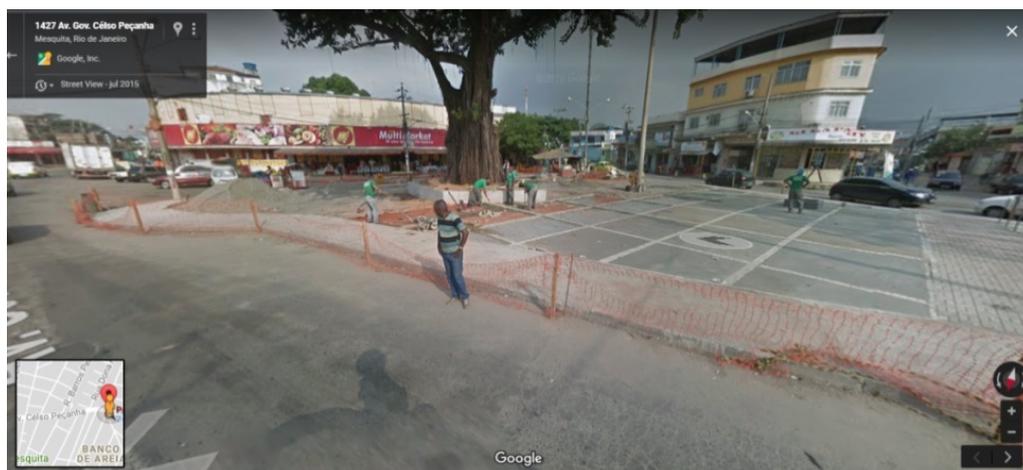
“Muitos anos atrás a minha rua não era asfaltada e as pessoas não ficavam muito na rua quando chovia, a rua ficava cheia de lama e enchia tudo. Hoje em dia é tudo mais tranquilo. As pessoas saem mais para a rua e a rua é asfaltada. (1)

Na Praça Pindorama há muitos anos atrás não tinha esses exercícios para idoso e parque para crianças brincar. Também tinha o Penicão hoje em dia tem brinquedos para as crianças, tem exercícios para os idosos e não existe mais o Penicão. (2)

Antes não tinha muitos espaços e hoje tem mais, porque antes não tinha sinal de trânsito. Hoje em dia tem.

Trocaram os pontos de ônibus e colocaram novos. “Isso que mudou.”

Praça Pindorama – julho de 2015 (Google Street View)



Praça Pindorama hoje: 2018. (foto tirada por um aluno)



O que chama atenção nesta narrativa é justamente sua ênfase em políticas públicas, relacionadas às transformações no cenário urbano. Esse é um discurso que se torna comum em observações do espaço geográfico, sobretudo em lugares que se mostram carentes de infraestrutura. Em muitas cidades da Baixada Fluminense, as intervenções relacionadas à infraestrutura, sobretudo ao manilhamento de esgotos ou à pavimentação de ruas (1), têm um forte impacto nas populações locais, sendo utilizadas pelos candidatos da localidade como formas de plataformas políticas a fim de obterem êxito em períodos eleitorais. Nesta narrativa há um relato relacionado também à questão dos aparelhos para exercícios, que o aluno definiu como sendo para idosos. Esses aparelhos têm sido cada vez mais comuns e, de maneira geral, geram um impacto positivo na população.¹³²

A seguir, algumas dessas intervenções relacionadas às chamadas ATI (Academias da Terceira Idade), construídas na gestão do prefeito Rogelson Sanches Fontoura (2013-2016), e que foram fotografadas por alunos, como parte da 2º (e última) oficina deste trabalho:

¹³² Ver: “Nesta sexta-feira, 9 de outubro (2015), Mesquita recebeu mais uma área de convivência pública totalmente revitalizada. A prefeitura reinaugurou a Praça Pindorama, que fica no Centro de Banco de Areia. A reforma do espaço foi promovida pelas secretarias de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos (Semuosp) e de Meio Ambiente (Semuam)”, em <https://www.noticiasdemesquita.com/2015/10/centro-de-banco-de-areia-reurbanizado.html>

ATI – Praça Elizabeth Paixão (Centro – Mesquita)



ATI – Praça Antônio Gonçalves (Banco de Areia – Mesquita)



ATI – Praça de Cosmorama (Cosmorama – Mesquita)



ATI – Praça da Telemar (Centro – Mesquita)



Neste ponto, o professor pode resgatar intervenções urbanas feitas pelos governos locais.

Um aspecto que chamou a atenção na narrativa 4 foi o termo “muitos anos atrás”. O que seriam “muitos anos” para um aluno do ensino fundamental? Conforme dito, cada um de nós tem uma maneira de perceber o tempo, e a chave para a solução do que seriam esses “muitos” anos está na próxima narrativa, dotada de peculiaridades ao tratar do mesmo lugar que esta.

Por fim, um elemento que merece destaque nesta narrativa é o chamado “Penicão” (2). Em um conversa com alunos, descobri que o tal “Penicão” era um “lugar onde ficava o esgoto” e “tinha mau cheiro”, em outras palavras, era uma CTE (central de tratamento de esgoto) local que existiu na Praça Pindorama, no bairro Banco de Areia. Fazendo uma pesquisa rápida, descobri que essa central foi construída em 2002, na gestão do primeiro prefeito de Mesquita, José Montes

Paixão (2001-2004), sendo demolida no ano de 2012, já no final da segunda gestão do prefeito Artur Messias (2005-2012). O “Penicão” tornou-se, portanto, uma maneira de levar aos alunos aspectos relacionados à história do tempo presente do município, como segue:

quinta-feira, 4 de outubro de 2012

Prefeitura acaba com o 'penicão' de Banco de Areia



A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Cedae, localizada na Praça Pindorama, no bairro Banco de Areia em Mesquita, começou a ser demolida ontem através da Secretaria Municipal de Obras da prefeitura. Apelidada pela comunidade como Penicão, desde 2002 quando foi construída, na gestão do prefeito José Montes Paixão, a ETE não agradou e funcionou por pouco tempo. Segundo o prefeito Artur Messias (PT), a demolição foi iniciada depois de entendimentos com a Cedae. A praça será revitalizada e no lugar do Penicão serão instalados brinquedos e espaço de convivência. “Hoje a Estação de Tratamento de Esgoto não é mais viável para Mesquita, que tem seu esgoto tratado através de elevatórias na Estação do Sarapuí, em Belford Roxo”, disse Artur Messias. Estamos atendendo uma reivindicação antiga da comunidade que ganhará de volta sua praça, agora, completamente reformada”, afirma Artur.¹³³

¹³³ Ver: “Prefeitura acaba com o “penicão” de Banco de Areia”. In:

<http://mesquitainforma.blogspot.com/2012/10/prefeitura-acaba-com-o-penicao-de-banco.html>

Narrativa 5:

*“Há cerca de três anos atrás, na minha rua não tinha nada. Só tinha umas casas e as ruas não eram asfaltadas. (1)
Agora tem uma praça para as crianças brincarem.
Hoje as ruas estão asfaltadas. Mudou muitas coisas aqui na praça do Banco de Areia. Tinha o Penicão, agora não tem mais.
Agora tem exercícios para idosos e tá tudo muito lindo
Fim”*

Esta narrativa completa, de certa forma, a narrativa anterior. A aluna mora na mesma rua do aluno da narrativa 4. As informações sobre os lugares são similares, como a citação dos aparelhos na Praça Pindorama e o Pinicão, mas o que chama a atenção é a questão da percepção do tempo.

O que foi chamado pelo outro aluno de “há muito tempo atrás”, foi traduzido por essa como “há cerca de três anos atrás” (1). Conforme dito anteriormente, para nós adultos, caracterizar tempo de três anos atrás como “há muito tempo” não parece algo tão natural, mas a perspectiva muda de figura quando falamos de um adolescente com treze anos (que era uma criança de 10 anos há três anos atrás). Essa questão da percepção do tempo histórico pode ser estendida a outras durações, fazendo com que percebamos que quando falamos com naturalidade sobre a Era Vargas (1930-1945), nem sempre isso parece tão natural para os alunos. É preciso que estejamos atentos a isso.

Narrativa 6:

“Rua Barros Peixoto - Mesquita, fevereiro de 2014

*O carro do avô da minha colega ainda estava na calçada e hoje em dia não está mais lá. (1)
As casas mudaram.
O escritório de advocacia foi reformado e comprado por uma advogada.
Os desenhos feitos em 2006 durante a Copa (Mundial de Futebol) não existem mais, cobriram com tinta.
O ponto de referência era um posto de saúde, que (infelizmente) não funciona mais. (2)
A construção que estava acontecendo já foi finalizada.
A barraca do C. (3) ainda existia e atualmente não existe mais.
Outra referência é o material de construção na esquina.”*

Esta narrativa apresenta um elemento interessante, que pode ser classificado como memória afetiva sobre o lugar. Conversando com a aluna, soube que o carro percebido na observação da foto do ano 2014 no Google Street View, pertencia ao avô de sua colega (1), falecido nesse mesmo ano. A aluna demonstrou emoção ao lembrar-se dessa pessoa. Essa memória afetiva é uma característica peculiar quando pensamos em história local. Ela está ligada intimamente à questão da identidade estabelecida entre as pessoas e o lugar, funcionando como elemento fomentador do estudo de História a partir dessa redução de escala de observação específica. A memória afetiva (além de ter surgido nesta oficina) pode vir à tona em depoimentos utilizados como fontes em métodos de história oral, já que o lugar é antes de tudo um lugar de vivências e convivências. Esse aspecto peculiar da memória pode estar relacionado a um aspecto mais íntimo da história de vida de uma aluna (conforme visto), como pode estar relacionado a elementos referentes a contextos mais “macro” da escala de observação, como a inauguração de uma igreja, um casamento realizado nela, a fundação de uma associação de moradores, como aquelas que tiveram participações decisivas no processo de emancipação da cidade (cap. I), memórias de funcionários de uma fábrica e relações afetivas estabelecidas nelas etc.

Há também nesta narrativa um aspecto relacionado às políticas públicas (2). Entretanto, se nas outras narrativas tivemos avaliações positivas das intervenções governamentais, nesta podemos notar um tom de crítica com relação ao fechamento do posto de saúde (que descobri ser municipal). Essa crítica feita pela aluna pode servir como elemento propulsor para o professor pensar em trazer questões ligadas à cidadania, questionando em qual ano, sob qual gestão e em quais circunstâncias esse posto foi fechado. Também é válido saber até que ponto houve resistência da sociedade a esse fechamento.

Por fim, há por parte da aluna a citação de um nome: “C” (3). Da mesma forma como aconteceu com o “S” (narrativa 1), o professor pode questionar sobre esse personagem, ou seja, se ele diz respeito a uma memória particular do aluno, ou se ele tem representatividade maior em termos de ações na sociedade ou ligações com o poder político.

Narrativa 7:

“Há cerca de uns nove anos atrás, meu bairro era muito diferente, não tinha asfalto, era tudo barro. Lembro-me dos dias de chuva, quando tínhamos medo até de sair de casa. Para chegarmos na escola limpos colocávamos sacolas plásticas nos pés. Graças a Deus e a um dos candidatos a vereador do município (1), conseguimos que asfaltassem nossas ruas. Hoje temos iluminação e ruas asfaltadas. Na mesma época em que asfaltaram a rua, montaram uma pracinha para as crianças, porém hoje não existe mais, afinal a destruíram. Enfim, tivemos bastantes mudanças, mas ainda precisamos de mais.”

O elemento que logo chama a atenção nesta narrativa diz respeito à forma como as palavras foram escritas. Nós, professores, conhecemos como nossos alunos redigem seus textos. Neste caso específico, a narrativa chama a atenção por conta da escolha das palavras e construção textual, trazendo a suspeita de que o trabalho não foi realizado sozinho. Conforme dito anteriormente, alguns alunos preferiram levar a oficina para ser trabalhada na forma de “trabalho de casa”, como aconteceu com esse aluno, que confirmou a consulta a responsáveis e outras pessoas do bairro. Esse aspecto geralmente faz com que nós, enquanto profissionais, muitas vezes tendamos a invalidar a produção do aluno, dizendo que “não foi ele quem fez”, entretanto esse é um aspecto essencial nesta oficina. O aluno não contou apenas com suas memórias sobre o lugar, mas contou também com o auxílio de memórias coletivas. Neste sentido, para o resgate da memória e da história locais, esse aspecto foi extremamente válido.

Outro aspecto a ser destacado nesta narrativa diz respeito à alusão às ações de um “vereador do bairro” (1). O professor pode aproveitar para perguntar quem é esse vereador. Onde ele atua politicamente? Quais suas realizações? Sabemos que prefeitos não governam cidades sozinhos e que vereadores e deputados têm participações ativas em localidades específicas, entretanto, quase sempre são esquecidos em livros didáticos de história, que costumam dar ênfase às ações do Poder Executivo. Por conta dos escândalos de corrupção, muitas pessoas estão demonizando a política (inclusive nossos alunos), dizendo frases como “político é tudo igual”, “não tem um que preste”, “nada vai mudar”, ou então escolhendo “outsiders” com o discurso de que “não são políticos profissionais”, ou

são até “apolíticos”, quando na verdade terão que participar da política, se eleitos. Na verdade, já estão participando.¹³⁴

Essa negação da política é algo muito perigoso, já que leva a um “não pensar sobre”, ou seja, leva a alienações e possíveis manipulações.

Essa questão está intimamente ligada à cidadania, bem como à função ética do ensino de História, em que o aluno pode compreender que a História não é uma “ciência neutra” e a política deve ser pensada, problematizada, questionada, (elogiada como nessa narrativa, ou criticada, como na narrativa 6).

O historiador francês François Bédarida, em seu artigo “Tempo presente e presença da história”, nos trouxe essa relação necessária entre ética e ofício do historiador:

Chegamos aqui ao terceiro ponto, que diz respeito à opção moral do historiador. Se a História – quanto a isso estamos todos de acordo – não tem vocação para ser um tribunal, nem um pódio de distribuição de prêmios, ainda assim impõe-se desde logo a questão dos valores e a relação entre ciência e ética¹³⁵...

Em outras palavras, se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivas: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: Sua consciência de historiador é sua consciência de homem.¹³⁶

Narrativa 8:

“Na Rua Barros Peixoto, em agosto de 2011, a creche era vermelha (1) e agora em 2018 é verde e branca, e as casas eram mais simples em 2011 e agora em 2018 estão todas decoradas e bonitas. E na Rua São Paulo não tinha a quadra. Era uma praça, todos brincavam na praça, e agora todos, até os adultos jogavam na quadra, e perto da quadra ficava o “trayller” dos pais da minha amiga e minha tia (2) estavam do lado do “trayller” conversando com nossa vizinha, isso tudo em 2015. E em 2015 atrás da casa do meu tio, não tinha rua e agora em 2018 tem uma rua que leva pra rua de trás conhecida como “Vinidão”, Avenida Doutor Carvalhães. Na frente da rua principal tinha umas

¹³⁴ Para um aprofundamento sobre essa questão de “outsiders” na política, ver: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

¹³⁵ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002, pág. 226.

¹³⁶ Idem, pág. 227.

casas construindo e essas casas só saiu em 2017, desde 2015 fazendo essas casas.

Mais a frente na Rua Doutor Carvalhães mesmo tem o hospital da mãe, em 2013 e em 2016 sobrinhos da minha amiga nasceram no hospital da mãe (3) e em 2012 minha prima nasceu no hospital da mãe.”

Nesta última narrativa, há um aspecto muito interessante relacionado especificamente às cores. A aluna relatou que “a creche era vermelha em 2011” (1) e agora ela é “verde e branca” (trata-se da Casa de Acolhimento e Cidadania – CAC, localizada no Bairro Banco de Areia, e que é mantida pela prefeitura de Mesquita).

Em várias narrativas passadas os alunos relataram mudanças nas cores de muros, portões, casas, calçadas, etc. Isso é esperado, já que os moradores, logicamente mudam as cores de suas residências constantemente. Entretanto, o que chamou a atenção foi o fato de uma creche da prefeitura ter mudado de cor. Quando lidamos com aspectos da questão local na escala municipal, podemos dizer que uma simples mudança de cor nem sempre é neutra. No caso de Mesquita, não foi.

Municípios e aqueles que se dedicam à história do tempo presente dos municípios percebem que a cada mudança de prefeito, as cores da cidade muitas vezes mudam. Não é por acaso. Essa questão das cores está ligada intrinsecamente à política local, estando relacionadas a poder e identidade. No caso de Mesquita, o vermelho era a cor utilizada pelo então prefeito Artur Messias (2005-2012), também sendo a cor predominante de seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores).¹³⁷ Já o verde e o branco estão na bandeira do partido de Rogelson Sanches Fontoura, o Gelsinho Guerreiro (2013-2016), o PSC (Partido Social Cristão).¹³⁸

Mais do que mostrar a cor dos partidos políticos, é o momento de levar em conta novamente questões relacionadas à história do tempo presente do município, entendendo que as trocas de cores dizem respeito a questões políticas e não estão relacionadas apenas à questão de “pintar” a cidade com cores de seu partido político, mas estão ligadas intimamente ao “apagamento” da memória da gestão

137



138



anterior, a fim de reforçar de forma imagética um grupo político em detrimento de outro.¹³⁹

Hoje, o atual prefeito de Mesquita Jorge Miranda (PSDB) está mudando as cores da cidade de acordo com seu brasão.



Brasão da cidade de Mesquita¹⁴⁰

Podemos ver isso na foto tirada por um aluno para a 2ª oficina desta dissertação, mostrando o viaduto da Via Light na altura Avenida Celso Peçanha em Banco de Areia. O azul também faz parte da bandeira do PSDB:



Via Light – Mesquita (2018)

¹³⁹ Como professor, também pude notar que essas mudanças de cores também podem ser notadas em uniformes escolares e carros oficiais do governo.

¹⁴⁰ <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/>

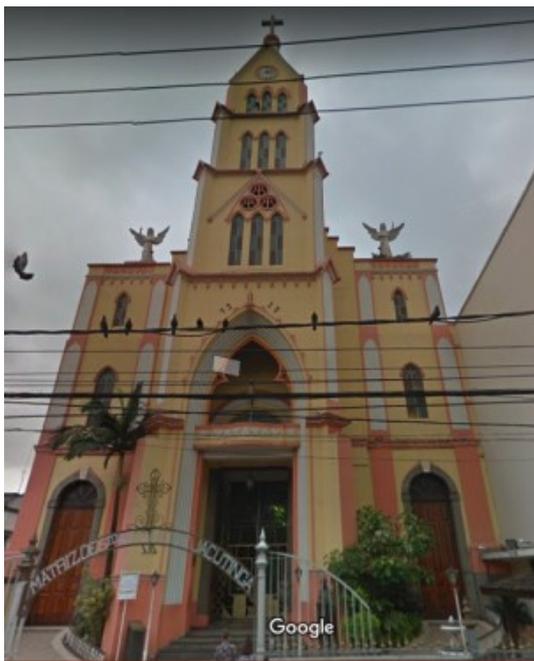
Agora temos um flagrante de transição captado pelas lentes de um dos alunos. Cores do governo anterior em processo de mudança para as cores do atual governo:



CRAS - Prédio da "Dinâmica" - Avenida Coelho da Rocha - Mesquita

Entretanto, essa troca de cores nem sempre é aceita de forma espontânea pela população. Quando o então prefeito da cidade de Nova Iguaçu Lindberg Farias (2005-2010) decidiu pintar a catedral central da cidade - Catedral de Santo Antônio de Jacutinga - com a cor laranja (cor adotada por seu governo, não por causa das cores de seu partido político (PT), exatamente, mas para fazer uma alusão à história local dos laranjais), recebeu uma série de críticas da população local, principalmente de católicos, declarando que a catedral estava sendo descaracterizada e que a questão política não deveria interferir no aspecto religioso.¹⁴¹ Apesar das críticas, apenas no governo de Nelson Roberto Bornier de Oliveira, do PMDB, a catedral voltou às suas cores originais.

¹⁴¹ Ver: "Catedral de Nova Iguaçu é pintada com as mesmas cores da logomarca da prefeitura", em: Jornal Extra Online, 15/10/2008 (<https://extra.globo.com/noticias/rio/catedral-de-nova-iguacu-pintada-com-as-mesmas-cores-da-logomarca-da-prefeitura-593026.html>).



Catedral de Santo Antônio de Jacutinga – Nova Iguaçu - 2011 (Google Street View):

Por fim, um caso interessante ocorre com a cidade de Nilópolis, vizinha de Mesquita, que mantêm sempre as suas cores azul e branco em prédios, uniformes escolares e espaços públicos, não apenas por serem as cores de sua bandeira, mas porque há a forte identificação da comunidade local com a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis. As administrações municipais da cidade procuraram não modificar essa tradição.

Outro aspecto a ser destacado na narrativa diz respeito a um elemento que é suscitado por este tipo de oficina e que também diz respeito à memória afetiva. A aluna ficou com a voz embargada ao perceber que na foto publicada pelo Google Street View em 2014 estava a sua tia, já falecida, um caso parecido com carro do avô da amiga da aluna na oficina 6.

A memória afetiva pode fazer com que os alunos “revivam” histórias sobre o local que as pessoas (como sua tia) contavam.

Por fim, há a relação familiar direta da aluna com o Hospital da Mãe de Mesquita (3), também relacionado a questões afetivas.



Hospital da Mãe (2012)¹⁴²

O professor pode pesquisar algumas informações sobre o lugar, por exemplo, como a data de fundação do hospital e suas funções, bem como as questões relacionadas às esferas governamentais envolvidas na construção, durante o governo Sérgio Cabral no estado do Rio de Janeiro, remetendo a questões políticas da história do tempo presente (em uma abordagem mais “macro”) nos governos Dilma Roussef, Sérgio Cabral e Artur Messias, aliados políticos no Rio de Janeiro.

Com relação ao Hospital da Mãe, em uma pesquisa rápida no site na Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, algumas informações sobre o lugar puderam ser encontradas:

Hospital Estadual da Mãe de Mesquita - principal referência no atendimento de gestantes do SUS com perfil de baixa e média complexidades na Baixada Fluminense.

Inaugurado em junho de 2012, o Hospital Estadual da Mãe de Mesquita é hoje a principal referência no atendimento de gestantes do SUS com perfil de baixa e média complexidades na Baixada Fluminense. Com uma média de 700 partos realizados por mês e uma das menores taxas de cesarianas da rede pública estadual (25%), a unidade funciona com ambulatório de atendimento pré-natal e maternidade. com 100 leitos de alojamento conjunto, 15 leitos de UI Neonatal e 10 leitos de UTI neonatal, 12 salas de Pré-Parto, Parto e Pós-

¹⁴² 13/06/12 - Mesquita inaugura Hospital Estadual da Mãe nesta quinta-feira (Extra Online) em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/mesquita-inaugura-hospital-estadual-da-mae-nesta-quinta-feira-5192363.html>

Parto (PPP), além de leitos de recuperação pós-anestesia, assistência a recém-nascidos e centro cirúrgico.¹⁴³

Conclusão

Reconheço que esta oficina nem sempre pode ser executada com facilidade em todas as escolas do país, justamente por conta de questões relacionadas à falta de recursos materiais, como a ausência de um laboratório de informática com conexão adequada à Internet. Entretanto, ao ter a ideia de inicia-la, a partir do compartilhamento de minha rede móvel de celular para meu computador pessoal, pude começar a ter a dimensão de seu alcance.

Os diversos aparelhos eletrônicos, como sabemos, causam verdadeiro fascínio em nossos alunos. Essa aproximação “natural” deles com as novas tecnologias funcionou como um elemento impulsionador para o desenvolvimento dessas atividades, apesar de eu não saber até que ponto ela traria as respostas que eu precisava.

Alguns alunos já conheciam a ferramenta da Google utilizada, outros não. Entretanto, o fascínio demonstrado por eles na execução da oficina foi igual para conhecedores e não conhecedores da ferramenta. Eles queriam mostrar aos seus colegas onde moravam, diziam que suas casas eram bonitas, mostravam onde moravam as pessoas com as quais eles tinham relações em comum e começaram a demonstrar um aspecto que eu esperava: o estranhamento. A cada foto do lugar e a cada “viagem” na linha do tempo, algo possível graças ao recurso “histórico” da ferramenta, os alunos passaram a notar as mudanças na paisagem e começaram a ficar curiosos com relação a isso. Alguns até disseram que não notaram diferenças em suas ruas, o que já é um exercício de observação das permanências. O espanto surgia a cada observação mais atenta, permeado muitas vezes pelas questões relacionadas às memórias afetivas, discutidas nesta parte deste terceiro capítulo.

Confesso que não sabia exatamente o que esperar quando comecei a atividade. Não conheço as nuances mais específicas de seus “lugares” com o olhar que eles apresentaram, portanto não tinha uma ideia precisa do que poderia surgir enquanto narrativa. Tive receio de que elas pudessem ser rasas, com informações

¹⁴³ Ver: <https://www.saude.rj.gov.br/humanizacao/maternidades/2017/05/hospital-estadual-da-mae-de-mesquita>

triviais, como “o muro do meu vizinho foi pintado de branco”, por exemplo, e que essa informação não permitisse que eu elaborasse correlações com o ensino da disciplina, mas felizmente esse receio foi contrariado. A surpresa que tive com cada leitura de narrativa começou a me animar.

Conforme dito, uma mudança de cor de uma construção, uma observação sobre o estado de uma creche, sobre as obras em uma praça, enfim, todos esses relatos que traduziram as observações individuais e coletivas do lugar permitiram a preparação de aulas posteriores que fizeram sentido para eles, já que a questão local pôde ser associada justamente ao currículo como narrativa de vida, de suas vidas, permitindo uma nova orientação na perspectiva do ensino de História, onde os elementos não estão prontos, dados, fixos nas letras frias de um livro didático, por mais dinâmico que ele seja, mas foi a oportunidade de construir significados e narrativas, lidando diretamente com a questão identitária, buscada neste trabalho. Neste sentido, posso dizer que a questão do pertencimento esteve o tempo todo presente, já que, a partir de suas vivências, os contextos mais “macro” da disciplina puderam ser acionados. Não correram o risco de parecerem artificiais, prontos e sem sentido, portanto.

Outro aspecto positivo foi ter recomendado a oficina como “dever de casa”, já que os alunos nitidamente puderam ter contato como outros olhares sobre seu lugar, trazendo a importância da memória coletiva na construção de memórias individuais e, posteriormente na produção da História.

Por fim, devo dizer que esta oficina obteve melhor resposta com os alunos do 9º e 8º anos do ensino fundamental, uma vez que ela exige uma capacidade de observação e abstração nem sempre tão presentes em alunos do 6º e do 7º anos. Para esses anos, a próxima oficina mostrou-se bastante positiva por lidar com elementos mais lúdicos.

3.2 – Mesquita em documentos

Introdução

Este produto tem o objetivo de promover o ensino de história local a partir da operacionalização e manuseio de fontes em sala de aula. Essas fontes podem ser citações de obras acadêmicas, jornais, revistas, encartes, trechos de Diário Oficiais, fotos produzidas por alunos, documentos em estado de arquivo familiar, mapas entre outras. Elas deverão ser associadas de forma lúdica a imagens em forma de fotografias (atuais ou antigas), bem como a imagens representativas do local, como mapas, brasões municipais, etc.

As fontes deverão ser acessadas a partir de aplicações dos conceitos de “arquivos simulados”, “pseudo-arquivo” e da ideia de “arquivar a própria vida” (capítulo II). Acredito que esses conceitos, quando colocados em prática, podem auxiliar o docente da educação básica no ensino de história local.

O arquivo composto com propósito didático é um modelo do arquivo real. O modelo é uma representação de um objeto, de uma situação arquitetada para fins especiais. A representação pode ter muitas formas, em função da finalidade à qual é destinada. Um modelo representa um original e dá a possibilidade de fazer uma idéia do original. Um modelo não deve necessariamente assemelhar-se àquilo que representa. O modelo tem uma característica que é a equivalência dos elementos do modelo com os elementos do objeto representado. É possível ter uma equivalência no modelo para cada elemento relevante do sistema e, neste caso, o modelo é uma réplica real.¹⁴⁴

Posso dizer que este é um produto múltiplo, composto fisicamente por duas oficinas principais: a primeira oficina tem um aspecto lúdico, assumindo a forma de um jogo da memória; a segunda tem um aspecto “pseudo-arquivístico”, contando com dois fichários onde serão organizados diversos documentos textuais e imagens encontrados na pesquisa.

¹⁴⁴ MATOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. História Revista, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009, pp. 326-327.

A partir da confecção dessas duas oficinas, surgirá o que chamarei aqui de “oficinas inter-relacionadas”, que são:

I – o jogo da memória, podendo ser convencional ou não convencional;

II – a atividade de associação (imagética e textual) entre o jogo da memória e o arquivo simulado;

III – a atividade com o arquivo simulado em si, a partir de perguntas norteadoras feitas pelo docente aos seus alunos.

A ideia é que as peças do jogo da memória e os documentos dos arquivos simulados sejam “casados”, sendo recomendável que isso aconteça após rodadas do jogo, para que os alunos estejam familiarizados com suas cartas.

Para iniciar as atividades, o professor deve formar pelo menos duas equipes de alunos, representadas por números, como: “equipe 1 x equipe 2”, ou representadas por cores relativas às caixas de arquivos simulados, que deverão ser manuseadas, como: “equipe verde x equipe vermelha”, por exemplo.

A ideia inicial para a execução dessas “oficinas complementares” foi trazida pelo projeto Caixa de História da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) que, entre outros aspectos, procurou levar à sala de aula da educação básica uma série de atividades pedagógicas, sempre pensando no contato direto dos alunos com as fontes disponibilizadas pelos pesquisadores do projeto nos diferentes municípios fluminenses contemplados pela iniciativa dos professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo.

Entretanto, devo dizer que esta oficina não é uma reprodução exata do modelo das caixas de História adaptadas ao caso específico da cidade de Mesquita – RJ.

Esta oficina diferencia-se de seu projeto inspirador porque a principal ideia aqui não é estritamente a de produzir um material específico e pronto, com atividades previamente confeccionadas que seriam aplicadas pelo professor na sala de aula, servindo como instrumento para o ensino de História na educação básica, mas a de trilhar também, de certa forma, o caminho seguido pela primeira oficina deste presente trabalho, com o uso do Google Street View. A ideia principal da primeira oficina foi a de fazer uso de uma ferramenta tecnológica que possibilitasse o ensino de história local a partir de diversas variações de escala possíveis. Os locais acessados por meus alunos na cidade de Mesquita (e fora dela) serviram como

forma de materialização de um projeto de ensino de história de lugares específicos ligados, logicamente, às temáticas deste trabalho.

Como meu foco está relacionado ao ensino da história da Baixada Fluminense, com ênfase no caso particular de Mesquita, logicamente os materiais aqui apresentados e operacionalizados pelos alunos terão essa temática específica. Nisso, este trabalho se aproxima do projeto Caixa de História, ao também deixar um material pronto que poderá ser utilizado pelos professores que atuam na cidade, sejam eles das redes públicas do município ou do estado, ou ainda das escolas privadas locais. Entretanto, nesta segunda oficina (assim como na primeira), a ideia é a de que as atividades também possam ser produzidas e executadas por professores e alunos de diversas outras localidades, já que também procurarei indicar aqui meios para a produção de atividades voltadas para o ensino de história local. A ideia é a de que professores e alunos de outros lugares também possam produzir seus próprios materiais de ensino de história específicos.

Um breve olhar sobre uma “caixa” do Projeto Caixa de História: o caso específico do município de Pirai

Citando o projeto Caixa de História, seus pesquisadores produziram materiais específicos em livros que tinham sua formatação geralmente dividida em três partes essenciais: a primeira parte, geralmente composta por um texto introdutório que oferece amparo teórico-metodológico aos professores que aplicariam os materiais produzidos em sala de aula. Na segunda parte, há o amparo historiográfico sobre o lugar específico, através de uma narrativa feita a partir das pesquisas produzidas pela equipe de pesquisadores. Na terceira (e última) parte estão as oficinas, que colocam alunos e professores da educação básica em contato com a pesquisa dos historiadores.

Cito aqui o exemplo da oficina 5 da Caixa de História de Pirai, cidade do Sul Fluminense, produzida pelos pesquisadores Marcelo de Souza Magalhães, Helenice Aparecida Bastos Rocha, Luís Reznik, Marcia de Almeida Gonçalves e Rui Aniceto Nascimento Fernandes em 2014. Essa oficina tem o nome “Os usos do Rio Pirai” e procura discutir, através do uso de fontes históricas e exercícios pré-elaborados, os diferentes usos que os habitantes da região fizeram (e ainda fazem) das águas do rio Pirai em diversos tempos históricos. De acordo com os pesquisadores:

A oficina tem como objetivo identificar diferentes formas de apropriação do rio e seu entorno, feitas por homens e mulheres ao longo do tempo. Entende-se que, para os habitantes de Pirai, o rio configura-se como um “lugar de memória”, patrimônio natural da localidade.¹⁴⁵

O documento reproduzido a seguir (de número 05) é uma propaganda comemorativa do centenário da Light (empresa geradora de energia elétrica) no ano de 2005, tendo o título “Getúlio ainda não tinha saído da vida, mas já tinha entrado para a história da Light há muito tempo.”, tratando da visita do então presidente Getúlio Vargas à represa da empresa, localizada do município fluminense, no dia 5 de dezembro de 1936.

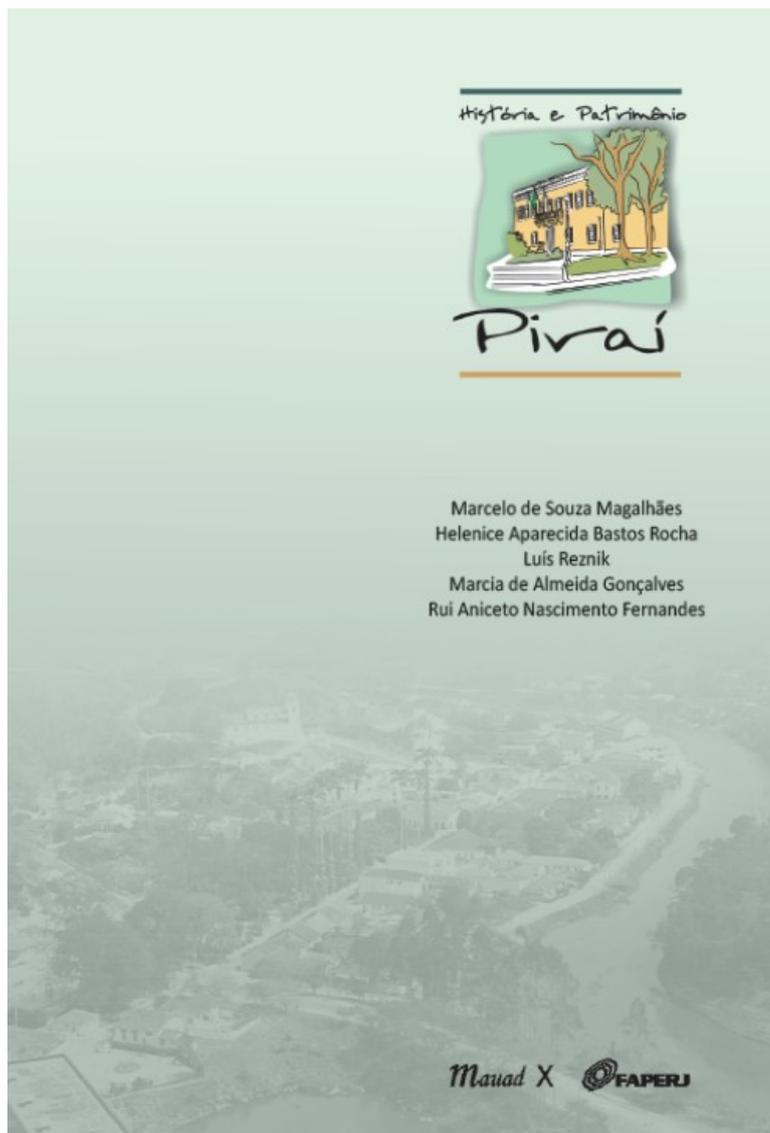
Nessa oficina, os alunos são instados a preencher uma tabela pré-montada onde estariam elencados os diversos tipos de uso desse recurso fluvial a partir da análise de fontes específicas, como a propaganda mencionada. Neste caso específico, por exemplo, o aluno deve relacionar o uso das águas para a obtenção de energia elétrica para a região através da represa, ao mesmo tempo em que conhecem a história da empresa na região e a história local.

As oficinas do projeto Caixa de história seguem essa lógica demonstrada, onde há a apresentação prévia de um rico acervo documental que deve ser acionado a partir de atividades direcionadas e direcionadoras. O intuito da oficina é justamente o de facilitar o ensino da história local para professores que nem sempre têm contato mais próximo com historiografias e fontes referentes aos locais onde eles trabalham.¹⁴⁶

¹⁴⁵ História e patrimônio : Pirai / Marcelo de Souza Magalhães ... [et al.]. - 1. ed. – Rio de Janeiro : Mauad X: Faperj, 2014. 156 p. : il. ; 23 cm. (Caixa da história ; 2), p. 107.

¹⁴⁶ Sobre as relações entre professores e as histórias locais de seus lugares de trabalho, ver o capítulo II desta dissertação.

Caixa de História – Pirai:



¹⁴⁷ | História e patrimônio : Pirai / Marcelo de Souza Magalhães ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X: Faperj, 2014. 156 p. : il. ; 23 cm. (Caixa da história ; 2), p. 3.

GETÚLIO AINDA NÃO TINHA SAÍDO DA VIDA, MAS JÁ TINHA ENTRADO PARA A HISTÓRIA DA LIGHT HÁ MUITO TEMPO.

A importância da Light na vida da então Capital Federal pode ser comprovada pelas visitas feitas pelo presidente Getúlio Vargas, em 1936 e 1932, ao Complexo de Lajes. A primeira visita foi realizada em 3 de dezembro de 1936 para inaugurar as obras de adução do Riacho da Lajes, para solucionar um problema crítico que atormentava a vida dos cariocas: a falta d'água.

O presidente estava acompanhado, entre outros, pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capacina; pelo Chefe da Casa Militar, o General José Pires; pelo senador Francisco Pires da Cunha e pelos deputados Demétrio Xavier e Negrão de Lima. Na cerimônia de inauguração, o Presidente Getúlio Vargas afirmou que "o Governo nunca fez furos à Light e só lhe impôs dons e sacrifícios. Devo fazer esta justiça e aproveitar a circunstância para dar o meu testemunho de que esta Companhia sempre obedeceu às leis brasileiras e jamais aproveitou-se do Governo para pluriar favores ilícitos". Como presidente de um país pobre de capital e rico de possibilidades, Getúlio apoiou mais esta iniciativa da Light, que ardeia para cooperar com as autoridades públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, servir à cidade do Rio de Janeiro. Era o mais um capítulo de uma história que está completando 100 anos e que a Light quer desde então viver.

Para saber mais informações sobre a história da Light, visite [www.light.com.br](http://light.com.br)

LIGHT. 100 ANOS CHEIOS DE ENERGIA.

OFICINA 5 - DOCUMENTO 05
Propaganda comemorativa do centenário da Light, 2005.

148

A oficina “Mesquita em documentos”

Os materiais

Devo dizer que, da mesma forma que os materiais produzidos pelo projeto Caixa de História, esta oficina (assim como a primeira) tem o objetivo de ser um elemento facilitador para o ensino de história local, seja com o caso específico da história da cidade de Mesquita e seu entorno, ou com relação à possibilidade desta metodologia ser expandida para outros lugares.

Destaco que o projeto Caixa de História contou com o incentivo institucional de empresas, como a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e o incentivo financeiro da Petrobras, possibilitando a produção de um material com grande qualidade, tanto com relação ao seu conteúdo, quanto ao

¹⁴⁸ Idem, p. 112

aspecto relacionado à sua apresentação física a partir de trabalho gráfico profissional, além de contar, logicamente, com uma gama de pesquisadores altamente qualificados da Universidade do Estado do rio de Janeiro (UERJ).

Os materiais produzidos pelas equipes de pesquisadores foram distribuídos em escolas, contando com um caderno principal e fichas de atividades impressos, além de uma mídia de CD-ROM com cópias de todas as fichas de atividades e do próprio caderno principal em formato pdf, tudo devidamente acondicionado em caixas de material resistente. A ideia da mídia para computador era a de que, não havendo materiais físicos suficientes para todos os professores da disciplina História nas redes onde a “caixa” deveria ser distribuída, essa mídia servisse como matriz para a impressão de cópias a serem utilizadas pelos professores com os alunos.

Como o objetivo aqui não é propriamente o de produzir um material gráfico para distribuição em escolas, o que acarretaria em custos financeiros e decisões administrativas da secretaria de educação do município, a ideia é a de que o professor possa produzir seu próprio material com a ajuda de seus alunos. No final deste trabalho, os documentos relacionados ao caso particular da cidade de Mesquita estarão disponibilizados na íntegra para impressão, funcionando como matrizes de atividades para aqueles professores que tiverem a vontade de colocar as ideias sugeridas aqui em prática.

Atentando a essa possibilidade de expansão da metodologia aplicada, listarei agora os materiais básicos para confeccionar a oficina. Logicamente, os materiais prontos para o caso especial do município de Mesquita constarão neste trabalho. Todos esses materiais relacionados podem ser encontrados facilmente em papelarias a um custo acessível. Lembrando que, uma vez pronta, essa atividade pode ser usada em outros anos, com outras turmas, permitindo ainda que novos materiais e fontes sejam incluídos posteriormente, de acordo com o interesse do professor.

Materiais para o jogo da memória:

- uma caixa de baralho simples com 54 cartas, como as de baixo:



*O uso das cartas de baralho é necessário para a padronização do jogo da memória. Também podem ser utilizadas peças duras de jogos da memória tradicionais, ou de outros jogos. Utilizei as cartas por causa sua facilidade de obtenção, bem como por conta de seu tamanho, permitindo a colagem de fotos em formato visível.

- 10 folhas de papel fotográfico



*papel A4 comum também pode ser utilizado, mas o papel fotográfico oferece melhor qualidade de impressão de fotos, além de ser muito mais durável que o papel comum.

- cola para isopor (mais adequada para a superfície lisa das cartas)
- uma tesoura

Materiais para o arquivo simulado:

- 2 caixas simples de arquivo morto (de papel ou de plástico). O Ideal é que as caixas tenham cores e/ou números diferentes (como 1 e 2) para identificar cada um dos dois grupos, como as de baixo:



*recomendo as caixas de plástico por serem mais duráveis, já que serão manipuladas pelos alunos.

- 12 pastas suspensas simples, como a de baixo (6 para cada caixa):



*As pastas deverão ficar suspensas dentro das caixas de arquivo morto, através de suas hastes.

**Os dois itens anteriores podem ser substituídos por estes tipos de pastas de plástico simples, já com separadores.



- 100 folhas de papel A4 simples
- uma caixa com cliques para papel pequenos

3.2.1 - OFICINA 02 - “O JOGO DA MEMÓRIA”:

149



150

Este é um jogo da memória com regras próprias que utiliza imagens de diversas fontes, classificadas aqui como iconografias. As cartas do jogo foram produzidas durante o ano, de acordo com as iconografias encontradas em minha pesquisa para a dissertação, bem como a partir de um trabalho envolvendo a participação dos meus alunos da rede municipal, projeto que eu chamei de “alunos fotógrafos”. Posso dizer que esse trabalho auxiliado pelos “alunos fotógrafos” iniciou a oficina.

A partir de conversas com meus alunos da Escola Municipal Vereador Américo dos Santos em Mesquita, pedi que eles fizessem registros fotográficos do município com seus celulares ou trouxessem fotografias suas, de seus familiares ou amigos, mobilizando o conceito de “documentos em estado de arquivo familiar” (capítulo II).

Com relação à primeira parte da oficina, os alunos foram orientados a fotografar lugares com os quais tivessem acesso naturalmente na cidade. Alguns lugares foram listados por mim (como sugestões) para que eles pudessem se

¹⁴⁹ - Praça Secretária Elizabeth Paixão - Mesquita (centro), set / 2018 – fotografia produzida por aluno.

¹⁵⁰ - Praça Manoel Duarte (atual Praça Secretária Elizabeth Paixão) - Mesquita (centro), década de 1950. In: SILVA, Maria Fátima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 1.

orientar. Essa lista teve o intuito de direcionar a oficina a fim de que os alunos pudessem “enxergar” os lugares a partir de outras perspectivas. Quantos de nós não passamos por diversos lugares de nossa cidade sem percebermos que esses lugares contam muito sobre a história local? Todas as cidades têm lugares “emblemáticos” em termos de história e memória para uns, mas que passam despercebidos para outros. A ideia inicial é que, a partir de minha intervenção prévia com uma breve narrativa sobre os lugares indicados, os alunos fossem fotografando a cidade.

É interessante notar que os alunos também estiveram livres para fotografar outros lugares que eles julgassem importantes, ou que algum amigo ou familiar julgasse. Isso foi muito interessante porque permitiu que eu tivesse outros “olhares”, a partir de suas lentes, que não estavam previamente na pesquisa.¹⁵¹

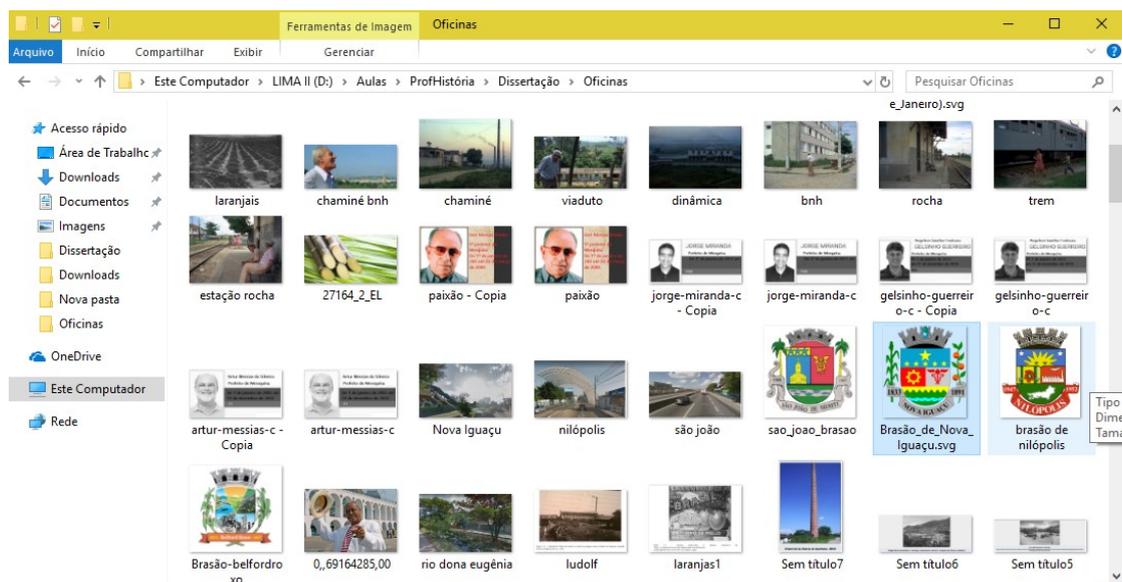
As fotografias tiradas pelos alunos foram sendo armazenadas em meu computador a partir da transferência de arquivos via Bluetooth (tecnologia que muitos alunos dominam desde a mais tenra idade). Essas imagens foram coletadas durante o ano e formaram o material para o jogo da memória, impressas em tamanhos padronizados. Nas imagens há duas cartas do mesmo lugar em tempos históricos diferentes. A carta da esquerda é a reprodução de uma foto tirada por um aluno com seu celular. A carta da direita é esse mesmo lugar registrado na década de 1950 e faz parte da obra de Maria Fátima de Souza. Posteriormente mostrarei como essas cartas devem ser relacionadas no jogo.

¹⁵¹ *É muito importante fazer aqui um alerta: o professor em hipótese alguma deve solicitar que o aluno circule por áreas desconhecidas da cidade para obter os registros fotográficos. Mesmo em uma cidade com uma pequena extensão territorial, como Mesquita, alunos não conhecem e não frequentam muitos bairros diferentes dos seus. Muitos não têm sequer idade para transitar por lugares estranhos. Mesmo aqueles que já atingiram a maioridade devem ser orientados a não fazer isso, por razões de segurança. Isso não vale apenas para a cidade de Mesquita, mas para qualquer cidade onde atividades similares forem realizadas. Portanto, os alunos devem fotografar lugares com os quais eles já tenham contato “natural”, ou seja, lugares que fazem parte de seu cotidiano. Essas fotos também podem ser obtidas por seus amigos ou responsáveis, seguindo os mesmos preceitos. Isso deve ficar bem claro antes do início da oficina.

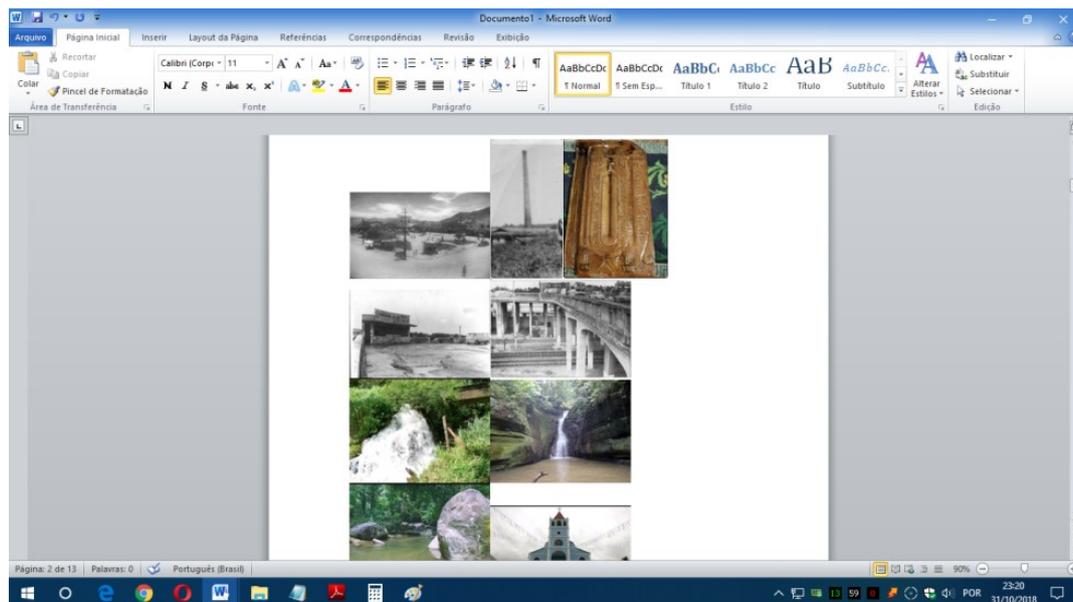
Confecção das cartas

Todas as imagens para as cartas da oficina sobre Mesquita serão disponibilizadas no final deste trabalho em tamanho padrão (assim como os documentos para o arquivo simulado). Entretanto, se o docente quiser produzir novas cartas sobre o mesmo lugar ou sobre lugares diferentes, poderá consultar este breve passo a passo.

1 - Todas as imagens da oficina foram colocadas em uma pasta simples (diretório) no computador, como segue:



2 - Essas imagens devem ser selecionadas todas de uma vez (comando: Ctrl + A), depois devem ser “copiadas” (comando: Ctrl + C) e “coladas” (comando: Ctrl + V) em uma folha em branco do popular Microsoft Word ou em outro programa equivalente. Basta abrir o programa e “colar” as imagens diretamente na página:



3 - As imagens devem ser ajustadas manualmente para ficarem do mesmo tamanho, a fim de caberem (sem rebarba) em uma carta de baralho.¹⁵²

4 - As imagens no Word devem ser impressas em folhas de papel fotográfico, depois devem ser recortadas, de modo que caibam em cartas de baralho para serem coladas na parte onde estão os naipes das cartas:

¹⁵² Para facilitar a padronização das imagens, tornando-as do mesmo tamanho, recomendo o uso do programa Microsoft Office Picture Manager, já instalado na suíte de aplicativos Microsoft Office ou programa equivalente, como os de softwares livres, por exemplo.



As regras dos jogos

- Jogo da memória convencional

Primeiramente, é necessário dizer que após a aplicação desta presente oficina com os alunos, pude perceber que as regras completas para o jogo são mais adequadas para os alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental, bem como para os do ensino médio. Isso acontece porque proponho um jogo da memória não convencional.

Já para alunos do 6º e do 7º anos, o modelo de jogo da memória tradicional (utilizando as cartas obtidas para a oficina) é mais adequado, ou seja, o jogo precisa ter cartas idênticas a serem casadas. Após as cartas serem casadas, podemos perguntar ao aluno se ele conhece aquele lugar retratado na imagem. Se ele não conhecer, o professor pode falar um pouco sobre a imagem, contextualizando-a.

As regras “não convencionais” serão apresentadas após a breve apresentação e uso das características de um jogo de memória convencional, que acredito ser largamente conhecido.

Jogando o jogo da memória convencional

O jogador de uma equipe vira uma das cartas dispostas na mesa. Em seguida, vira outra para tentar formar um par de cartas idênticas. Após virar a carta certa, ele as guarda para si, marcando um ponto para a equipe. Quando a equipe marca um ponto tem o direito de jogar novamente. Ao errar, o jogador da equipe devolve as peças aos lugares originais e a vez passa para a outra equipe, que irá fazer sua movimentação de peças, de mesmo modo. Vence a equipe que conseguir “casar” mais cartas.

Abaixo há o exemplo de duas cartas idênticas a serem utilizadas no jogo da memória convencional. Trata-se de uma fotografia tirada por uma aluna no projeto “aluno fotógrafo” em maio de 2018.



O lugar retratado é o principal viaduto da cidade de Mesquita, conhecido como Viaduto Cantor e Compositor Dicro, localizado no centro da cidade. Acredito que praticamente todos os moradores devam conhecê-lo. O professor pode explicar o porquê do nome do viaduto, sendo este uma homenagem ao famoso sambista Carlos Roberto de Oliveira, mais conhecido como Dicro, nascido em Mesquita no ano de 1946. Como o auge de sua fama aconteceu nos anos 1980, talvez muitos alunos nunca tenham ouvido falar do citado sambista.

Entretanto, se as cartas casadas forem como as de baixo, talvez os alunos não consigam reconhecer o lugar imediatamente.



153

As duas cartas com fotografias em preto e branco contêm fotos que foram tiradas exatamente no mesmo lugar das duas cartas coloridas mais acima: o Viaduto Cantor e Compositor Dicró, entretanto em outro tempo histórico (década de 1970).

- Jogo da memória “não convencional”

Se o jogo da memória convencional opera com cartas idênticas, no jogo da memória não convencional elas deverão ser casadas a partir de correlações específicas em um exercício de observação. Essas correlações não são óbvias e só serão possíveis após o professor ministrar uma aula expositiva prévia sobre as temáticas históricas contidas nas cartas, bem como as informações sobre as regras do jogo.

Retorno agora às duas primeiras cartas apresentadas nesta oficina, que retratam a Praça Secretária Elizabeth Paixão, e que devem ser “casadas” no jogo da memória não convencional:



¹⁵³ Ponto Comercial no Viaduto de Mesquita. Pequeno varejo sobre o viaduto. Arquivo do Professor Ney Alberto Gonçalves de Barros. Disponível em CEMOBA (Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense): http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=24&pid=103#top_display_media

Como podemos perceber, as cartas contêm as seguintes informações (siglas) em suas bordas: LH -> LO e LO -> LH. Essas siglas fazem parte da regra do jogo da memória proposto aqui.

O intuito de demonstrar a correspondência entre duas cartas que, apesar de não serem idênticas, tornam-se correspondentes no jogo, tem a ver com a questão da observação de um mesmo lugar a partir de registros em tempos históricos diferentes. Fazer a correspondência dessas cartas nem sempre é fácil, exigindo uma capacidade de abstração que é encontrada mais facilmente em alunos dos dois últimos anos do ensino fundamental e de todos os anos do ensino médio, conforme dito anteriormente.

Segue a relação de todas as siglas utilizadas nas cartas, com suas respectivas ilustrações:

- LH (lugar hoje), indicando que se trata de um registro atual;



154

- LO (lugar ontem), indicando que se trata de um registro de outro tempo histórico;

¹⁵⁴ Estação de trens de carga de Rocha Sobrinho (Mesquita), inaugurada em 1929, hoje administrada pela empresa privada MRS Logística S.A, sediada em Juiz de Fora - MG. A linha chegou a fazer transporte de passageiros até antes da década de 1970. Registro fotográfico produzido por um aluno em maio de 2018. Ver: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/rocha.htm. *Fotografia produzida por aluno na oficina “aluno fotógrafo” em maio de 2018.



155

- CD (cidade), indicando que a carta diz respeito a uma cidade específica;¹⁵⁶



157

- LM (limite), indicando o lugar exato do limite municipal de Mesquita com outro município;

¹⁵⁵ A mesma estação de trens de carga de Rocha Sobrinho (Mesquita). Agora mostrada em uma cena do filme *Crueldade Mortal*, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

¹⁵⁶ Nesta oficina utilizei cartas de cidades da Baixada Fluminense que fazem limite com Mesquita, que são: São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo. Essas cidades foram representadas por seus brasões.

¹⁵⁷ Brasão da cidade de Nova Iguaçu. Ver: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/novaiguacu-simbolos/>



158

- PD (produto), indicando o produto de uma atividade econômica específica da região, como segue:



159

- P (pessoa), indicando uma pessoa (ou pessoas) relacionada ao lugar em diversos tempos históricos:

¹⁵⁸ Limite entre municípios (Mesquita e São João de Meriti) na rodovia Presidente Dutra. Google Street View, 2018.

¹⁵⁹ Rótulo de embalagens de laranjas – década de 1930. In: BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 121.



160

A ideia principal desta oficina é que os alunos consigam “casar” as cartas a partir do exercício da observação. Para que isso aconteça, elas têm níveis de dificuldade diversos. Existem cartas mais fáceis, que são aquelas com imagens e textos dos prefeitos da cidade (como a de cima). Todas as cartas com prefeitos são idênticas. Elas seguem a regra P->P, ou seja, a correlação simples “pessoa -> pessoa”:



161

As cartas com os prefeitos da cidade apresentam dificuldade baixa, sendo casadas imediatamente pelos alunos.

A seguir, duas cartas com dificuldade considerada como média:

¹⁶⁰ <https://www.eleicoes2016.com.br/gelsinho-guerreiro/>

¹⁶¹ José Montes Paixão. Prefeitura de Mesquita - Dossiê de Walinho Paixão: A Emancipação de Mesquita – 2017. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/sobre-a-cidade/>



Essas duas cartas casadas representam registros do mesmo lugar em tempos históricos diferentes. Ambas representam típicos prédios de um bairro de Mesquita conhecido como BNH, sigla referente ao Banco Nacional de Habitação, criado a partir da LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964¹⁶², e que deu nome ao bairro por contar com prédios construídos a partir da referida lei no governo do presidente Castelo Branco (1964-1967).

A carta da esquerda é uma cena do filme “Crueldade Mortal” de 1976 (citado anteriormente). Já a carta da direita é um registro feito em março de 2018 por um aluno morador do bairro. Apesar dos tempos históricos diferentes, as mudanças na paisagem não são tão radicais. As estruturas dos prédios continuam as mesmas, com algumas mudanças relacionadas à cor do prédio, ao asfaltamento da rua, bem como à instalação de uma garagem.

O que deve ser destacado aqui é que as siglas nas cartas sempre indicarão a outra carta com a qual ela deve ser casada. No exemplo acima, a carta de 1976 começa com LO (lugar de ontem), que deve ser casada com outra carta que começa com LH (lugar de hoje). Portanto, a primeira sigla sempre representará a carta que o jogador tem em mãos. Essas siglas servirão para orientar os alunos durante o jogo, notando que há outras cartas com as mesmas letras, fazendo com que seja necessário escolher a carta certa para marcar o ponto para sua equipe.

A seguir, duas cartas com dificuldade considerada como difícil:

¹⁶² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm



163

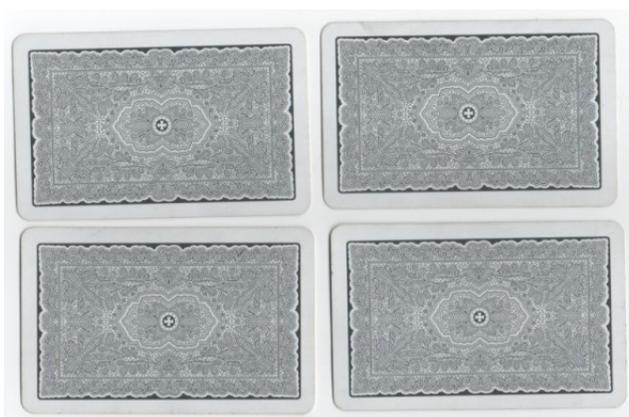
164

A carta da esquerda representa a olaria Ludolf & Ludolf, que encerrou suas atividades por volta de 1950. A carta da direita é um registro da Praça João Luiz do Nascimento, mais conhecida como Praça da Telemar. A praça está localizada onde existia a antiga olaria.

Essas duas últimas cartas são consideradas como difíceis porque houve uma mudança muito grande na paisagem. Não há uma lógica tão fácil para casá-las, a não ser que o jogador conheça especificamente a história local.

A ideia do jogo da memória não convencional é que os jogadores casem as cartas mais fáceis primeiro, partido para as outras posteriormente, à medida que sobram cada vez menos cartas na mesa.

Por exemplo: sobraram apenas quatro cartas na mesa



Essas cartas são:

¹⁶³ Chaminé da Olaria da Ludolf & Ludolf, nas antigas terras do Barão de Mesquita. Extraído do livro de Barros (2011, p. 109).

¹⁶⁴ Praça da Telemar (terreno da antiga olaria da Ludolf & Ludolf). Registro feito por aluno em maio de 2018.



Nesta situação temos um par de cartas com dificuldade alta (olaria e praça) alta e um par com dificuldade média (igreja). As duas cartas podem ser difíceis quando não há referências, entretanto, a partir de um exercício simples de observação, o aluno percebe que os arcos da parte lateral da igreja são elementos comuns nas duas fotos, fazendo com que elas sejam casadas, sobrando apenas as duas cartas mais difíceis. A partir daí, há a intervenção do professor contextualizando as quatro imagens.

¹⁶⁵ Construção da Igreja Nossa Senhora das Graças - década de 1950. Fonte: acervo da Igreja Nossa Senhora das Graças – Mesquita / RJ

¹⁶⁶ Igreja Nossa Senhora das Graças – Mesquita (Centro). Jornal Extra: 07/07/12 08:00
Igreja de Nossa Senhora das Graças é conhecida pelos devotos como santuário da medalha milagrosa. Ver: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/igreja-de-nossa-senhora-das-gracas-conhecida-pelos-devotos-como-santuario-da-medalha-milagrosa-5411539.html>

Jogando o jogo da memória “não convencional”



167

O jogo não convencional segue a mesma lógica inicial do jogo convencional, entretanto, como as cartas não são “óbvias”, desenvolvi um sistema simples para anotar a pontuação dos alunos. Se no jogo convencional um par de cartas casadas vale um ponto para a equipe, neste jogo será necessário outro sistema de valoração. Isso acontece porque os alunos das equipes nem sempre terão a certeza de que as cartas “casarão”, dadas as graduações de dificuldade demonstradas.

Dessa forma, o aluno (ou a equipe) deve virar duas cartas, como acontece no jogo convencional, entretanto, ele também deve dizer se as cartas casam ou não. Se ele disser “sim” e acertar, sua equipe ganha dois pontos. Entretanto, o aluno pode não ter certeza se as cartas casam. Após o professor fazer a pergunta “sim ou não?”, o aluno pode dizer “não”, passando a vez para a outra equipe. O diferencial deste jogo é que, caso o aluno diga sim e as cartas estiverem erradas, a equipe perde um ponto.

Então, a regra básica é a seguinte:

- o aluno disse sim e acertou: ganha dois pontos e a equipe joga novamente;
- o aluno disse não: apenas passa a vez;
- o aluno disse sim e errou: a equipe perde um ponto e passa a vez.

Dessa forma, a equipe vencedora não é a que simplesmente virar corretamente o maior número de cartas, mas a que conseguir a pontuação maior (entre erros e acertos).

¹⁶⁷ Nesta foto ilustrativa, todas as cartas do jogo estão na mesa (54). Entretanto, percebi que é mais adequado que sejam colocados no máximo até seis pares de cartas por vez (12), a fim de facilitar a memorização.

3.2.2 - OFICINA 03 - “OS ARQUIVOS SIMULADOS”



Conforme informado, os documentos sobre a história local deverão estar em uma pasta fichário, simulando um arquivo real.

É nessa direção que Mattozzi (2004) propõe a construção de arquivos simulados, tendo como referência o conceito de pseudo-arquivo, proposto por Scipione Guarracino. Para esses autores, o pseudo-arquivo é o resultado da seleção de material feita sobre uma documentação original pelo arquivo do professor e arquivista (GUARRACINO:1987) Assim, para Mattozzi (2004), o arquivo simulado seria uma possibilidade a ser incorporada à natureza da didática da história, constituindo-se de um modelo de arquivo que dê uma idéia de uma mistura de material organizado segundo critérios de arquivologia, mas que não corresponde a um arquivo real: Por exemplo, se um professor faz uma coleção de materiais produzidos em sala de aula e os classifica ou reproduz fotocópias de documentos relativos a diversos arquivos, classificando e criando categorias próprias, o resultado pode ser denominado arquivo, mas, nem um nem outro são modelos de arquivos existentes. Ao contrário, o que se quer designar aqui é a possibilidade de um instrumento didático que represente um arquivo real”.(MATTOZZI, 2004: p.5)¹⁶⁸

Nesta oficina, minha “coleção de materiais” (nas palavras de Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt) fez com que eu criasse as seguintes categorias:

1 - cartografia (mapas);

¹⁶⁸ SCHMIDT, M. A. M. S.. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. 1aed.Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 02.

- 2 - iconografias (imagens);
- 3 - leis e Diários Oficiais;
- 4 - jornais, revistas e outras publicações;
- 5 – historiografia;
- 6 - depoimentos orais

Essas categorias estão organizadas conforme a seguinte ilustração:



*a pasta / caixa de outra cor também terá a mesma configuração.

A ideia principal é a de que os diversos documentos que o professor encontrar poderão ser alocados nas subdivisões do arquivo simulado.

Conforme dito anteriormente, as pastas com os arquivos permitirão duas atividades: a primeira deve ser realizada a partir da integração visual com as cartas do jogo da memória e a segunda a partir de perguntas norteadoras feitas pelo professor.

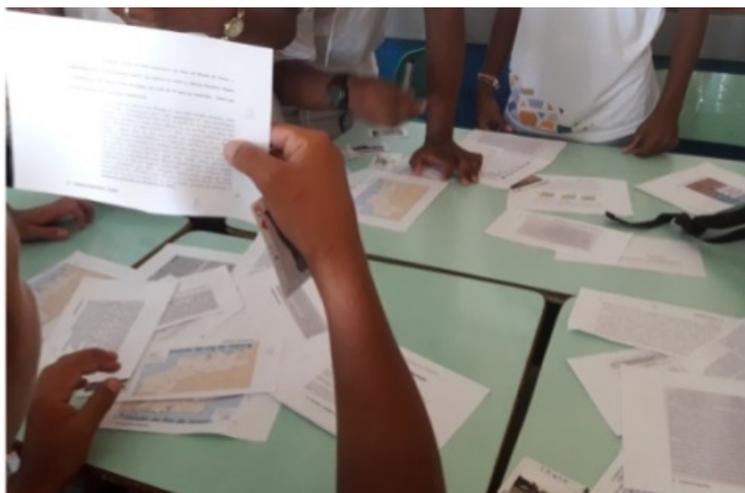
Regras para a integração do arquivo simulado com o jogo da memória:

1 - as cartas do jogo da memória devem estar previamente “casadas” e anexadas com um clipe de papel;

2 – o professor entrega o mesmo número de pares de cartas aleatoriamente para as duas equipes. Como este jogo da memória contém 27 pares de cartas, entreguei 13 pares para cada equipe, formando um total de 52 cartas, ou seja, 13 (pares) x 2 (equipes). Portanto, um par sobrou e pode ser utilizado como critério de

desempate. Cada equipe também recebe sua pasta de arquivos, que são idênticas em conteúdo, sendo diferenciadas apenas pela cor ou numeração;¹⁶⁹

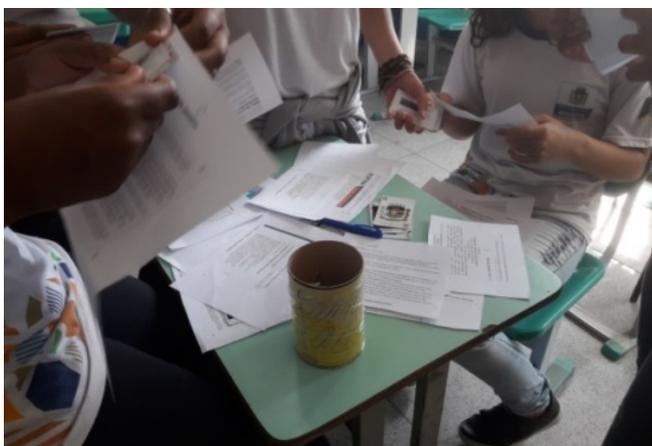
3 - com os pares de cartas em suas mãos, as equipes precisam fazer o maior número de correlações possíveis com os documentos presentes nas pastas. As equipes têm cerca de 15 minutos para fazer as correlações entre as cartas e os documentos, prendendo-os com um clipe de papel. O tempo estimado fica a critério do professor, de acordo com o número de cartas disponibilizadas.



4 – se uma equipe conseguir casar todos os 13 pares de cartas antes da outra, deve dizer “terminamos”;

5 – a equipe que terminar antes do fim do tempo e antes da outra equipe ganhará dois pontos de bônus;

6 - as correlações funcionam de forma parecida com o jogo da memória não convencional: a cada correlação correta, a equipe ganha dois pontos. A cada correlação errada, ela perde um ponto;



¹⁶⁹ A relação de arquivos sobre Mesquita e Baixada fluminense, bem como suas cartas correspondentes estão disponibilizadas no final desta oficina.

6 – vence a equipe que conseguir atingir o maior número de pontos.



Para exemplificar, segue uma correlação possível entre um documento, o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro de 16 de setembro de 2009, com duas cartas casadas.



170

* Os alunos, provavelmente, não casarão um par de cartas de Nilópolis a esse documento específico sobre Mesquita, mas eles podem querer casar um par de cartas como o viaduto do Compositor Dicró, ao diário oficial, por acharem que há uma correlação, já que o que têm em comum é “Mesquita”, por exemplo. Entretanto,

¹⁷⁰ A sigla P – 3 “indica arquivo preto”, “subdivisão 3” (Leis e Diários Oficiais). Essa sigla deverá estar nos documentos para que o professor possa recolocá-los nos arquivos após as atividades.

existe um documento tratando especificamente sobre o compositor ou do viaduto, eles não terão como casar as cartas, já que elas foram utilizadas em outro documento. O professor pode criar o seguinte critério de pontuação: peças casadas com muitos elementos em comum valem dois pontos, peças com poucos elementos valem um. Essas cartas têm muitos elementos em comum com o Diário Oficial do Município, que trata do abairramento municipal. Já as cartas do cantor Dicró casam com muitos elementos com um documento específico sobre o artista, como a manchete de sua morte nos jornais.

Acesso aos arquivos através de perguntas norteadoras

Esta última parte da oficina tem o objetivo de utilizar perguntas para possibilitar a interação com os arquivos simulados. Para isso, o professor deve escolher um documento e fazer uma pergunta ou uma série de perguntas sobre ele. Para esta parte da oficina não são mais utilizadas as cartas do jogo da memória.

O objetivo aqui é que o professor fique livre para ler um documento e formular uma pergunta. Logicamente, por conta disso, não serão colocados aqui todos os documentos, muito menos todas as perguntas que podem ser feitas, mas serão apenas alguns exemplos com atividades possíveis.

Neste sentido, o professor pode escolher um documento aleatório do arquivo, de forma atemporal, bem como também está livre para seguir uma sequência cronológica ou temática.

Essa atividade, assim como as outras duas desta presente oficina, também funcionam como um jogo, da seguinte forma:

1 – O professor escolhe um documento, como o reproduzido a seguir:

Lei 3253/99 | Lei nº 3253, de 25 de setembro de 1999

🔖 Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por [Governo do Estado do Rio de Janeiro](#) (extraído pelo Jusbrasil) - 19 anos atrás

Ver artigo:

CRIA O MUNICÍPIO DE MESQUITA A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU Ver

tópico (32 documentos)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de MESQUITA, com sede em Mesquita, Centro, localizado e formado no 5º Distrito do Município de Nova Iguaçu. Ver tópico

171

2 - A partir daí, formula uma pergunta simples, como:

“Qual a data de criação do município de Mesquita?”

3 - Então, o professor indica que a resposta para essa pergunta está na sessão 3 do arquivo simulado (Leis e Diários Oficiais).

4 - Os alunos devem procurar entre os documentos da sessão aquele que responde adequadamente a esta pergunta, depois devem respondê-la em uma folha de papel e informar ao professor sua resposta.

A equipe que conseguir responder antes da outra corretamente ganha o ponto.

O professor pode continuar analisando a mesma Lei, agora em seu Artigo 2º, por exemplo:

¹⁷¹ Art. 1º da Lei 3253/99, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12399629/artigo-2-da-lei-n-3253-de-25-de-setembro-de-1999-do-rio-de-janeiro>

Art. 2 da Lei 3253/99, Rio de Janeiro

Lei nº 3.253 de 25 de Setembro de 1999

CRIA O MUNICÍPIO DE MESQUITA A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

└ Art. 2º - O Território do Município de MESQUITA, constituído de todo o 5º Distrito acima citado, é compreendido dentro dos seguintes limites territoriais:

└ LIMITES INTERMUNICIPAIS:

- └ a) COM O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU Começa no Pico de Gericinó, na Serra de Madureira, segue pela linha de cumeada até a nascente do Rio Dona Eugênia, desce por este rio, à jusante, até encontrar o prolongamento da rua Irmãos Maurício, segue por esta rua e seu prolongamento até o leito da ferrovia da Rede Ferroviária Federal S/A, segue por esta até o prolongamento da rua Carlos Marques Rollo, daí segue por esta rua até o Rio da Prata, desce por este rio, à jusante, até a travessia sob a Rodovia Presidente Dutra;
- └ b) COM O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO Começa no ponto de travessia do Rio da Prata sob a rodovia Presidente Dutra, segue por esta rodovia até o Rio Sarapuí;
- └ c) COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI Começa no ponto onde a Rodovia Presidente Dutra cruza o Rio Sarapuí, segue por este rio, à montante, até a Linha de Alta Tensão da Light;
- └ d) COM O MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS Começa na travessia do Rio Sarapuí com a Linha de Alta Tensão da Light, segue por este rio, à montante, até interceptar a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca;
- └ e) COM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO Começa no encontro do Rio Sarapuí com a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca, daí segue em reta ao Morro de Gericinó e deste, em reta, ao Pico de Gericinó.

172

A partir daí, pode fazer perguntas, como:

“A partir de sua criação (e até hoje), o município de Mesquita tem limites municipais com quais outros municípios?”

Ou ainda:

“Quais os limites municipais do município de Mesquita com o município de Belford Roxo?”

As possibilidades de combinações de perguntas com os documentos são muito amplas, cabendo ao professor escolhê-las, de acordo com sua percepção de características relacionadas ao perfil da turma.

Por fim, essa atividade também pode ser feita da seguinte forma:

O professor escreve uma série de perguntas no quadro e começa a contar no relógio um determinado tempo. Os alunos ficam livres para tirar todos os documentos do arquivo para respondê-las.

¹⁷² Art. 2º da Lei 3253/99, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12399629/artigo-2-da-lei-n-3253-de-25-de-setembro-de-1999-do-rio-de-janeiro>

A pergunta sobre os limites municipais do município de Mesquita também pode ser respondida a partir da análise de um mapa da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo.

Nessa nova dinâmica, vence a equipe que conseguir encontrar o maior número de respostas corretas quando findar o tempo pré-estabelecido.

Conclusão

O aspecto lúdico faz parte de nossas vidas. Ele é encarado como um momento de descontração, de leveza e entretenimento. Nós, professores, costumamos criar vários meios de variar nossa prática cotidiana. Um dia trabalhamos com filmes em sala de aula, no outro utilizamos livros que servem como amparos para criarmos atividades diferenciadas, ou levamos nossos alunos até a sala de informática da escola para fazermos pesquisas na Internet (muitos deles adoram), já no outro, optamos pelo método mais tradicional, escrevendo o amparo textual no quadro, em seguida, formulamos perguntas sobre o texto apresentado. Eu entendo essa variação das práticas docentes como algo extremamente válido, diria até necessário para o processo de ensino-aprendizagem, já que os alunos costumam reclamar quando as atividades são sempre muito repetitivas, perdendo o “interesse” nas aulas. Nós (professores) também ficamos muitas vezes enfadados com a falta de variação. Entretanto, reconheço que nem sempre dispomos de recursos materiais, estrutura ou tempo para sairmos da rotina em sala de aula.

O que esta oficina propõe é justamente uma possibilidade de variar os meios facilitadores do ensino de história.

Com relação ao jogo da memória, escolhi um aspecto lúdico porque crianças, adolescentes estão sempre em contato com jogos para celulares, ou com videogames em suas casas. Também jogam cartas, como as do popular jogo UNO e costumam se divertir com jogos tradicionais em folhas de papel, como o jogo da velha e o da força.

A questão é que quando o professor promove gincanas e jogos, a aula geralmente toma outro sentido. É claro que o método tradicional tem seu valor, mas o que propus aqui foi aliar o prazer do jogo ao ensino de história, propondo, assim, novos elementos facilitadores para o ensino da disciplina, como fizeram (e fazem) diversos colegas deste Mestrado profissional.

Com relação aos arquivos simulados, acredito que eles sirvam para desenvolver a capacidade de observação de fontes primárias, desenvolvendo também a capacidade de leitura para responder a questões específicas ou fazer correlações através da observação do próprio arquivo, ou das cartas.

Procurei trazer contribuições que possam motivar aqueles que um dia terão contato com esta dissertação, para que também possam buscar novos caminhos em prol de nosso ofício.

Considerações finais

Quando comecei a cursar o Mestrado Profissional, deparei-me com uma série de questionamentos e desafios. Esses desafios estavam intrinsecamente ligados à seguinte questão norteadora: como conciliar estudos acadêmicos com minha prática docente?

Essa “conciliação” acabou sendo uma condição “sine qua non” para o desenvolvimento e a conclusão do Mestrado na modalidade profissional e, conseqüentemente, desta dissertação.

Por muito tempo convivi com a ideia de que a academia se afastava da realidade escolar. Sempre ouvi que os professores das chamadas licenciaturas não procuravam dialogar com a escola. Ficavam sempre reclusos em seus mundos de pesquisas e especializações incessantes, formavam pesquisadores que tinham que “se virar” para serem professores. Ouvi de muitos colegas de profissão frases como “eu aprendi a dar aulas na prática”, “a academia tem como prioridade a formação de pesquisadores, não de professores”, entre outras.

Com o Mestrado profissional, vi que essa retórica não pode ser tomada como verdadeira. Em cada disciplina iniciada nesta pós-graduação *stricto sensu*, vi como diversas universidades e diversos profissionais acadêmicos no Brasil estão trabalhando incessantemente para pensar o ensino de História a partir de um olhar mais atento à escola. Mais do que isso, percebi que os alunos do Mestrado profissional tornaram-se componentes essenciais para os próprios trabalhos acadêmicos, uma vez que eles precisam ser professores com docência comprovada na educação básica. Dessa forma, o olhar da academia para a escola passou a contar também com os olhares daqueles que estavam diariamente em contato com alunos e diversas realidades escolares em todo o país. Essa característica peculiar fez com que eu e meus colegas mestrandos tivéssemos a percepção de que estávamos trabalhando em algo extremamente gratificante, e que fazíamos parte de um projeto grandioso que a cada momento fazia mais sentido.

Estive na universidade nesses dois anos e também estive em sala de aula, analisando, pensando, interagindo, pesquisando, não apenas com o suporte necessário de minha orientadora e dos demais professores do ProfHistória, mas com a intensa e inestimável participação dos meus alunos. O que foi produzido aqui só

pôde ser feito a partir da participação de diversos agentes, que pensam, pesquisam e vivem a educação.

Por fim, a história local serviu como a motivação adequada para conduzir minhas pesquisas, graças a diversos fatores já descritos aqui, como o meu próprio desconhecimento sobre a região onde atuo profissionalmente, bem como a necessidade de fazer com que a história fizesse mais sentido para meus alunos, ao mesmo tempo em que as relações identitárias pudessem ser fomentadas a partir da história enquanto disciplina escolar.

Tudo valeu muito a pena. Espero que este trabalho possa ser consultado por colegas professores e por futuros alunos das universidades, assim como também espero que sejam consultados todos os outros trabalhos de meus colegas mestres do ProfHistória, e que nossos trabalhos possam contribuir cada vez mais com essa sempre fascinante tarefa de ensinar e aprender História.

Referências bibliográficas

ARTIÉRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v.11, n.21, 1998.

Baixada Fluminense: memória fotográfica / Marcus Antonio Monteiro Nogueira, organizador. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011

BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa 10(1):95-129, verão de 2005.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Do Puso da Cachoeira ao Município de Mesquita (1692-1999). In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BOURDIN, Alain. A questão local. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. In:

BOURDIN, Alain. A questão local. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

História e patrimônio: Rio Bonito / Rui Aniceto Nascimento Fernandes ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2014, Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

CANDAU, Vera Maria (org). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990.

CHEVALLARD, Yves. La transposición didáctica - 3ª ed. 2ª reimp. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2005.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 1838. TOMO 1º PARTE 2º SECÇÃO 6ª - REGULAMENTO Nº 8 - de 31 de janeiro de 1838: Estatutos para o Collegio Pedro Segundo. Disponível no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

COUSINET, Roger. L'enseignement de l'histoire et l'educacion nouvelle. Paris: Les presses l'île de France, 1950, p.27. In: SCHMIDT, M. A. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M. et alii. Ensino de História; sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, 187-198.

DEWEY, John. Experiência e Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DUTRA, Eliana. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1. , 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2004

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre a décadas de 1930 e 1950*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Tese (Doutorado em História), 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002, pp. 219-229.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Demandas sociais e história do tempo presente*. In: VARELLA, F. et. al. (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, pp. 101-124.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. *História que temos vivido*. In: VARELLA, F. et. al. (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, pp. 67-100.

FIGUEIREDO, Haydée; REZNIK, Luís e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local*. *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. p. 544-553.

FONSECA, Cláudia. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev./Mar/Abr 1999, n.10, p. 58-78.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História*. *História Oral*, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sociocultural da fronteira Brasil-Uruguaí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 129, 1993.

GEBARA, Almir [et ali]. História regional, uma discussão. Campinas: Ed. Unicamp, 1987. p. 13-56.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História.. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf>

GOUBERT, Pierre. História Local. In: Revista Arrabaldes - Por uma História democrática. Rio de Janeiro. n 1, maio/agor, 1988.

GUARRACINO, S. A lógica da pesquisa e a didática do arquivo. In. Didática da história e arquivos. Org. de C. Torrisi, Caltanissetta – Roma, 1987, pp.55-85 (apud Mattozzi,2004).

Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

HOBBSAWM, Eric. The Age of Extremes: A History of the World, 1914 -1991. New York: Vintage, 1996.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. In: Ana Fani Alessandra Carlos (Org.) Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204.

LEVI Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp. 1992.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. História Revista, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009. Extraído de Arquivos de Valle Umbra. Revista Semestral de Arquivologia. Batista Umbra (Itália), Ano VI, n.2, dez. 2004 (trad. da autora).

MOTTA, Marcio Wixak Vieira da. O veículo Leve sobre Trilhos: Considerações sobre os seus atributos como justificativa para a sua implantação. UFRJ: 2013

MUAZE, Mariana & Salles, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). 2. História: Ensino de quinta a oitava séries. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: História / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

REVEL, Jacques. Jogos de Escalas: A Experiência da Micro-Análise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. 1ª ed.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? Apresentado em V Taller Internacional de História Regional y Local. Havana/ Cuba, 2002, p. 2. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf.

Rio de Janeiro - Um Passeio Pela História do Nosso Estado - Vol. Único 4º Ano / 5º Ano (Cód: 3976476) Bahiense,Daniel / Boucinhas,André / Bahiense,Jorge – EDITORA MODERNA, ou PROJETO JIMBOE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ARTE, CULTURA, HISTORIA E GEOGRAFIA - VOLUME ÚNICO (4º / 5º ANO) isbn: 9788510057271 - 2014 - edição: 1ª - Autores: Heloisa Menandro | Irene Barcelos | Ronaldo Duarte

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo / Adrianno Oliveira Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo / Henry Rouso: tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010

SAMUEL, R. História local e história oral. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v. 9, n.19, p. 219-242, 1989.

SCHMIDT, M. A. M. S. Documentos em estado de arquivo familiar e a construção de arquivos simulados: uma experiência da educação histórica. In: Margarida Maria Dias de Oliveira/ Marlene Cainelli. (Org.). Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. 1ª ed. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 01-13.

SCHMIDT, M. A. M. S. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M. et alii. Ensino de História; sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007 pp. 187-198.

SILVA, Adriena Casini da. A Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016

SILVA, M.A. & GUIMARÃES, Selva. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. in: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, pp. 15-16 – 2010.

SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005

SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006.

SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu - Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 2 - abril a junho de 1962. Editora IBGE

SOUZA, Rodrigo Augusto de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. John Dewey e o ensino de história. In: Anais do IX Congresso Nacional de Educação. 2009.

Disponível em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2600_1484.pdf

TORRES, Gênesis (Org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, v.11, n.21, 1998.

STADEN, Hans, Viagem ao Brasil (1557). Rio de Janeiro: Officina Industrial Ghaphica, 1930.

VAINFAS, Ronaldo. O berço da micro-história . In: VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

ANEXO

CORPO DOCUMENTAL: Iconografia e documentos textuais para o produto “Mesquita em documentos”.

Seguem as imagens e os documentos textuais para os arquivos simulados e suas cartas correspondentes no jogo da memória sobre o caso específico do município de Mesquita.

A ideia é que eles sejam impressos exatamente como estão, devendo ser recortados e depois organizados de acordo com os tutoriais apresentados anteriormente.

(1)

Cartas:



P-> P

P -> P

Arquivos:

¹⁷³ José Montes Paixão. Prefeitura de Mesquita - Dossiê de Waltinho Paixão: A Emancipação de Mesquita – 2017. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/sobre-a-cidade/>

Inconformados com o resultado do plebiscito de Mesquita, distrito de Nova Iguaçu, 200 emancipacionistas fizeram manifestação ontem em frente ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no Centro do Rio. Eles apontam a empresa Rentar Informática como a principal responsável pela votação não ter alcançado o quórum de 48 mil eleitores, no pleito realizado no último dia 26. O TRE computou pouco mais de 41 mil votos.

Segundo o presidente do Movimento Emancipacionista, o ex-deputado José Montes Paixão, vários computadores apresentaram defeitos e muitos disquetes computaram número de votos abaixo da lista de eleitores que compareceram ao pleito. Ontem os advogados dos emancipacionistas impetraram recurso judicial pedindo a anulação da votação por motivos técnicos. Surpreendido pelos manifestantes, o presidente do TRE, desembargador Antônio Carlos Amorim, disse que de-

signará um relator para apreciar o processo e, posteriormente, colocá-lo em votação em plenário. Não há prazo definido para a conclusão deste trabalho.

O recurso é baseado na acusação de que a empresa Rentar Informática, contratada pelo tribunal para informatizar o processo de votação, enviou equipamentos defeituosos e listagens de eleitores incompletas ou defasadas. Acusam ainda que pessoas analfabetas foram impedidas de votar, o que ajudou a diminuir o quórum.

De acordo com Paixão, a tentativa de anulação será a primeira opção da comissão pró-emancipação de Mesquita. A segunda, mais demorada, será o pedido de reavaliação do quórum. Segundo o presidente da comissão de eventos dos emancipacionistas, Ronaldo Renzetti, mais de duas mil pessoas falecidas continuam a constar da listagem de eleitores da 83ª Zona Eleitoral.

174

4 - Jornais, revistas e outras publicações

¹⁷⁴ Caderno da Baixada (Jornal O Dia) – 5 de dezembro de 1995.



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Candidatos disputam emancipação

DO ENVIADO ESPECIAL

Em busca dos votos dos mesquitenses, todos são emancipadores. Ter participado do movimento que separou Mesquita de Nova Iguaçu é o maior trunfo dos três candidatos que disputam a prefeitura.

O pedetista José Paixão, 73, se intitula "o emancipador", frase que, em letras grandes, é destacada nos panfletos e cartazes espalhados pelo distrito.

"Eu liderei todo o processo que levou à emancipação. Minha mulher integrou a equipe de juristas vitoriosa em todas as instâncias do Judiciário. Os outros dois não queriam que Mesquita se emancipasse. Eles até votaram contra", disse Paixão à Folha durante caminhada na favela atrás do clube União, realizada na tarde de quinta-feira passada.

175

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(2)

Cartas:



Artur Messias da Silveira
Prefeito de Mersquita:

De 1 de janeiro de 2005 até
31 de dezembro de 2012

PT



Artur Messias da Silveira
Prefeito de Mersquita:

De 1 de janeiro de 2005 até
31 de dezembro de 2012

PT

P -> P

P -> P

Arquivos:

¹⁷⁵ Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, segunda-feira, 28 de agosto de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2808200022.htm>

quinta-feira, 4 de outubro de 2012

Prefeitura acaba com o 'penicão' de Banco de Areia



A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Cedae, localizada na Praça Pindorama, no bairro Banco de Areia em Mesquita, começou a ser demolida ontem através da Secretaria Municipal de Obras da prefeitura. Apelidada pela comunidade como Penicão, desde 2002 quando foi construída, na gestão do prefeito José Montes Paixão, a ETE não agradou e funcionou por pouco tempo.

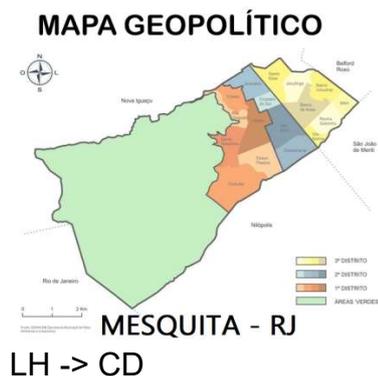
Segundo o prefeito Artur Messias (PT), a demolição foi iniciada depois de entendimentos com a Cedae. A praça será revitalizada e no lugar do Penicão serão instalados brinquedos e espaço de convivência. "Hoje a Estação de Tratamento de Esgoto não é mais viável para Mesquita, que tem seu esgoto tratado através de elevatórias na Estação do Sarapuí, em Belford Roxo", disse Artur Messias. Estamos atendendo uma reivindicação antiga da comunidade que ganhará de volta sua praça, agora, completamente reformada", afirma Artur.

176

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(3)

Cartas:



¹⁷⁶ "Prefeitura acaba com o "penicão" de Banco de Areia". In: <http://mesquitainforma.blogspot.com/2012/10/prefeitura-acaba-com-o-penicao-de-banco.html>

Arquivos:

Lei 3253/99 | Lei nº 3253, de 25 de setembro de 1999

🔖 Salvar · 0 comentários · Imprimir · Reportar

Publicado por [Governo do Estado do Rio de Janeiro](#) (extraído pelo Jusbrasil) - 19 anos atrás

Ver artigo:

CRIA O MUNICÍPIO DE MESQUITA A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU [Ver](#)

[tópico](#) (32 documentos)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de MESQUITA, com sede em Mesquita, Centro, localizado e formado no 5º Distrito do Município de Nova Iguaçu. [Ver tópico](#)

177

3 - Leis e Diários Oficiais

¹⁷⁷ Art. 1º da Lei 3253/99, Rio de Janeiro, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12399629/artigo-2-da-lei-n-3253-de-25-de-setembro-de-1999-do-rio-de-janeiro>

Art. 2 da Lei 3253/99, Rio de Janeiro

Lei nº 3.253 de 25 de Setembro de 1999

cria o Município de Mesquita a ser desmembrado do Município de Nova Iguaçu

Art. 2º - O Território do Município de MESQUITA, constituído de todo o 5º Distrito acima citado, é compreendido dentro dos seguintes limites territoriais:

LIMITES INTERMUNICIPAIS:

- a) COM O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU Começa no Pico de Gericinó, na Serra de Madureira, segue pela linha de cumeada até a nascente do Rio Dona Eugênia, desce por este rio, à jusante, até encontrar o prolongamento da rua Irmãos Maurício, segue por esta rua e seu prolongamento até o leito da ferrovia da Rede Ferroviária Federal S/A, segue por esta até o prolongamento da rua Carlos Marques Rollo, daí segue por esta rua até o Rio da Prata, desce por este rio, à jusante, até a travessia sob a Rodovia Presidente Dutra;
- b) COM O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO Começa no ponto de travessia do Rio da Prata sob a rodovia Presidente Dutra, segue por esta rodovia até o Rio Sarapuí;
- c) COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI Começa no ponto onde a Rodovia Presidente Dutra cruza o Rio Sarapuí, segue por este rio, à montante, até a Linha de Alta Tensão da Light;
- d) COM O MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS Começa na travessia do Rio Sarapuí com a Linha de Alta Tensão da Light, segue por este rio, à montante, até interceptar a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca;
- e) COM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO Começa no encontro do Rio Sarapuí com a reta que parte do Morro de Gericinó ao Março da Cancela Preta na Estrada da Água Branca, daí segue em reta ao Morro de Gericinó e deste, em reta, ao Pico de Gericinó.

178

3 - Leis e Diários Oficiais

Fazendo parte da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, o Engenho da Cachoeira recebeu, como primeiros ocupantes, Diogo de Montarroi e seu genro Manuel Gomes, com a compra de uma sesmaria existente entre o sopé da serra de Gericinó se estendendo ao longo do rio Sarapuí, adquirido ao escrivão Gonçalo de Aguiar, em 1603, onde havia um engenho d'água e canavial.

Anteriormente, essas terras foram doadas a Brás Cubas, Provedor da Fazenda Real e Alcaide-Mor das capitânicas de São Vicente e Santo Amaro que não se interessou em ocupá-las.

Na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, havia seis capelas, dentre as quais a de Nossa Senhora da Conceição no Engenho da Cachoeira (Mesquita).

À sua margem, surgiu o Pouso da Cachoeira, "parada obrigatória para as tropas vindas de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro, beneficiadas com os ranchos para seu descanso e água para os animais. Vendas de produtos do engenho, ferradores, coureiros etc." diz o professor Ney Alberto.

Francisco José de Mesquita, o Visconde de Bonfim, era possuidor de terras em São Matheus (Nilópolis) e Jacutinga (Belford Roxo). Também era

proprietário do Engenho da Cachoeira. Jerônimo José de Mesquita, primeiro Barão de Mesquita e diretor do Banco do Brasil, foi herdeiro desses bens.

Em 1894, foi inaugurada a estação ferroviária com o nome de parada Mutambó, pertencente à Estrada de Ferro D. Pedro II.

João Leopoldo Modesto Leal, o Conde Modesto Leal, comprou as antigas fazendas do Mata Fome e Espírito Santo, e promoveu um loteamento. Daí surgiram várias indústrias: o Matadouro Modelo, a Fábrica de Ladrilhos da Companhia Materiais de Construção e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário.

Mesquita foi emancipada de Nova Iguaçu em 25 de setembro de 1999.

Mesquita possui uma população de 242.139 habitantes, estimada pela Fundação Cide para 2007, uma área de 41,6 km². Como o último Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU foi em 2000, Mesquita não possui índice pois sua instalação ocorreu somente em 2001.

179

5 - Historiografia

¹⁷⁸ Art. 2 da Lei 3253/99, Rio de Janeiro, disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12399629/artigo-2-da-lei-n-3253-de-25-de-setembro-de-1999-do-rio-de-janeiro>

¹⁷⁹ Baixada Fluminense: memória fotográfica / Marcus Antonio Monteiro Nogueira, organizador. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MESQUITA**

GABINETE DO PREFEITO

***LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 25 DE AGOSTO DE 2009.**

Autor: Poder Executivo

"Dispõe sobre a criação de distritos e abairramento no Município de Mesquita e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA**, por seus representantes legais aprova e eu sanciono a seguinte, **LEI**:

Art. 1º - Ficam criados no Município de Mesquita 03 (três) distritos, a saber: 1º Distrito – CENTRO; 2º Distrito –VILA EMIL e 3º distrito – BANCO DE AREIA.

Parágrafo único – Farão parte dos distritos criados no **caput**, os seguintes bairros: **1º DISTRITO**: Centro, Coréia, Chatuba, Santa Terezinha, Alto Uruguai e Edson Passos; **2º DISTRITO**: Vila Emil, Cosmorama, Juscelino e Cruzeiro do Sul; **3º DISTRITO**: Banco de Areia, BNH, Rocha Sobrinho, Vila Norma, Bairro Industrial, Jacutinga e Santo Elias.

Art. 2º - Os bairros do Município de Mesquita são os criados por esta Lei Complementar e nomeados no artigo anterior, discriminados na forma do Anexo Único desta norma.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

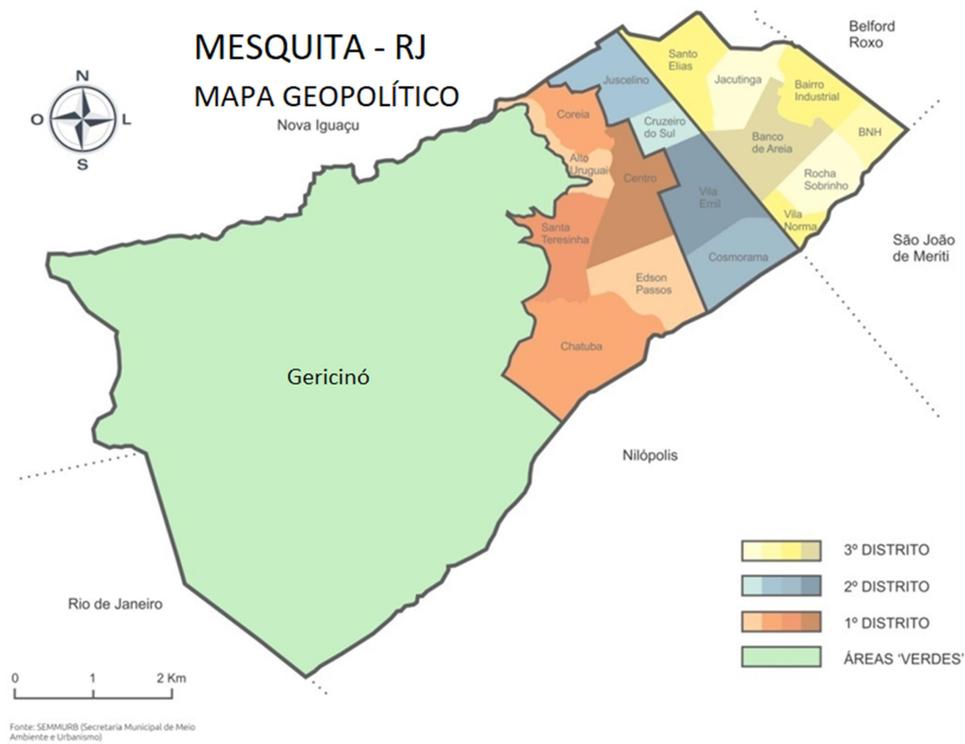
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Mesquita, RJ, 25 de agosto de 2009

ARTUR MESSIAS
Prefeito

3 - Leis e Diários Oficiais



1 - Cartografia (mapas)



180

1 - Cartografia (mapas)

(4)

Cartas:



181

CD -> LM



182

LM -> CD

¹⁸⁰ SEMMURB – Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo de Mesquita – RJ.

¹⁸¹ Brasão de Nilópolis: <http://nilopolis.rj.gov.br/site/>

¹⁸² Limite municipal entre Mesquita e Nilópolis. Google Street View, 2018.

Arquivos:

A identidade de Nilópolis começou a ser gestada após a visita que Nilo Peçanha fez a pequena localidade no entorno da estação de Engenheiro Neiva, articulada por um dos principais agentes loteadores do período, o coronel Júlio de Abreu, que havia criado o Bloco do Progresso. Após essa visita, entusiasmado com os elogios de Nilo Peçanha ao lugarejo, resolve homenageá-lo passando a chamar a localidade de Nilópolis, em homenagem ao político (Oliveira, C., 2002), fundando também, já em 1918, uma revista chamada de “Nilópolis”. Alguns autores enxergam nesta homenagem uma estratégia de “marketing” do loteador, associando o loteamento local ao nome do ilustre político.

De qualquer maneira, após essa mudança de nome, que teve como desdobramento em 1921, a alteração do nome da estação e a criação do distrito com o nome de Nilópolis, afirmando esta nova identidade, num processo semelhante ao que irá se verificar em Duque de Caxias.

183

5 - Historiografia



184

1 - Cartografia (mapas)

¹⁸³ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 153.

¹⁸⁴ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/99/RiodeJaneiro_Municip_Nilopolis.svg

(5)

Cartas:



185

CD -> LM



186

LM -> CD

Arquivos:

Com a divisão da Província do Rio de Janeiro em municípios em 1833, o Engenho do Brejo passou a fazer parte de Iguaçu e tal como esta vila entra em decadência com as epidemias de 1835 e de 1855. O renascimento do Engenho e a formação do povoado se dá quando o fazendeiro Coelho da Rocha cede parte das suas terras para a passagem da E F Rio D'Ouro em 1876. Um pouco afastado do rio Sarapuí é construída uma estação que recebe o nome de Belford Roxo, em homenagem ao engenheiro chefe da inspetoria de águas.

A estação de Belford Roxo ganha importância a partir do momento em que será o local da primeira bifurcação da EFRD para o ramal de Xerém-Mantiqueira e quando se inaugura o serviço de passageiros em 1886. A partir daí inicia-se um lento processo de urbanização que é freado pela presença da citricultura ao longo do ramal, a semelhança da vizinha Nova Iguaçu. Mesmo quando o trem passa a vir pela Linha Auxiliar em 1910 a urbanização não se acelera, pois os loteamentos não ultrapassam o rio Sarapuí.

187

¹⁸⁵ Brasão de Belford Roxo: <http://egov.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br>

¹⁸⁶ Limite entre os municípios de Mesquita e Belford Roxo. Registro feito por aluno em julho de 2018.

¹⁸⁷ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, p. 122.

(6)

Cartas:



LH -> LO



LO -> LH

Arquivos:

Conforme já descrito, até à época da inauguração da parada de trem da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, em 1884 (quando levou o nome de Jerônimo de Mesquita, barão proprietário das terras), *Mutambó* seria utilizado para designar essa região. Tal termo nomearia um tipo de árvore muito encontrada nas encostas dos morros próximos à cachoeira existente no lugar nesse período. O que será apresentado daqui por diante são os resultados da incidência do vocábulo em suportes variados. Serão utilizados grifos para ressaltar o seu uso nas citações selecionadas.

A referência mais distante do emprego de *Mutambó* para designar Mesquita antigamente, foi encontrada em *Memórias Iguaquanas* (1960), do professor Rui Afrânio Peixoto, primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, fundado em 1963:

A localidade de Mesquita chamava-se anteriormente **Mutambó** e constituiu uma parada de trem com este nome em 1882, quando nela desembarcou D. Pedro II para uma visita à Vila Iguaçu. De **Mutambó**, D. Pedro II seguiu de diligência para a fazenda de São Bernardino, onde pernitoiu [...] (Peixoto, 1960: 55).

190

¹⁸⁸ Estação de trens de mesquita (Supervia). Registro feito por aluno em maio de 2018.

¹⁸⁹ Trem da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) - atual Supervia - na altura da estação de Mesquita em cena do filme *Crueldade Mortal*, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

¹⁹⁰ SILVA, Maria Fátima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro,

5 - Historiografia

(7)

Cartas:



191

LH -> LO



192

LO -> LH

Arquivos:

No ano de 1964, no início do governo de Castelo Branco, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, a partir da necessidade nacional de uma política de habitação, especialmente para a população de baixa renda. Tendo o Banco Nacional da Habitação (BNH) como seu órgão central, esse sistema dispunha de mecanismos econômicos que visavam estimular a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada.

Fonte(s): Dila Reis

Lei nº 4.380, 21 de agosto de 1964:

"O programa habitacional e, conseqüentemente, os investimentos de infra-estrutura urbana e comunitária teriam que ser implementados mediante mecanismos adequados de mobilização de recursos, que guardassem coerência com aqueles princípios básicos de combate ao processo inflacionário. Vale dizer, a disponibilidade de recursos para esse setor não deveria gerar novas pressões inflacionárias, evitando-se, principalmente, a criação de impostos dirigidos à habitação. A estratégia utilizada visou assim a corrigir falhas anteriores, estabelecendo os seguintes princípios básicos:

- 1.º Mecanismo de correção da moeda que garantisse o valor de reposição dos financiamentos concedidos e, conseqüentemente, mantivesse o potencial de financiamentos dos agentes financeiros;
- 2.º Proibição de financiar a comercialização de imóveis usados, de tal modo que, a cada novo financiamento, correspondesse, necessariamente, um novo imóvel produzido;
- 3.º Revitalização da poupança privada, dirigida ao setor habitacional, mediante taxa de remuneração e correção do valor principal, garantia de liquidez, oferecida pelo BNH;
- 4.º Instituição, também, de uma poupança compulsória, permitindo que um fluxo estável de recursos compensasse eventuais oscilações da poupança voluntária;
- 5.º Atividade de execução apoiada prioritariamente na iniciativa privada, garantindo um sistema descentralizado de execução, subordinado, porém, a um comando normativo central, formulador da política nacional de financiamento, dirigido à habitação.

Graças a esses princípios, foi possível montar um importante sistema financeiro. Basicamente ele se compõe de recursos de poupança compulsória, representada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e pela poupança voluntária, captada do público pelos Agentes Financeiros, através dos mecanismos já populares da Caderneta de Poupança e das Letras Imobiliárias."

Fonte(s): BNH: Projetos Sociais. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho, 1979.

193

CCH/UNIRIO, 2005, pp. 64-65.

¹⁹¹ Prédios do bairro BNH em Mesquita. Registro feito por aluna em abril de 2018.

¹⁹² Prédios do bairro BNH em Mesquita. Cena do filme *Crueldade Mortal*, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

¹⁹³ UFBA – Cronologia do pensamento urbanístico. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1379>

188

3 - Leis e Diários Oficiais

(8)

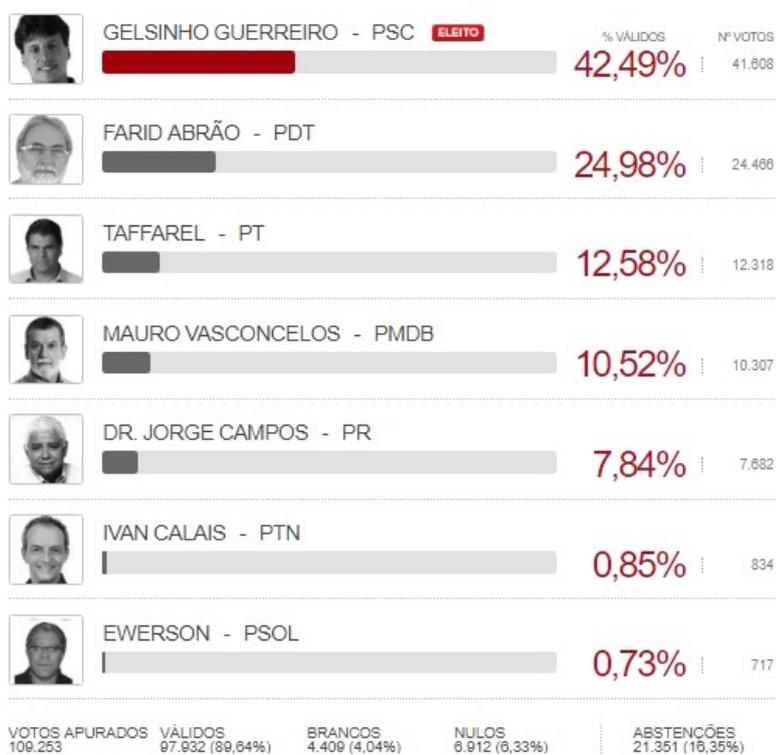
Cartas:



194

Arquivos:

Resultado das eleições 2012 Prefeitura de Mesquita



195

¹⁹⁴ <https://www.eleicoes2016.com.br/gelsinho-guerreiro/>

¹⁹⁵ <http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/apuracao/mesquita.html>

4 - Jornais, revistas e outras publicações

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 560/2016.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições legais, **RESOLVE:**

EXONERAR TODOS os servidores ocupantes dos cargos em comissão, exceto os cargos de Secretários, Subsecretários, Controlador Geral, Subcontrolador Geral, Procurador Geral, Procurador Geral Adjunto, Presidente da CPL, Tesoureiro da Administração Direta e Indireta, Diretor de Patrimônio e Almoarifado, a contar da presente data.

Publique-se e cumpra-se.

Mesquita, 03 de outubro de 2016.

ROGELSON SANCHES FONTOURA
Prefeito

196

3 - Leis e Diários Oficiais

(9)

Cartas:



LH -> P



197

P -> LH

Arquivos:

¹⁹⁶ Diário Oficial da prefeitura de Mesquita. 04 de Outubro de 2016 | Nº 00132

¹⁹⁷ Compositor Dicró. In: <https://baurutv.com/2017/02/14/14-de-fevereiro-acontecimentos-do-dia/>



198

2 - Iconografias (imagens)

Edição do dia 26/04/2012
26/04/2012 08h06 - Atualizado em 26/04/2012 08h36

Morreu na noite desta quarta-feira (25), no Rio de Janeiro, aos 66 anos, o cantor e compositor Dicró. Ele sofria de diabetes e de insuficiência renal. Tinha voltado de uma sessão de hemodiálise, quando passou mal. O cantor ainda foi levado para o hospital, mas teve um enfarto e não resistiu.

Em novembro do ano passado, o artista chegou a ser submetido a uma cirurgia, Hospital estadual Adão Pereira Nunes, para tratar uma inflamação na vesícula.

Dicró era conhecido por compor sambas bem-humorados, recheados de sátira e brincadeiras com as sogras. Na década de 1990, formou parceria com os sambistas Moreira da Silva e Bezerra da Silva, encontro que resultou no álbum 'Os 3 malandros in concert'.

O sambista nasceu em Mesquita, na Baixada Fluminense, mas sempre teve um carinho muito especial pelo bairro de Ramos, no subúrbio. Segundo ele, quando era pequeno, ia a pé de Mesquita até a praia de Ramos, pois não tinha dinheiro para pagar a passagem. Para o sambista, esse era o motivo do carinho especial que sentia pela região e a razão pela qual incluiu Ramos em algumas de suas músicas. Quando a praia começou a ficar suja, Dicró teria sido um dos maiores defensores do local e chegou a organizar um abraço simbólico da população no entorno da praia.

199

4 - Jornais, revistas e outras publicações

¹⁹⁸ Viaduto de Mesquita - Foto pertencente ao arquivo Ney Alberto - anotações pessoais do professor Foto de Cláudio Passos feita em 1986. In: http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=24&pid=102#top_display_media

¹⁹⁹ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/04/morre-o-cantor-e-compositor-dicro.html>

(10)

Cartas:



200

PD -> LH



201

LH -> PD

Arquivos:

Durante sua propriedade é que o engenho foi catalogado no Relatório do Marquês do Lavradio, em 1779 (A.N. Códice 71). Ali trabalhavam 80 cativos, produzindo 60 caixas de açúcar e 30 pipas de aguardente por ano.

Esse engenho ficava localizado no pé da serra de Gericinó, na beira do rio da Cachoeira, atualmente denominado de “canal de D. Eugênia”. A ponte de pedra que cruza o canal aparentemente é obra antiga e dava entrada no engenho, do qual só resta uma construção sólida atualmente ocupada por um escritório de advocacia, inserida num condomínio. Provavelmente este prédio fosse a antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição merecedora de dotação anual do antigo proprietário nos anos trinta do século dezoito.

Dá em diante sua crônica é mais bem conhecida. As terras do engenho passariam por donos diversos, mas no século seguinte passaram a pertencer a Jerônimo de Mesquita, que foi o primeiro Barão de Mesquita, e dele para seu herdeiro e homônimo, agraciado também com o mesmo título no império.

Como todas as demais fábricas da Baixada dois fatores contribuíram para a decadência da produção de açúcar. De um lado as novas exigências industriais, com a introdução dos

202

²⁰⁰ <https://www.infomoney.com.br/mercados/na-real/noticia/7383058/cana-acucar-floresta-clima>

²⁰¹ Rio Dona Eugênia (Avenida Brasil – bairro da Coreia – Mesquita). Google Street View, fevereiro de 2014.

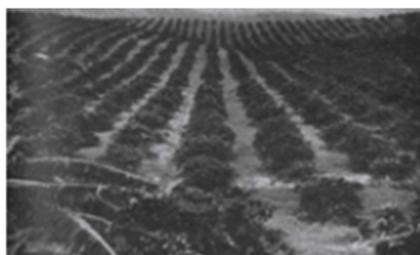
5 - Historiografia

(11)

Cartas:



203



204

PD -> LO

LO -> PD

Arquivos:

A saída para os fazendeiros, com suas terras desvalorizadas, veio através do incremento de uma política industrial nascente, que necessitava do fornecimento de alimentos para a mão de obra, dirigindo investimentos, portanto, para o setor agrícola. Diante disso, os fazendeiros vendem suas terras para pagar hipotecas, saldar dívidas ou mesmo investir em outros ramos. A citricultura surge, então, como uma possibilidade de revitalização da agricultura nas terras da Baixada. Cultivada desde o final do século XIX, tem o seu apogeu entre as décadas de 1920 – 1940, quando atrai a presença “de uma migração camponesa nacional para o município, notadamente de fluminenses e de mineiros” (Souza, 2004: 38). A região de Mesquita, como já era denominada nessa época, acompanha as mudanças ocorridas. “O espólio da antiga Fazenda Cachoeira foi dividido, transformando-se em chácaras, sítios de cultivo e beneficiamento de laranjas, que dariam um novo impulso à localidade.

205

²⁰² BARROS, Gisela de Jesus. Nossas ruas têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 14.

²⁰³ Rótulo de embalagens de laranjas (Nova Iguaçu) – década de 1930. In: BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 121.

²⁰⁴ Laranjas de Nova Iguaçu, década de 1930. In: SILVA, Adriana Casini da. A Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 57.

Disponível em <https://s3.amazonaws.com/static.elfanteverde.com.br/blog/wp-content/uploads/sites/29/2014/05/dcasad1213123578.jpg>

5 - Historiografia

(12)

Cartas:



206

LO -> LH



207

LH -> LO

Arquivos:

²⁰⁵ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 48.

²⁰⁶ Construção da Igreja Nossa Senhora das Graças - década de 1950. Fonte: acervo da Igreja Nossa Senhora das Graças – Mesquita / RJ

²⁰⁷

Igreja Nossa Senhora das Graças – Mesquita (Centro). Jornal Extra: 07/07/12 08:00

Igreja de Nossa Senhora das Graças é conhecida pelos devotos como santuário da medalha milagrosa. Ver:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/igreja-de-nossa-senhora-das-gracas-conhecida-pelos-devotos-como-santuario-da-medalha-milagrosa-5411539.html>

Paróquia Nossa Senhora das Graças - Mesquita/RJ
FESTA DA PADROEIRA
Com a Virgem das Graças, queremos servir o vinho bom!
2018

PROGRAMAÇÃO

- 15/11, às 17h - Procissão e Missa Jubilar, com concentração na Comunidade Santa Rita de Cássia
- 17/11, às 09h - Missa pelos Enfermos;
- 18/11, às 09h - Celebração da Palavra e logo após, correnta pelas ruas da Cidade e Bênção dos Carros.
- 23/11, às 20h - Show Católica.

NOVENA DA PADROEIRA

- 18 a 26/11, às 19h* - Santa Missa e Novenário em honra à Nossa Senhora das Graças;
- *24 e 25/11 - Horário antecipado para às 18h em razão da Festa Externa.

DIA DA PADROEIRA

27 07h - Missa;
 10h - Missa Solene;
 16h - Oração do Santo Terço;
 17h - Procissão e Missa da Padroeira.

FESTA EXTERNA

03/11, às 15h - Show de Prêmios
 11/11, às 12h - 2ª Costelada Gaúcha
 22/11, às 20h - Anjo à Baiana
 24, 25 e 27/11 - Barracas com Comidas Típicas

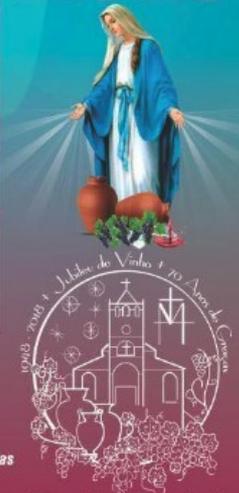
Todos os dias música ao vivo *Traga sua família!*

"Fazei tudo o que Ele vos disser."
 Jo 2,5

Acompanhe pelas redes sociais a Festa da Padroeira.
 #PADROEIRADEMESQUITA

Cantina e Lojinha de Artigos Religiosos todos os dias do Novenário!

Rua Paraná, 175 - Mesquita - RJ - (21) 2796-0810
 www.sehonoradograças.com / facebook.com/sogracasmesquita



208

4 - Jornais, revistas e outras publicações

²⁰⁸ Arquivo da Paróquia Nossa Senhora das Graças – Mesquita.



Publicidade

Paula Fernandes

Publicado em 07/07/12

Tamanho do texto A A A

Com 59 anos de existência, a Igreja de Nossa Senhora das Graças, padroeira de Mesquita, fica no Centro do município. O primeiro padre foi o alemão Carlos Franck, que chegou à cidade com a família, em 1940, fugindo da Segunda Guerra Mundial.

— Este é um dos nossos mais importantes prédios históricos, de relevância cultural para futuras gerações. Em seu entorno se deu o crescimento da cidade e, hoje, o prédio é referência para historiadores de toda região — destaca Márcia Regina Braga, secretária de Cultura.

Carlos Franck ganhou o terreno no alto do morro para a construção da paróquia. Na época, a região de Mesquita pertencia à diocese de Barra do Pirai.

A padroeira, conhecida como a santa das graças e da medalha milagrosa, tem sua festa celebrada no dia 27 de novembro, que é feriado municipal.

209

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(13)

Cartas:



210

CD -> LM



211

LM -> CD

²⁰⁹ <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/igreja-de-nossa-senhora-das-gracas-conhecida-pelos-devotos-como-santuاريو-da-medalha-milagrosa-5411539.html>

²¹⁰ <http://www.meriti.rj.gov.br>

²¹¹ Limite entre municípios (Mesquita e São João de Meriti) na rodovia Presidente Dutra. Google Street View, fevereiro de 2018.

Arquivos:

Desse modo é através de um projeto de lei do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, dentro das disposições transitórias da Constituição estadual de 1947, que são criados os municípios de São João de Meriti e Nilópolis. É importante ressaltar que embora tenham se articulado e encaminhado a luta pela emancipação em conjunto, optou-se pela criação de dois municípios distintos, a medida em que a experiência com Caxias havia sido nefasta. O grupo de São João preferiu não arriscar e ver-se novamente como distrito de um outro município, subordinada a um outro grupo político.

A estratégia deu certo e finalmente São João de Meriti conseguiu a sua autonomia administrativa, a autonomia política real só se dará ao longo da década de 1950 pois inicialmente a política de São João continuará sendo controlada por políticos iguaçuanos.

212

5 - Historiografia

Em 1833, o povoado de Iguassú é elevado à categoria de Vila e a Freguesia de São João Batista de Meriti passou a integrar aquela jurisdição como seu 4º distrito.

O rio Miriti foi grandemente navegável até meados do século XIX. Mas, a partir dessa época, entrou em declínio, provocando o empobrecimento da Freguesia de Meriti.

Em 1875, teve início a construção da Igreja de São João Batista de Meriti, no local onde hoje ainda se encontra.

A recuperação de Meriti começa a se esboçar com o advento da estrada de ferro. Sofrendo os efeitos da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, a ferrovia atingiu os vales de São João de Meriti. Com o objetivo de transportar e fazer a colocação de tubos d'água da represa do rio D'Ouro para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurada a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, em 1896. Para transportar o café do vale do rio Paraíba, em 1905 outra linha passou a cortar o distrito, a Linha Auxiliar, além do ramal até São Matheus fazendo, em 1910, a ligação da Rio D'Ouro com a Linha Auxiliar. Foi assim que ficamos definitivamente ligados ao antigo Distrito Federal.

Com a escassa mão-de-obra disponível, as grandes fazendas vão sendo fracionadas em sítios e chácaras fazendo surgir na região uma grande quantidade de pequenos proprietários, que acabaram por desenvolver atividades da fruticultura e hortigranjeiros com a finalidade de abastecer a cidade do Rio de Janeiro.

Até o início da década de 1940, o 4º distrito de São João de Meriti contava com uma população que não ultrapassava os 25 mil habitantes, distribuída em torno da

Igreja da Matriz, nas margens do rio Pavuna, próximo aos leitos das ferrovias em Engenheiro Belford, São Matheus, Éden, Vila Rosaly e Coqueiros. O restante do distrito eram fazendas, sítios e chácaras. Em 1931, parte do distrito de Meriti, onde estava a estação de mesmo nome, torna-se 8º distrito, Caxias.

Grandes contingentes populacionais, vindos de todas as partes do Brasil e do mundo, escolheram Meriti para fixar residência, elevando sua população, ao final da década de 1940, para 50 mil habitantes.

Quando Caxias emancipou-se em 1943, levou São João de Meriti para ser o seu 2º distrito. Ficou nesta condição até 1947, quando emancipou-se pela Lei nº 6, de 11 de agosto de 1947, através de Projeto nº 132/47 do Deputado Lucas de Andrade Figueira.

São João Batista de Trairaponga, São João Batista de Meriti, São João de Meriti. Da palmeira veio-lhe o nome, do rio a integração e do restante do Brasil e do mundo o seu povo. Suas terras de muitos acidentes, ricos vales e muitos riachos que engrossavam as águas de seus dois rios. Sua terra ontem era inóspita, hoje hospeda nordestinos, mineiros, baianos, sulistas, nortistas, campistas, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, alemães, africanos, italianos, turcos, libaneses, japoneses e muitos outros que aqui chegaram e ajudaram a construir esta cidade.

São João de Meriti possui uma população de 469.921 habitantes, estimada pela Fundação Cide para 2007, uma área de 34,7 km² e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU em 2000, de 0,774.

213

212

²¹³ São João de Meriti. In: In: Baixada Fluminense: memória fotográfica / Marcus Antonio Monteiro Nogueira, organizador. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 96.

5 - Historiografia

(14)

Cartas:



214



215

CD -> LM

LM -> CD

Arquivos:



216

²¹⁴ Brasão de Nova Iguaçu: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br>

²¹⁵ Limite entre os municípios Mesquita e Nova Iguaçu em Estação Presidente Juscelino. Registro feito por aluno.

2 - Iconografias (imagens)

Tornou-se assim a Vila de Iguassú um verdadeiro entreposto comercial, a mais próspera das províncias fluminenses, pois os negociantes aí estabelecidos, adquirindo o café que vinha do Vale do Paraíba, supriam as fazendas do interior com as mercadorias necessárias ao seu consumo e custeio, muito embora tivessem a ocorrência do comércio que se fazia através dos portos do Pilar e Estrela.

Esta prosperidade inicial resultou no primeiro dos vários ciclos de riqueza e decadência que se sucederam ao longo de toda a história do município – da cana-de-açúcar, do café, da laranja – até chegar à atividade econômica atual, baseada nos serviços, na indústria e no comércio.

Mais tarde, quando o café se tornou a grande riqueza da região, a partir de 1858 chegaram os trilhos das estradas de ferro para o transporte da produção e fizeram o progresso mudar de direção: desenvolveram-se os povoados que se localizavam às suas margens – como Maxambomba – nos antigos caminhos de terra, enquanto entravam em decadência as povoações beira-rio.

Em 1862, a sede Matriz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga é transferida para o arraial denominado Maxambomba. Em junho de 1891, a sede do já município de Iguassú é transferida das margens do rio Iguassú, para as margens da Estrada de Ferro de Dom Pedro II – Estação de Maxambomba, posteriormente

denominada Estrada de Ferro Central do Brasil.

Somente em 1916, por influência do político Manoel Reis, Maxambomba teria seu nome trocado para Nova Iguaçu, em homenagem ao nome da primeira sede – que passa a ser conhecida, então, como Iguaçu Velho.

A Segunda Guerra Mundial, a explosão demográfica ocorrida na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro no século XX e as disputas entre forças políticas locais trouxeram as últimas mudanças e deram ao município a configuração que possui hoje. A guerra, porque trouxe de forma repentina o fim do cultivo e exportação da laranja – uma cultura que havia tornado Nova Iguaçu conhecida como a “cidade perfume”, por conta dos laranjais em flor. A economia sofreu o golpe. Já o crescimento populacional e as disputas políticas porque, atuando em conjunto, levaram ao fracionamento do território.

Nova Iguaçu tornou-se então um gerador de novos municípios, com a emancipação de Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti) em 1943; Nilópolis (1947); Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e, por fim, Mesquita (1999).

Nova Iguaçu possui uma população de 861.586 habitantes, estimada pela Fundação Cide para 2007, uma área de 520,5 km² e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU em 2000, de 0,762.

217

5 - Historiografia

²¹⁶ Fazenda São Bernardino – Nova Iguaçu. In: Baixada Fluminense: memória fotográfica / Marcus Antonio Monteiro Nogueira, organizados. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 36.

²¹⁷ Nova Iguaçu. In: Baixada Fluminense: memória fotográfica / Marcus Antonio Monteiro Nogueira, organizador. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 36.

O mapa abaixo mostra a perda territorial correspondente às primeiras emancipações sofridas pelo município de Nova Iguaçu.

Mapa 3 - Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 1833 e 1947.



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto Lei Estadual nº 1055 de 31 de dezembro de 1943 para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Nova Iguaçu figurava então com os 5 distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Nilópolis e Queimados, tendo perdido o distrito de Caxias (agora Duque de Caxias), Estrela (agora Imbariê) e Meriti, os dois últimos que foram constituir o novo município de Duque de Caxias, e o distrito de Bonfim, que foi extinto.

218

1 - Cartografia (mapas)

(15)

Cartas:



219

LO -> LH



220

LH -> LO

²¹⁸ RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo / Adrianno Oliveira Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 52.

²¹⁹ Chaminé da antiga Olaria gigante em cena do filme Crueldade Mortal, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

²²⁰ Chaminé da antiga Olaria gigante. Registro de aluna (maio de 2018).

Arquivos:

Essas olarias também fazem parte das lembranças de trabalho de muitos moradores, como nos mostra o depoimento de Vera Sepúlveda:

[...] É, tem memórias muito interessantes. Agora, daí uma coisa vai puxando à outra. Existia ali a Olaria Gigante, onde todo mundo daquela área era funcionário da Olaria Gigante. Um homem adolescente que precisasse trabalhar, também trabalhasse na Olaria Gigante. Só que ali havia um regime ainda do tempo do coronelismo, não é. O dinheiro que era pago aos funcionários era uma moeda furada e essa moeda só tinha valor pra cantina da, da Olaria. Então o funcionário trabalhava, recebia e era obrigado a comprar tudo na Olaria [...] (entrevista realizada em junho de 2004).

221

6 - Depoimentos orais

(16)

Cartas:



LO -> LH



LH -> LO

²²¹ Depoimento em método de história oral. In: SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p.p. 56-57.

²²² Antiga fábrica da Brasferro - laminação. Atualmente o terreno é ocupado pelo fórum e prefeitura. Disponível em Centro de Memória da Baixada Fluminense: http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=24&pid=427#top_display_media

²²³ Prefeitura e fórum da cidade de Mesquita. Registro feito por aluno em junho de 2018.

Arquivo:

Conforme consta no texto explicativo do texto do Brasão de Armas, o “importantíssimo estabelecimento fabril” que aparece no texto é a fábrica Brasferro (figura 4), metalúrgica que desenvolveu atividades em torno de 40 anos no município. Sobre este assunto Amilton tem um relato interessante:

[...] O nome da fábrica era Brasferro, mas todo mundo conhecia como Laminação. A Laminação, que é uma metalúrgica né, uma metalúrgica grande e tal, que trabalhava com ferro. A minha tia, eu tenho uma tia que trabalhou durante 32 anos nessa fábrica. É, na verdade, tive duas tias que trabalharam lá, uma trabalhou 32 anos e a outra trabalhou pouco tempo e depois saiu; eu tive uma prima que trabalhou até a fábrica fechar, é, o meu irmão trabalhou lá, o meu pai trabalhou lá; enfim, tenho um cunhado que trabalhou lá também e até hoje está enrolado e até hoje não recebeu o fundo de garantia dele. A fábrica faliu e ele tá enrolado até hoje, tá na justiça até hoje. Quer dizer, então, várias pessoas da minha família trabalharam nessa fábrica. Muitos amigos, amigos mesmo trabalharam lá. Foi um negócio assim, bem... Acho que Mesquita deve muito à Brasferro, quer dizer, Mesquita cresceu muito assim em torno dessa fábrica né, a Brasferro, que veio pra cá na década de 40, é final da década de 40 e foi até metade de 80, por aí assim, quando ela fechou[...] (entrevista realizada em dezembro de 2003).

224

6 - Depoimentos orais

(17)

Cartas:



P -> P

P -> P

²²⁴ Depoimento do morador de mesquita Amilton Cordeiro da Silva colhido através do método de história oral. In: SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 55.

²²⁵ <https://www.eleicoes2016.com.br/jorge-miranda/>

Arquivos:

O ato de cassação do mandato do prefeito de Mesquita, Jorge Miranda, do dia 19 deste mês, foi feita sob alegação do governo não ter cumprido a Lei Orgânica do Município ao contrair empréstimo de R\$ 14 milhões para pagar salários atrasados dos servidores.

O juiz do Cartório da Vara Cível, da Comarca do município, julgou “procedente o pedido formulado para extinguir o processo com resolução do mérito na forma do art. 485, inciso I do CPC e declarar nulo. Segundo o magistrado, a Constituição da República prevê para crimes de responsabilidades, expressamente tomar empréstimo sem consultar o Legislativo, regras diferentes para prefeitos e presidentes, estes julgados pelo Poder Legislativo e aqueles pelo Tribunal de Justiça.

“Sempre respeitei e confiei na decisão da justiça. Agradeço a toda população mesquitense pelo apoio e força durante o processo. Vamos seguir trabalhando com firmeza, buscando sempre melhorias para a população e acima de tudo, respeitando a lei. Sigo com a consciência tranquila, porque fiz o que era certo e essencial para devolver a dignidade aos profissionais que se empenharam para tentar manter uma prefeitura abandonada. E tudo feito às claras, de acordo com a lei e com transparência, para preservar o direito dos nossos servidores públicos efetivos de garantir o sustento de suas famílias. Nosso trabalho não vai parar”, declarou Miranda ao ser informado da decisão judicial.

226

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(18)

Cartas:



LH -> LO



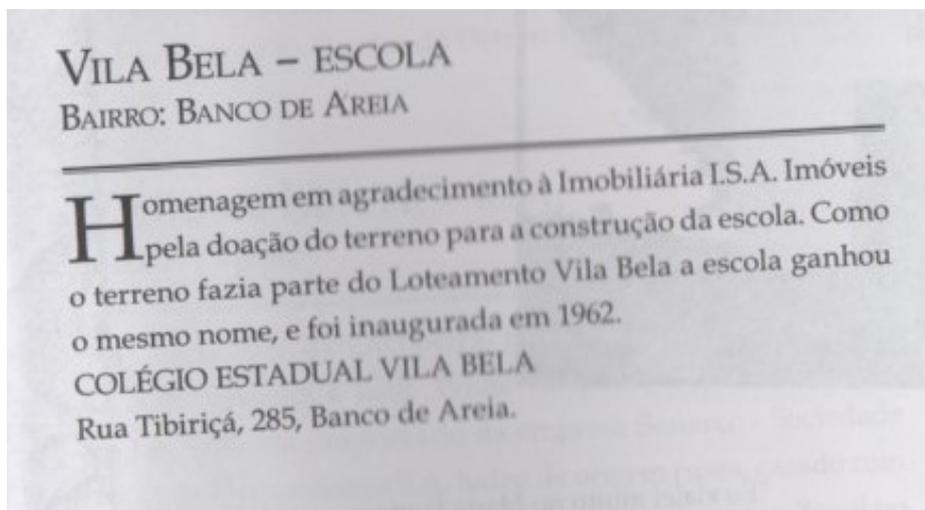
LO -> LH

²²⁶ Jornal Hora H. 25 de abril de 2018. In: <https://jornalhorah.com.br/justica-reconduz-prefeito-de-mesquita-ao-cargo>

²²⁷ Colégio Estadual Vila Bela (Banco de Areia - Mesquita). Registro feito por aluno em maio de 2018.

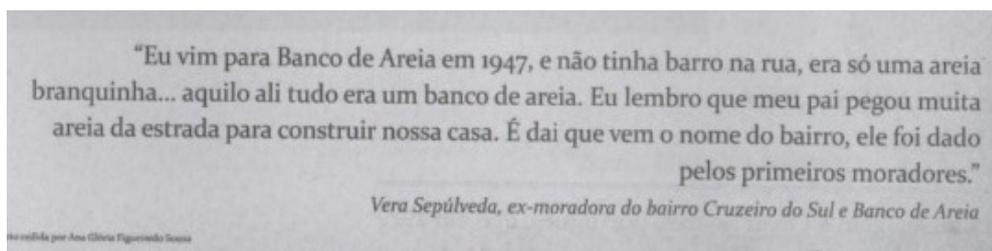
²²⁸ Grupo Escolar Vila Bela. Hoje, colégio Estadual Vila Bel – Banco de Areia – Mesquita (1965). In: In: BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 116.

Arquivos:



229

4 - Jornais, revistas e outras publicações



230

6 - Depoimentos orais

²²⁹ BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 141

²³⁰ Idem, p. 116.

(19)

Cartas:



LH -> LO



LO -> LH

Arquivos:

²³¹ Viaduto compositor Dicro. Registro feito por aluno. Maio de 2018.

²³² Ponto Comercial no Viaduto de Mesquita (Hoje Viaduto compositor Dicro). Pequeno varejo sobre o viaduto. Arquivo do Professor Ney Alberto Gonçalves de Barros. Disponível em CEMOBA (Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense):

http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?album=24&pid=103#top_display_media

Bandidos não pouparam nem o busto do cantor e compositor Dicró, que desapareceu na madrugada de quarta-feira. A peça ficava no viaduto que leva o nome do sambista, no Centro de Mesquita, município onde ele nasceu. A Guarda Municipal registrou o caso na delegacia da cidade, a 53ª DP.

— Por volta das dez da manhã de quinta-feira, um amigo me avisou que haviam roubado o busto do meu pai. Fui lá ver, e a base estava toda quebrada. Tinham sumido mesmo com a estátua — contou César Dicró, filho do cantor, que morreu em 2012.

Assinada pelo artista plástico Edson Pereira, que é carnavalesco da escola de samba Unidos de Padre Miguel, a obra pesa cerca de 80 quilos. Segundo César, mais de uma pessoa participou do crime:

— O busto parecia mesmo com meu pai. Era fortão, pesado. Um homem só não conseguiria carregá-lo. O crime ocorreu de madrugada, e, infelizmente, nenhuma testemunha para contar como foi o roubo.

A prefeitura de Mesquita encomendou a peça em janeiro de 2014 para a reinauguração do Viaduto Dicró. Com 12 discos lançados, ele ficou conhecido como intérprete e autor de sambas bem-humorados.

Nascido na cidade, o artista citou sua terra natal em várias composições, como o sucesso "Chatuba".

233

4 - Jornais, revistas e outras publicações

²³³ Jornal Extra Online. 22/04/2017 às 12:00. <https://extra.globo.com/noticias/rio/filho-de-dicro-lamenta-furto-do-busto-do-sambista-em-mesquita-21242506.html>

(20)

Cartas:



234



235

LO -> LH

LH -> LO

Arquivos:

O **CRAS Rocha Sobrinho – Mesquita** (Centro de Referência de Assistência Social) é o órgão responsável por coordenar as atividades assistenciais no bairro. O posto tem o objetivo de atender famílias em situação de vulnerabilidade que precisem de auxílio social.

Quem deseja se inscrever no Bolsa Família ou em outros programas do governo, deve se dirigir ao CRAS e solicitar atendimento. A unidade conta com assistentes sociais e agentes da prefeitura para auxiliar na realização do Cadastro Único.

Além disso, também fica a cargo do **CRAS** transmitir as orientações necessárias para o cumprimento das condicionalidades do **Bolsa Família**, como a atualização cadastral, a frequência escolar de crianças e adolescentes, bem como o acompanhamento da saúde de crianças e adolescentes.

Endereço CRAS Rocha Sobrinho – Mesquita



▪ Avenida Coelho da Rocha, 1426 – Mesquita – RJ – CEP: 26572-481

236

4 - Jornais, revistas e outras publicações

²³⁴ Antiga fábrica da cervejaria Brahma (Hoje: Centro Administrativo da Dinâmica em Rocha Sobrinho). Cena do filme *Crueldade Mortal*, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

²³⁵ Centro Administrativo da Dinâmica em Rocha Sobrinho. Registro feito por aluno. Maio de 2018.

²³⁶ <https://www.programabolsadafamilia.com.br/cras-rocha-sobrinho-mesquita-rj/>

Na avenida Coelho da Rocha, nas instalações que um dia abrigaram uma fábrica da Brahma, encontra-se situado o **Centro Administrativo da Dinâmica**. Antes da construção do novo prédio no Centro, a Prefeitura teve sua sede ali. Atualmente, o local concentra as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social, como o **banco de alimentos** e os departamentos de **Proteção Social Especial** e de **Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família)**. Na Dinâmica, também funcionam o **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)** e o **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)** de Rocha Sobrinho.

237

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(21)

Cartas:



238

LO -> LH



239

LH -> LO

²³⁷ Site "O Mesquitense". 14/02/2018. <https://www.omesquitense.com/single-post/2018/02/14/Conheça-mais-os-bairros-Rocha-Sobrinho-e-BNH>

²³⁸ Estação de Rocha sobrinho em cena do filme Crueldade Mortal, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

²³⁹ Estação de Rocha sobrinho. Registro feito por uma aluna.

Arquivos:

As terras de Rocha Sobrinho e a antiga estação ferroviária

O bairro de Rocha Sobrinho tem seu nome em homenagem ao proprietário das terras que sediaram parte da antiga Linha Auxiliar. Este ramal foi criado em 1884 pela Estrada de Ferro Melhoramentos e depois incorporado à E.F. Central do Brasil em 1903.

A estação de Rocha Sobrinho data de 29 de dezembro de 1914 e compôs a conexão Japeri-Arará. Com a recomposição do ramal Costa Barros - Pavuna-Belford Roxo, deixou de transportar passageiros ainda na década de 1970.

Desde 2003, após reformas, vem sendo administrada pela MRS Logística S.A. Todas as paradas que ligavam Rocha Sobrinho a Japeri foram derrubadas pela R.F.S.A.



A estação de Rocha Sobrinho em 1914, antes de ser abandonada. É a primeira estação que se abria e fechava com esse tipo de estrutura.

240

4 - Jornais, revistas e outras publicações



241

2 - Iconografia (imagens)

²⁴⁰ Site “O Mesquitense”. 14/02/2018. <https://www.omesquitense.com/single-post/2018/02/14/Conheça-mais-os-bairros-Rocha-Sobrinho-e-BNH>

²⁴¹ Antiga Olaria e Estação de Rocha Sobrinho (onde atrás, surgiria o BNH) - por Fernando da Silva, pintor mesquitense conhecido como Nandhy (óleo sobre tela). In: Site “O Mesquitense”. 14/02/2018. <https://www.omesquitense.com/single-post/2018/02/14/Conheça-mais-os-bairros-Rocha-Sobrinho-e-BNH>

(22)

Cartas:



242

LH -> LO



243

LO -> LH

Arquivos:

Enquanto do lado esquerdo da ferrovia, no sentido Nova Iguaçu, o parcelamento do solo caminhava em ritmo acelerado, do outro se vivia o “Ciclo do Barro”, com a alta produção das olarias, retardando o processo de loteamento nessa área. Desde o início do século XIX que essa atividade prosperava em terras mesquitenses, alicerçada na fartura e na qualidade do barro existente por aqui.

244

5 - Historiografia

²⁴² Chaminé da antiga Olaria do Quintela – BNH (hoje: condomínio residencial Vivendas da Torre). Registro feito por aluna. Junho 2018.

²⁴³ Chaminé da antiga Olaria do Quintela em cena do filme Crueldade Mortal, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

²⁴⁴ BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 19.

(23)

Cartas:



245



246

LH -> LO

LO -> LH

Arquivos:

A Ludolf&Ludolf, é a fábrica de telhas e tijolos, referenciada no brasão sob a forma de uma chaminé, que na verdade, representa as olarias, atividade econômica importante na primeira metade do século XX em Mesquita. Os terrenos das olarias foram sendo vendidos e transformados em loteamentos mais tarde. Essas olarias também fazem parte das lembranças de trabalho de muitos moradores, como nos mostra o depoimento de Vera Sepúlveda:

247

5 - Historiografia

²⁴⁵ Praça da Telemar (terreno da antiga olaria da Ludolf & Ludolf). Registro feito por aluno em maio de 2018.

²⁴⁶ Chaminé da Olaria da Ludolf & Ludolf, nas antigas terras do Barão de Mesquita. Extraído do livro de Barros (2011, p. 109).

²⁴⁷ SILVA, Maria Fatima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 56.

(24)

Cartas:



248



249

LH -> LO

LO -> LH

Arquivos:

Antiga Praça Manoel Duarte, depois Antônio de Freitas Quintela, no Centro, mudou de nome para homenagear Elizabeth Donni Paixão Rodrigues, filha primogênita de Nilza Donni Paixão e José Montes Paixão, primeiro Prefeito de Mesquita. Estudou, nos anos de 1970, no Colégio Iguaçuano, e se formou em Biologia. Participou do Governo Municipal, ocupando o cargo de Secretária de Meio Ambiente. Faleceu, em 05 de março de 2002, aos 48 anos, sem concluir sua gestão frente à Secretaria. A Praça recebeu o seu nome, através da Lei nº 100, de 25 de abril de 2002.

250

5 - Historiografia

²⁴⁸ Praça Secretária Elizabeth Paixão - Mesquita (centro). Registro feito por aluno. Setembro de 2018.

²⁴⁹ Praça Manoel Duarte (atual Praça Secretária Elizabeth Paixão) - Mesquita (centro), década de 1950. In: SILVA, Maria Fátima de Souza. Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/UNIRIO, 2005, p. 1.

²⁵⁰ BARROS, Gisela de Jesus. Nossas Ruas Têm História – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011, p. 69.

Filha de prefeito de cidade na Baixada Fluminense é morta

TALITA FIGUEIREDO

da **Folha de S.Paulo**, no Rio

A advogada Elizabeth Paixão, 46, filha do prefeito de Mesquita (Baixada Fluminense), José Paixão (PSB), foi assassinada com um tiro no peito, ontem à noite, em Nova Iguaçu, município vizinho.

Elizabeth, secretária de Meio Ambiente de Mesquita, acabara de sair de um bar, levou dois amigos em casa e estava acompanhada de Jarbas de Lima Dutra, 47, funcionário da prefeitura. A polícia trabalha com diversas hipóteses.

Segundo depoimento de Dutra ao delegado da 52ª Delegacia, Octacílio Mendes, um homem de cerca de 25 anos, acompanhado de uma mulher da mesma idade, apontou um revólver em direção ao carro, que passava pela rua da Amizade.

Elizabeth teria se assustado e tentado fugir do que parecia ser uma assalto. O homem teria atirado, atingindo-a no peito. Ela morreu a caminho do hospital.

"Achei o depoimento meio fantasioso. Primeiramente ele disse que Elizabeth caiu sobre ele, que dirigiu o carro até bater em um poste na rua paralela. Depois, que ela teria dirigido o carro. A distância entre o local do tiro e onde o carro bateu é grande: quase um quilômetro", disse o delegado. Dutra não quis falar com a **Folha**.

251

4 - Jornais, revistas e outras publicações

(25)

Cartas:



252

PD -> LO

LO -> PD

Arquivos:

²⁵¹ Jornal Folha de São Paulo, 06 de março de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u47224.shtml>

²⁵² Chaminé da Olaria do Quintela – BNH, década de 1980. Centro de Memória da Baixada Fluminense: <http://cemobafluminense.com.br/Fotos/displayimage.php?pid=426>

As olarias nos atuais bairros Centro, em Rocha Sobrinho e BNH compunham um cenário significativo na economia mesquitense, o Ciclo do Barro, com a produção de cerâmicas, louças, tijolos, telhas, entre outros produtos (BARROS: 2011).

253

5 - Historiografia

(26)

Cartas:



254

LH -> LO



255

LO -> LH

Arquivos:

²⁵³ SILVA, Adriana Casini da. A Trajetória Profissional de Professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma Identidade Docente e Construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, p. 68.

²⁵⁴ Vista para a rodovia Presidente Dutra. Registro produzido por aluno. Maio de 2018.

²⁵⁵ Vista para a rodovia Presidente Dutra. Cena do filme Crueldade Mortal, uma longa metragem nacional de 1976, escrito e dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

Aberta ao tráfego em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi responsável pela incorporação de diversas áreas à malha urbana carioca. Nas suas margens instalaram-se várias indústrias, para aí atraídas pelos incentivos fiscais (impostos mais baratos) oferecidos pelo antigo estado do Rio de Janeiro, que pretendia com isso reverter à queda da receita tributária que se seguiu a crise da citricultura. Embora afastados das margens da rodovia pela valorização excessiva do solo, os loteamentos residenciais multiplicaram-se nos locais mais afastados do eixo rodoviário, especialmente no distrito sede de Nova Iguaçu que, não mais contando com a laranja, integrou-se definitivamente à onda urbanizadora que varria a baixada a mais de uma década (1997, p. 121).

256

5 - Historiografia

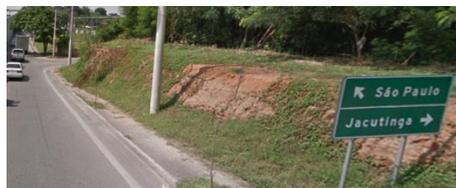
(27)

Cartas:



257

P -> LH



258

LH -> P

Arquivos:

²⁵⁶ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações na Baixada. Niterói: UFF, 2006, pp. 66-67.

²⁵⁷ Os tupinambás. In: STADEN, Hans, Viagem ao Brasil (1557). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gaphica, 1930, p. 129.

²⁵⁸ Entrada para o bairro Jacutinga (Mesquita) pela rodovia Presidente Dutra. Google Street View, 2014.

Notas: - O povo JACUTINGA foi visitado pelo francês, Jean de Léry, e sua principal aldeia ficava no Bairro da Prata (Nova Iguaçu); - a “nação dos derrotados” é onde chamamos de Baixada Fluminense; - “fundo do rio” - áreas semi-planas , situadas no entorno da Baía da Guanabara, que foi a Baía - denominada pelos marinheiros de Portugal, de Rio de Janeiro; - Rio, em latim, quer dizer Flumen, daí o nascimento da palavra - FLUMINENSESE-.

Esta grande chacina jamais foi impressa nos livros didáticos.

Ney Alberto ²⁵⁹

6 - Depoimentos orais

²⁵⁹ Entrevista com o historiador Ney Alberto Gonçalves de Barros. Jornal folha do Iguassú. 16 de junho de 2010. Disponível em: <http://jornalfolhadoiguassu.blogspot.com/2010/06/o-povo-tupinamba-tamoio-foi-chacinado.html>